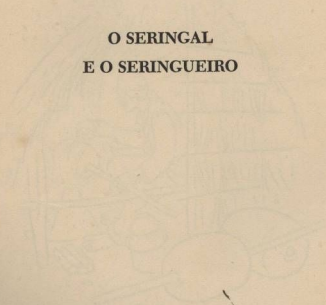
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

O SERINGAL E O SERINGUEIRO

SERVIÇO DE
INFORMAÇÃO
AGRÍCOLA

Organizado em 1951 o plano de Documentação da Vida Rural tem sua execução a cargo do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura.

Destina-se êste plano à elaboração de amplo documentário da vida rural brasileira, no que ela tenha de expressivo e fundamental, abrangendo não sòmente aspectos gerais de estabelecimentos agropecuários — engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sitios, etc. — como, também, aspectos peculiares de atividades do meio rural — feiras, meios de transporte, habitações, trabalho, etc. — destacando-se, ainda, as manifestações folclóricas ligadas aos respectivos ambientes, tais como danças, festas, cantos de trabalho, etc.

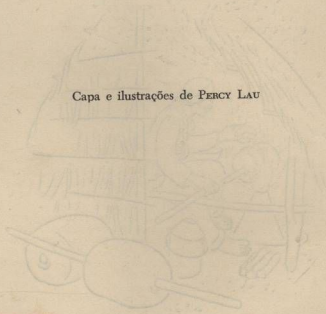
O plano de Documentação da Vida Rural compreende estudos, monografias, filmagens e gravações.

O SERINGAL
E O SERINGUEIRO

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

O SERINGAL E O SERINGUEIRO

DOCUMENTÁRIO DA VIDA RURAL
N.º 5

Brasil
Rio de Janeiro
Ministério da Agricultura
Serviço de Informação Agrícola
1953

Capa e ilustrações de Percy Lau

SUMÁRIO

Pág.

Apresentação — José Irineu Cabral 7

Parte I — O MEIO GEOGRÁFICO

Cap. I — O mundo amazônico. Suas características: a rêde potâmica, a floresta, os campos, o clima. Suas divisões no Brasil 11
O solo. Flora e Fauna 14

Parte II — O COMPORTAMENTO DO HOMEM

Cap. II — História sumária da conquista do espaço amazônico. Expansão política e econômica. A incorporação do Acre 21
Cap. III — A população amazônica e seus elementos constitutivos. Obstáculos que venceu. Suas condições presentes 36
Cap. IV — O seringal, expressão sócio-econômico da Amazônia Brasileira 44

Parte III — O PROCESSO HISTÓRICO

Cap. V — O descobrimento das héveas. Frei Manoel da Esperança, La Condamine e Fresnau. A atividade indígena. Primeiras exportações amazônicas 49
Cap. VI — O desenvolvimento da produção gomífera. Função incentivadora dos mercados externos. Os seringais do Baixo Amazonas. Sua exploração destrutiva. A corrida para a floresta 56
Cap. VII — O esplendor da indústria gomífera. Ampliação da área explorada. Mecanismo de seu funcionamento 61
Cap. VIII — A emigração das héveas e a concorrência asiática. Decadência do seringal 66
Cap. IX — A perda do contrôle da produção e as tentativas de sobrevivência. Os acordos de Washington. A "batalha da borracha". Função reanimadora da industrialização do País. A política da valorização 72

Parte IV — A ESTRUTURA ECONÔMICA

Cap. X — A propriedade fundiária. O processo de ocupação. A legalização da posse. Formação e explicação do latifúndio 77
Cap. XI — A localização. O barracão central. A "margem" e o "centro" 81

Pág.

Cap. XII — As casas aviadoras. Constituição e importância no comércio da borracha e na exploração dos seringais. Os abastecimentos 84

Cap. XIII — O crédito interno e externo. Formação, funcionamento e importância na emprêsa gomífera 90

Cap. XIV — A técnica comercial. A escrita do seringal e a condição do seringueiro. Homem livre ou escravo? 93

Cap. XV — As técnicas de trabalho. O instrumental. As estradas. Épocas de atividade. Tipos de borracha 96

Cap. XVI — Os transportes internos e externos. Os "gaiolas", os "vaticanos", as "chatas", os "motores", as "montarias" e as "igarités" 102

Cap. XVII — A lavoura de alimentação. Inexpressividade no período áureo do ciclo gomífero. Condições em que se realizou 106

Cap. XVIII — Atividades ancilares. O quotidiano nos seringais e as exigências do meio econômico. Tarefas complementares 109

Parte V — O PROCESSO SOCIAL

Cap. XIX — Os tipos sociais: o patrão, o gerente, o guarda-livros, o caixeiro, o comboeiro, o mateiro, o toqueiro, o caçador, o canoeiro, o "brabo", o seringueiro 113

Cap. XX — O caboclo e o nordestino. Afinidades, distâncias e atitudes em face do ambiente 117

Cap. XXI — A mulher. Mercadoria cubiçada. A constituição da família 121

Cap. XXII — O regatão. Fundamentos de sua existência. Características. Reações que provoca 124

Cap. XXIII — O seringueiro em face do índio e do estrangeiro. Contátos e reações. A participação de ambos na emprêsa gomífera 127

Cap. XXIV — As condições sanitárias. Epidemias mais constantes. O desgaste humano e econômico. A ação dos curandeiros 132

Parte VI — A ESTRUTURA CULTURAL

Cap. XXV — A linguagem. Os falares indígenas e a penetração do português. A terminologia dos seringais. O Folk-lore amazônico e o nordestino. Peculiaridades do ciclo da borracha 137

Cap. XXVI — O problema espiritual. Os sentimentos de catolicidade dos seringueiros. As festas religiosas e profanas 140

Cap. XXVII — Os sentimentos cívicos. Compreensão política. A bravura militar. A solidariedade entre seringalistas e seringueiros. A guerra da borracha, luta contra a penetração estrangeira .. 143

ABSTRACT 147

Com êste volume, em que o professor Arthur César Ferreira Reis *estuda o seringal e os seringueiros na Amazônia, continua o Serviço de Informação Agrícola a série prevista no plano de Documentação da Vida Rural, cuja execução vem levando a efeito. Ao lado das gravações e dos filmes elaborados, sôbre aspectos de atividades econômicas em nosso mundo rural, e ainda Monografias, já enriquecidas de quatro valiosos trabalhos, inclui-se, agora, o conjunto de estudos que permitam mais aprofundada penetração no conhecimento dos homens e das coisas rurais em nosso País.*

Êste é justamente o objetivo principal da nova série, que ora continua com o levantamento da história, das condições sociais, da economia, da etnografia do seringal no extremo-norte, e dos homens que nêle trabalham: os seringueiros. Assim esta obra destina-se a permitir um melhor conhecimento do seringal e do seringueiro, em suas particularidades, em seu sentido passado e atual, na personalidade inconfudível por que se inscrevem no panorama brasileiro, tanto no social como no econômico.

Atribuiu o S.I.A. o encargo de escrever êste estudo a um dos mais autorizados conhecedores do passado e do presente da Amazônia brasileira: o professor Arthur César Ferreira Reis. *Os títulos de historiador, sociólogo e economista, que se reunem na personalidade dêste escritor, seriam suficientes para justificar o acêrto da escolha, se já não fôssem enriquecidos, mais particularmente, da circunstância de ser portador de profundos conhecimentos quanto aos aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, culturais da nossa região amazônica, em que nasceu e a respeito da qual já tem publicado valiosas obras.*

Por feliz coincidência esta obra é encaminhada aos prelos quando ao seu autor é cometida, pelo Govêrno Federal, a incumbência de ser o executor do plano de recuperação social e econômica da Amazônia, com a sua nomeação para Superintendente do Plano de Valorização Econômica daquela região. Só isto bastaria, por outro lado, para credenciar o nome do professor Arthur César Ferreira Reis *aos que, através dêste livro, queiram ter conhecimento minucioso, seguro, profundo da vida nos seringais e da figura dos seringueiros.*

Seria supérfluo, ainda mais por êste motivo, dizer da importância da obra que o Serviço de Informação Agrícola hoje divulga. Na realidade, pouco tem sido estudado, do ponto de vista sociológico em particular, o seringal amazônico, e conseqüentemente as atividades humanas, as condições sócio-econômicas, as peculiaridades de vida local. Daí o interêsse com que se julgou conveniente iniciar-se êste conjunto de estudos com um trabalho que se destinasse a reconstituir, ao lado do panorama geográfico e da evolução histórica da região, o ambiente do homem, êste em seus trabalhos quotidianos, em suas manifestações espirituais e materiais, em suas relações sociais. É o que representa, na verdade, êste trabalho do professor Arthur César Ferreira Reis.

Correspondeu o autor plenamente, tal como era esperado, ao plano traçado para a elaboração dos estudos previstos, também, na Documentação da Vida Rural. Procurou, na elaboração destas páginas, ser realista, fugindo àquela preocupação de dramatizar os quadros físico e social do seringal, como tem sido feito até hoje, e preferindo propô-lo na sua fisionomia exata, evolução e atualidade, sem recorrer aos exageros de certa literatura de intenção ficcionista, mas tão do agrado da maioria do grande público.

Empreendimento que evidenciou tão bem a capacidade realizadora do homem brasileiro, em sua luta contra a natureza, a conquista da floresta amazônica, sobretudo através do episódio verdadeiramente sensacional do ciclo gomífero, constituiu uma página vigorosa de ação creadora. Nêle não houve a presença do homem de côr na condição humilhante de escravo. Embora iniciada numa fase

em que o sistema ainda vigorava no País, a emprêsa gomífera foi realizada sem que o negro comparecesse sem liberdade. Diferiu, nesse particular, o "rush" da borracha do "rush" mineiro, conquanto a muitos aspectos se assemelhassem os dois acontecimentos, como a ambos se assemelha a expansão pioneira paulista do século XX, tão bem indicada por Pierre Monbeig *em obra modelar. Resumindo-lhe a crônica, registraram-se nomes e sucessos com os pormenores cabíveis ou necessários, nomes e sucessos que mais vivamente lhe deram côr.*

Os erros cometidos, os processos rotineiros adotados e muitas vêzes mantidos, as técnicas usadas, o mecanismo comercial nas suas peculiaridades, a linha de ascenção e de declínio da produção lactífera, os tipos sociais plasmados pelo meio geográfico e pelas contingências da operação econômica, as múltiplas manifestações culturais dos grupos que movimentaram a façanha, as distâncias, vizinhanças e intimidades dêsses vários grupos, o comportamento que tiveram frente à agressividade ambiente e sua adaptação a êle, os usos e costumes que os definiam, tudo está apresentado neste volume, às vêzes com a rapidez natural a êste tipo de trabalho.

Encontrará o leitor, portanto, nas páginas desta obra os homens que escreveram, com tanta galhardia, os momentos decisivos da emprêsa amazônica, de que podem orgulhar-se, inclusive pelo porte e pelo conteúdo cívico revelado nas campanhas sustentadas pela permanência, sob soberania brasileira, do mundo acreano que legaram à nossa pátria, na simplicidade e na dignidade que os distinguiam.

É evidente, e o próprio plano não comportaria, que não fêz o autor a história dos quatro pronunciamentos por que buscaram manter para o Brasil o espaço que haviam desbravado e valorizado com seu sangue e atividade. A natureza do estudo que foi solicitado ao Professor Arthur César Ferreira Reis *conduz a outra direção, por isso que tem cabimento, no plano previsto, a indicação rápida do episódio e principalmente sua explicação social e econômica.*

Através do estudo elaborado dentro dêste critério será talvez melhor compreendido o papel do seringalista, do seringueiro, do

aviador, do brabo, do canoeiro, do mateiro, enfim, de todo o mecanismo social, que assegurou estabilidade ao seringal. O seringueiro não constituiu, destarte, apenas mão de obra ou peça de um maquinismo montado para explorar a selva e auferir lucros em meio à brutalidade do ambiente. Foi um ser humano de reações boas e más. O que realizou, como o comprovam estas páginas, exige respeito, impõe admiração.

O seringal é aqui tratado como unidade econômica, e o seringueiro como expressão social. Traçando-lhe o perfil o autor mostrou a obra realizada, e através desta o comportamento humano e social que a caracteriza. É, sobretudo, uma contribuição vinda por meio de observações sociológicas e de documentação etnográfica que servirá para, de futuro, escrever-se a história completa do episódio do "rush" gomífero na economia brasileira.

Nem por isso, por ser uma contribuição de natureza sociológica e etnográfica a caracterizar uma série de atividades econômicas e a fixar tipos humanos que lhe são peculiares, deixa de ser notável apresentação das características humanas e sociais da vida no seringal. Dentro dêste sentido, que é o da coleção prevista no plano de Documentação da Vida Rural, oferece-nos o professor ARTHUR FERREIRA REIS *uma obra marcante e expressiva.*

JOSÉ IRINEU CABRAL

Diretor do
Serviço de Informação Agrícola

Parte I

O MEIO GEOGRÁFICO

Capítulo I

O MUNDO AMAZÔNICO. SUAS CARACTERÍSTICAS: A RÊDE POTÂMICA, A FLORESTA, OS CAMPOS, O CLIMA. SUAS DIVISÕES NO BRASIL.

A Amazônia constitui um mundo estranho que vem dando margem a uma literatura de exotismo sensacionalista. Suas particularidades e peculiaridades asseguram-lhe posição distinta nos quadros da Sulamérica. Apresenta uma superfície aproximada de sete milhões de quilômetros quadrados, o que significa uma participação imensa no conjunto desta parte do Novo Mundo colombino. Sua caracterização tem sido tentada tomando-se por fundamento certos aspectos que a distinguem e, realmente, são ponderantes para bem compreendê-la. Êsses aspectos podem ser alinhados na imensidade do volume fluvial e na densidade da floresta, ambos de tal sorte impressionantes, que levam à idéia de ser impossível a existência, alí, de vida humana, ou de se estar em presença da terra nas primeiras horas do Gênesis, como aventava Euclides.

Outros aspectos podem ser buscados no clima, na riqueza da fauna, principalmente a fauna ictiológica, no primitivismo das condições existenciais, na rarefação populacional, na economia de sentido predatório.

O volume fluvial representa-se numa intrincada e espetacular massa d'água que interessa ao Brasil, às repúblicas vizinhas de Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e à Guiana Britânica. Marca-o o rio Amazonas com a rêde incontável de afluentes e subafluentes, lagos, paranás, furos, igarapés, que lhe engrossam o potencial e asseguram, à bacia que forma com êle, a posição de mais rica bacia hidrográfica da terra. De tal maneira pujante essa rêde líquida que, à época das enchentes, meses de abril a junho, os espaços marginais, dominados pela floresta, são invadidos e extensas áreas absorvidas, permitindo a impressão do império majestoso das fôrças potâmicas.

A densidade florestal representa-se em milhares de espécies, do mais variado porte e da maior heterogenidade. Ora são árvores que se agigantam, cheias de majestade, buscando os céus, ora arbustos que se adensam e fecham a possibilidade de um caminho, todos em meio ao emaranhado de cipós, de trepadeiras, o que impede, muitas vêzes, a penetração da própria luz solar.

E só por exceção essa floresta selvagem cede lugar, esmaecendo, aos campos naturais, que constituem, por isso mesmo, verdadeiras ilhas.

Êsses campos naturais localizam-se na porção brasileira da Amazônia, na ilha do Marajó, no baixo Amazonas, nas cercanias da fronteira com a Guiana Holandesa, no vale do rio Branco, na Guiana Brasileira que se estende do litoral atlântico em direção ao Jari, na região entre o Madeira e o Purus, trechos dos municípios da Lábrea e Humaitá. Tais campos não são continuados. Espaçam-se muito, pela penetração da floresta, que interfere aqui e alí. Têm sido aproveitados para a fundação de estabelecimentos pastoris, principalmente os de Marajó e os do Rio Branco, apesar da pobreza das pastagens. A área que a floresta ocupa representa, em conseqüência, cêrca de 80% do espaço amazônico.

O clima é, na generalidade, quente e úmido. A temperatura, elevada, mas amenizada por alta pluviosidade. Os ventos alisios que sopram do Atlântico e a queda da temperatura à noite contribuem também para diminuir os rigores do calor [1]. Assim, em Manaus, a temperatura média é de 26.°,6 e em Belém, de 25.°6. No trecho serrano, como no trecho da mata sul, o calor perde muito de seu vigor. As estações são duas: inverno e verão. O inverno começa em novembro e o verão em maio.

O primitivismo das condições existenciais, a rarefação populacional e a economia predatória, compondo já particularidades decorrentes da ação que o homem vem procurando exercer alí, são, no entanto, igualmente uma conseqüência daquelas características anteriores que vêm condicionando essa mesma ação. Vivendo num ambiente agressivo pela natureza bravia, indisciplinada, que o singulariza, o homem não pôde triunfar, dominando aquelas fôrças telúricas, antes vivendo a ceder aos imperativos desconcertantes e a realizar a existência em função delas.

No conjunto brasileiro, a Amazônia, com essas pintas fortes, representa mais de três milhões e meio de quilômetros quadrados, o que equivale dizer que ocupa quase dois terços do território brasileiro.

Geógrafos brasileiros dividem-na em três zonas: a boreal serrana, a central e a das grandes matas do sudoeste. Na primeira, há um relêvo granítico acentuado. Aí está localizado o que chamamos o sistema guiano ou parimo, identificável fàcilmente pelos dois trechos do maciço guiano. Três grandes bacias têm seus divisores de água nessa zona: a do Amazonas, pelas águas dos rios Branco e Negro; a do Orinoco e a do Esequibo-Rupununi.

Na segunda, onde a depressão é visível, as ondulações do terreno são apagadas, apenas aflorando, podemos assim dizer, em pequenos tabuleiros, entre

[1] José Carlos Junqueira Schmitd, "O clima da Amazônia", in *Amazônia Brasileira*, Rio, 1944.

o Paru e Parintins. É essa zona pontilhada por ilhas de todos os tamanhos e por lagos em quantidade infinita. São aí os famosos estreitos de Breves. Mais acima, o rio sofre uma angustura, na altura de Óbidos, angustura violenta em face das proporções de largura dos demais trechos fluviais.

Na terceira zona, vamos caminhando em ascensão. Os rios rumam para os chapadões matogrossenses ou tomam a direção da cordilheira andina. É a zona por excelência da floresta. Os campos rareiam. A riqueza dominante é a hévea brasiliense. Alguns dos rios que correm aí estão ainda em formação de leito.

Essa divisão foi alterada pelo Conselho Nacional de Geografia que preferiu apresentá-la assim: Encosta Guianense, Planície Amazônica, Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro e Planície Litorânea [2]. Para traçá-la, atendeu a considerações de base geomorfológica e climática.

Na primeira, que é limitada ao norte pelo Maciço Guianense, situa-se a sub-região do Rio Branco, distinta pelos campos a que já nos referimos.

A Planície Amazônica estende-se em direção ao Planalto Brasileiro, com três níveis diferentes: "a planície de inundação, constituída pelas várzeas e igapós, os tesos e as terras firmes". "A planície de inundação é formada pelo Amazonas e baixo curso de seus afluentes. A pequena declividade dos seus leitos permite a deposição de sedimentos nas margens, formando como que diques marginais. Na época das cheias, as águas ultrapassam os mesmos, ganhando terras mais baixas onde vão formar pântanos e lagos. São as várzeas, zonas de matas e campos periòdicamente alagados e de ótimas pastagens, que marcam o limite do leito maior do rio. As matas baixas e ainda sujeitas à inundação, que se seguem às várzeas, constituem o igapó.

A planície de inundação, recoberta por sedimentos argilosos e camadas de areia misturada com detritos vegetais carregados pelos rios, apresenta uma cobertura vegetal de matas de cêrca de 12 metros de altura, destacando-se como espécimes de maior importância a seringueira e o cacaueiro.

Terraços de 6 a 15 metros de altura, situados acima do nível de inundação e revestidos de mata pouco desenvolvida, formam os "tesos", onde se refugia o gado na época da enchente.

Finalmente, depois dos tesos é encontrada a "terra firme" — barrancas de argila de côres diversas, constituídas por um platô terciário recoberto de mata alta, onde se encontram madeiras de construção e a castanheira chamada do "Pará". Êste platô, que se liga ao norte e ao sul com as peneplanícies brasileira e guianense, é pouco importante em altura até a embocadura do Madeira, elevando-se a leste no baixo curso do Amazonas. Grandemente trabalhado pela erosão fluvial, o platô terciário toma a aparência de relêvo tabular separado

[2] Conselho Nacional de Geografia, "Divisão Regional do Brasil. Norte", Rio, 1949.

em boa técnica e na aparelhagem conveniente. Quanto ao valor do solo, porém, ao invés de acreditarmos na sua fecundidade, fecundidade que permita o domínio do homem nas tarefas agrícolas de finalidade alimentar ou não, temos de aceitar a conclusão, a que se começa a chegar, de que as terras altas não oferecem aquêles índices de rendimento que se imaginavam, o que não significa, no entanto, que sejam desprezíveis e constituam um pêso morto, uma área de escassas possibilidades.

"Em regra geral as terras firmes da Amazônia, escreve FELISBERTO CAMARGO,[6] formadas em sua maioria de sedimentos milenários, são pobres, destituídas dos elementos minerais indispensáveis para sustentar culturas intensivas.

Nessas regiões, a disponibilidade de minerais que realmente existe reside nos tecidos vegetais das plantas e na água em circulação no solo. A terra em si é extremamente pobre. Sua fertilidade se esgota em menos de 4 anos".

As terras de várzea, ao contrário, "embora não tenham a riqueza das formações similares do Nilo ou das regiões vulcânicas de Sumatra, Malaia, Bornéu e outras, constituem, todavia, a grande reserva de terras amazônicas destinadas à produção intensiva de gêneros alimentícios e ao desenvolvimento de uma agricultura capaz de tornar em feliz realidade o velho e decantado sonho de HUMBOLDT".

As várzeas do delta, banhadas pelo fluxo e refluxo das marés, estendem-se ao Xingu, conquanto haja quem pretenda ver aquela influência ainda na altura de Óbidos. Aí se formam verdadeiros igapós, que crescem pela violência das marés que se verificam em março e em setembro, e atingem a própria capital paraense.

As várzeas de interior começam no Xingu e "caracterizam-se pela ausência de árvores e pela presença de imensas pastagens formadas de diversas espécies de "canaranas" e de arroz bravo, circundadas, de um lado, pela mata ciliar do teso, à margem dos cursos d'água, e pela terra firme, do lado oposto.

Essas várzeas são antes trechos ou parte do leito do Rio Amazonas, do que terra pròpriamente dita. Durante alguns meses do ano, elas perdem sua característica geográfica para incorporar-se ao leito do grande Rio.

O solo, no inverno, fica de 4 a 5 metros de profundidade. No auge da enchente, o Rio Amazonas transborda de sua calha de verão e se estende lateralmente sôbre as margens, que constituiram parte de seu antigo leito, e restabelece a largura que possuía no fim do período "terciário", com seus 60 a 100 quilômetros de largura na região do Baixo Amazonas".

---

[6] FELISBERTO CAMARGO e DANIEL DE CARVALHO, *Aproveitamento das várzeas da Amazônia para produção intensiva de alimentos*. Rio, 1951.

As árvores de que se extrai o látex encontram-se tanto nas terras firmes, como nas várzeas. São as héveas, cujas espécies mais importantes chegam a vinte. A Hévea brasiliensis é a de maior importância econômica, pela riqueza do látex que produz. É uma árvore de 29 m e mais de altura, de porte airoso, piramidal, em plena floresta, de tronco ordinàriamente reto e não ramificado.

Com relação à flora, podemos dizer que é de uma riqueza particular. Varia de acôrdo com a natureza das terras. Ora de tipos frondosos, ora de tipos rasteiros. Não apresenta homogeneidade. Ao contrário, o que a distingue é o seu aspecto heterogêneo e a dispersão que dificulta a exploração sistemática. Caracteriza-se, porém, fundamentalmente, pela preponderância das leguminosas, a que se seguem as palmáceas, que fornecem um forte contingente de elementos de uso diário na dieta do caboclo. Sua identificação em espécies úteis ou apenas para satisfação da curiosidade cientifica ainda não se pode afirmar que tenha sido realizada a contento. Nas terras firmes, apresenta uma coloração verde-escura. Aí é o domínio absoluto da floresta fechada. Nas várzeas, a flora perde aquela pujança, embora, aqui e ali não seja uma exceção a existência de tipos vigorosos e de estatura respeitável.

As plantas úteis, tanto as das terras firmes como as das várzeas, são inumeráveis: castanheiras, cacaueiros, jarineiras, andirobeiras, copaibeiras, cumaruseiras, assacuseiros, pausrosa, sumaumeiras, urumuseiros, guaranás, timbós, bacabeiras, açaìseiros, babaçuseiros, buritiseiros, patauaseiros, muritiseiros, uricuriseiros. As madeiras para construção são igualmente sem conta, como as fibras, os cipós de utilização industrial, as plantas de uso medicinal ou de condimentação, as frutas de uso diário, as resinas, as plantas ornamentais.

As árvores de que se extrai o látex encontram-se tanto nas terras firmes como nas várzeas. São as héveas, e suas espécies mais importantes se contam em número de vinte.

As mais importantes, pela exploração que delas se faz, são: brasiliensis, benthamiana, cuneata, spruceana, lutea, guianense.

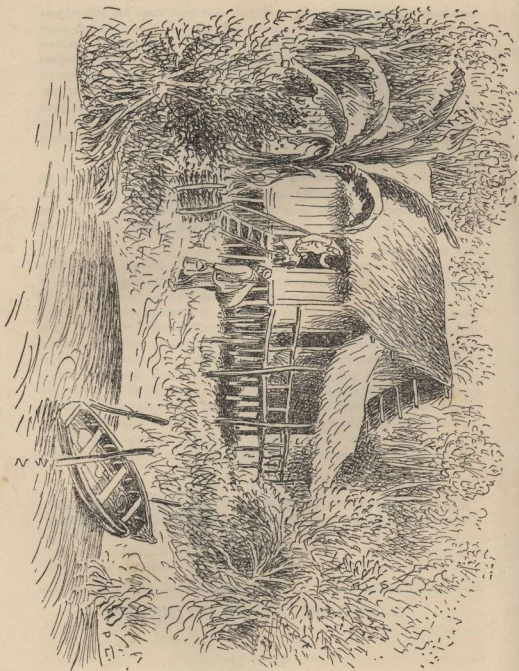
A "hevea brasiliensis" é a de maior importância econômica, pela riqueza do látex que produz e conseqüentemente pela superioridade do produto na sua utilização comercial e industrial. Encontramo-la em tôda extensão do espaço amazônico, preferentemente nas terras baixas, argilosas, abundantes em húmus. "É uma árvore de 20 m e mais de altura, de um porte airoso, piramidal, em plena floresta, mais desenvolvido nas clareiras e sôbre as margens dos rios ou ribeiros. O tronco é ordinàriamente erecto e não ramificado; apesar d'isso não é raro encontrar exemplares em que o corpo da árvore é fortemente inclinado, fato que em particular se observa nas orlas das matas. Também freqüentes vêzes aparecem outros exemplares, os quais apresentam o trônco bifurcado ou mesmo dividido em 3 hastes a partir do solo." [7]

A "guyanense" é encontradiça na região das ilhas. Seu valor é muito menor que o da "brasiliensis". Sua cotação comercial, por isso mesmo, é também

[7] O. Labray, *A Borracha no Brasil*, Rio, 1913, pág. 21.

baixa. A "spruceana", denominada na terminologia dos seringueiros como "barriguda", não tem importância mercantil. A "benthamiana" é própria do vale do rio Negro e do Solimões.

Com relação à fauna, se não é possível chegar às mesmas conclusões que a flora autoriza, não quer isso dizer que a consideremos pobre, desconcertante na paisagem amazônica. Ao contrário, as espécies são variadas e somam muitas centenas, concorrendo para a manutenção alimentar da região e para o intercâmbio comercial. Nesse particular, os couros e peles de animais selvagens constituem mesmo um dos grandes movimentos regulares da atividade mercantil e industrial nativa. A contribuição da fauna ictiológica é, todavia, de tôdas, a que oferece maiores possibilidades e apresenta, igualmente, maior variedade. Sua utilização faz-se desordenadamente, apesar de uma legislação vasta e três vêzes centenária, de vez que data do período da dominação portuguêsa.[8] Pode-se escrever sem receio de contestação que é essa fauna ictiológica que garante a presença do homem amazônico pela subsistência que lhe vem assegurando através dos tempos.

[8] José Verissimo, *A Pesca na Amazônia*, Rio, 1894.

Parte II

O COMPORTAMENTO DO HOMEM

Capítulo II

HISTÓRIA SUMÁRIA DA CONQUISTA DO ESPAÇO AMAZÔNICO. EXPANSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA. A INCORPORAÇÃO DO ACRE.

A CONQUISTA do espaço amazônico, entendida essa conquista como a penetração dos grandes cursos fluviais e o estabelecimento de núcleos humanos que representem uma soberania permanente e, de certo modo, um empreendimento econômico-social em suas linhas iniciais de aproveitamento dos recursos florestais e da fauna comerciável, vem sendo um cometimento de páginas heróicas, que podemos dividir em dois períodos. O primeiro ocorreu durante o processo de colonização realizado pelos portuguêses. Foi, assim, uma etapa da aventura imperial em que aquêles nossos antepassados se defrontaram com o grande espaço brasileiro, não desanimaram ante a grandiosidade por que êle se apresentava e procuraram vencê-lo assentando os fundamentos de uma sociedade que, se não pôde resistir a todos os imperativos telúricos, de qualquer maneira soube ajustar-se à realidade geográfica e, em conseqüência, obter os primeiros êxitos certos e seguros que se conheceram de emprêsa humana realizada nos trópicos.

Então, os portuguêses e os mamelucos que êles plasmaram com aquela plasticidade maravilhosa, que tanto os distinguiu entre os povos europeus que se atiraram às façanhas coloniais, estabeleceram as fronteiras políticas do que viria a ser a Amazônia brasileira, fixando os lineamentos da ocupação e do aproveitamento das possibilidades regionais.

O segundo período liga-se à exploração das héveas, a partir da quinta década do século XIX. Grossos contingentes de nordestinos, cearenses em maioria ponderável, alcançaram os altos rios, empurrando a fronteira legada pelos portuguêses e empreendendo o cometimento sensacional do que podemos chamar de ciclo da borracha ou do ouro negro. Ainda desta vez, é certo, não foi possível ao homem vencer de vez a floresta, afeiçoando-a aos seus interêsses e às exigências de uma nova civilização. É certo que dispôs, então, de recursos que faltaram aos predecessores, embora, como aquêles, tivesse operado como verdadeiro pioneiro, desbravando e criando vida nova onde até àquela hora

havia apenas o gentio de organização tribal ou o deserto absoluto. Êsses recursos representaram-se nos instrumentos de trabalho, numa melhor técnica para as operações a que se entregou e num sistema de transporte mais rápido e seguro que lhe garantiu a penetração mais profunda e a movimentação mais ampla, mais volumosa, das riquezas que foi encontrando e incorporando à economia nacional e internacional. Apesar dêles, é preciso assinalar, o homem, nesse segundo período, ainda não se pôde libertar daqueles imperativos telúricos. A conquista do espaço, por isso mesmo, continua sendo uma emprêsa marcada pelo caráter da aventura, sujeita, em conseqüência, aos altos e baixos comuns aos cometimentos dessa natureza.

Vejamos, porém, com alguns pormenores necessários à compreensão do assunto, os episódios de maior expressão que constituem a crônica de todo êsse esfôrço para a conquista da hinterlândia do extremo-norte do Brasil. E para começar, recordemos que, pelo ajuste de Tordesilhas, a Amazônia era espaço integrante das Índias Ocidentais de Castela. E como tal, no decorrer do século XVI, os monarcas castelhanos, em sucessivas concessões, entregaram-na a súditos seus, que, todavia, sem meios para a emprêsa, ou com os olhares voltados para outros misteres em outras áreas do Império, de proventos mais imediatos, ignoraram as concessões, delas desistindo ou delas se desinteressando.[1] Francisco de Orelana, em sua descida maravilhosa, em 1540/1, revelara-a em seu gigantismo de águas, de terras, de riqueza florestal e animal, em suas particularidades humanas, indicando-a a Carlos V como um espaço que precisava ser incorporado às suas possessões pelo aproveitamento do que aí se guardava.

O período espanhol da história amazônica, história marcada, depois, pelos incidentes sangrentos da aventura de Ursua-Lobo de Aguirre, nada deixou de memorável além dessas páginas escritas num reconhecimento incipiente, que permitiu os primeiros capítulos do exotismo regional e da literatura de exaltação à terra, literatura que tantos prejuízos tem trazido à avaliação serena da realidade local. Encerrou-se, por isso mesmo, com a marcha dos luso-brasileiros que desciam o litoral brasileiro leste-oeste, na campanha contra os entrelopos franceses e, alcançando o delta, penetrado o rio Pará, estabeleceram, no ano de 1616, o fortim do Presépio, que foi sombra amiga para o núcleo de Santa Maria de Belém, hoje a capital do Estado do Pará, e posição inicial para a façanha de ampliação territorial que iria constituir aquêle primeiro período da conquista a que nos referimos.

Inglêses, holandeses, irlandeses, a serviço de emprêsas comerciais que funcionavam na velha Britânia e nos Países Baixos, a essa altura estavam tentando estabelecimentos mercantís e militares ao longo do Amazonas. Empreendiam

[1] Arthur Cezar Ferreira Reis, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, tomo I, Rio de Janeiro, 1944, págs. 31/33.

a primeira sortida de estranhos sôbre a região. Mantinham o melhor contacto com o gentio Aruan e Tupinambá. Seus estabelecimentos já se estendiam pela costa do Macapá, região das ilhas, Xingu, aproximando-se do Tapajós. Ao lado dos estabelecimentos coloniais levantavam pequenas fortificações, que seriam raiz das praças fortes que garantiam, imaginavam, pelos tempos adiante, o domínio cujas bases lançavam com tanto êxito e sob tantas facilidades.

Começou ali, então, o episódio memorável do esfôrço lusitano para fazer da Amazônia uma parte integrante do ultramar português na Sulamérica e, posteriormente, parte integrante do Brasil soberano. Portugal e Espanha formavam, àquele momento, uma monarquia nominal. Os Áustrias, ramo espanhol, dominavam a pátria portuguêsa. Os portuguêses, com aquela personalidade que souberam manter através de mil vicissitudes históricas e políticas, continuavam, no entanto, um povo integrado nessa personalidade. O que realizavam no ultramar objetivava sempre servir o velho Reino, em demonstração de integridade e de civismo suficientes para destruir a afirmação desavisada de que já havia decadência, desaparecera o sentimento de nacionalidade e os portuguêses caminhavam para a desintegração. Atingido o delta amazônico, encontrado o elemento estrangeiro, verificado o perigo que havia da sua presença e da aliança que mantinha com a multidão gentia, os luso-brasileiros decidiram prosseguir nas campanhas que vinham batalhando pelo litoral contra o francês voraz.

Caldeira de Castelo Branco, que estabelecera o Presépio, governante inábil mas um soldado capaz de feitos heróicos, de logo projetou a partida contra o estrangeiro. Portuguêses, espanhóis e mamelucos nordestinos, que formavam as companhias de guerra nesse entrevero inicial, eram cristão católicos. Inglêses, holandeses e irlandeses apareciam-lhe como emissários da Reforma. Eram, por isso, os "herejes". Lutar contra êles valia, assim, servir à pátria e à cristandade.

Em Madrí, sabida a novidade da fundação do Presépio e examinados os perigos que os "herejes" criavam, o Conselho das Índias fêz as devidas reflexões acêrca da ação a empreender. Seria conveniente entregá-la aos luso-brasileiros? Haveria perigos de confiar a súditos recentes e de cuja fidelidade ao trono espanhol certamente se podia duvidar? O espaço amazônico, convém recordar, era espaço legítimo, pelo ajuste de Tordesilhas, da coroa espanhola. O litoral do Brasil, ao contrário, pertencia, pelo mesmo diploma, à coroa portuguêsa. Como decidir?

Os estabelecimentos que os espanhóis vinham montando na Guiana não podiam, realmente, encabeçar a emprêsa de descer o litoral, em direção ao delta, para, a seguir, vencido o concurrente "hereje", penetrar o grande rio e transformar suas águas e suas terras em parte integrante do império de Castela. Êsses estabelecimentos nenhuma significação possuíam. Estiolavam-se. Andavam em

perigo constante, face à desenvoltura dos estrangeiros, que intentavam destruir o império de Castela no Novo Mundo. Ora, se com êles não era possível contar para o empreendimento, por que não o confiar aos luso-brasileiros, que já estavam com o pé metido na terra amazônica?

Em 1621, pelo aviso de 4 de novembro, decidiu-se, em Madrí, desprezar as restrições que advinham de possíveis perigos de uma ação subterrânea dos luso-brasileiros contra os interêsses de Espanha, confiando a êles a tarefa magnânima de subir o Amazonas, destruir as posições dos "herejes" e estabelecer o domínio.

Durante cêrca de duas décadas, a história amazônica escreveu-se, por isso, ao fragor da luta contra o "hereje" e contra a multidão gentia que se mantinha, ora aliada ao estrangeiro, ora decidida a obstar o poder do novo senhor. Capitães da altura cívica de Pedro Teixeira, Bento Maciel Parente, Pedro Baião de Abreu, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Luis Aranha, Ayres Chichorro, Francisco de Medina, Pedro da Costa Favela, Jerônimo de Albuquerque, Jácome Raimundo de Noronha, Feliciano Coelho, Sebastião de Azevedo, combatendo com decisão e impetuosidade, triunfaram sôbre o estrangeiro e sôbre o gentio. Dêsse, já algum havia cedido na hostilidade, aliando-se ao português graças à ação dos Franciscanos da Província de Santo Antônio. Frei Antonio de Merciana, que orientava êsses Religiosos, foi até um dos mais salientes homens da ação militar contra o "hereje", combatendo à frente de seus catecúmenos, que selavam, nas partidas militares, a sua cooperação com os homens que vinham criar a nova colônia.

Estava quase vencida a partida quando um novo acontecimento veio abrir maiores perspectivas ao empreendimento lusitano. Êsse acontecimento foi a subida do Amazonas pela expedição comandada por Pedro Teixeira, que atingiu Quito e, ao regresso, fundou, a 16 de agôsto de 1639, na confluência de Aguarico com o Napo, o núcleo da Franciscana, que balizaria, na hinterlândia amazônica, as fronteiras das Coroas portuguêsa e espanhola. O espaço amazônico, em sua extensão, pelo gesto do bandeirante português, deixava de ser espaço da coroa de Castela? Aquêles perigos antevistos pelo Conselho das Índias tinham sua razão de ser? A expansão luso-brasileira já se estava operando, claramente, contra os interêsses da coroa espanhola, beneficiando a coroa portuguêsa. Os têrmos jurídicos do ajuste de Tordesilhas começavam a transformar-se em letra morta.

Pouco depois, verificava-se outro sucesso de importância definitiva para os resultados da façanha empreendida pelos luso-brasileiros: Portugal declarava-se reintegrado em sua soberania, voltando a ser um reino livre, com monarca português. A Amazônia, onde os interêsses espanhóis entravam em crise, decidiu-se, na conjuntura, pela soberania portuguêsa.

vez, por isso, apesar da significação política que representava sua manutenção para a Coroa portuguêsa, houve a sugestão, partida da própria colônia, para que fôsse evacuada. O Conselho Ultramarino e as autoridades maiores da colônia pronunciavam-se sempre contrárias a essa sugestão. A política a seguir seria a da manutenção das posições. Foram asseguradas, estudadas constantemente as condições locais, aumentados os estabelecimentos militares, instalados núcleos de catequese, enfrentada a hostilidade local.

Nessa ação memorável, distinguiram-se dois grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Êsses dois administradores, com um sentido admirável do que representava a região, do ponto de vista político, não a descuraram, um instante. O primeiro, além das providências que determinou na fase de sua gestão, mais tarde membro do Conselho Ultramarino, foi a experiência de que se valeram os estadistas reinóis para conhecer das dificuldades e da importância do trecho para o Império. O segundo, tomando contacto com a região em mais de uma viagem a ela, dirigiu a ofensiva contra o ambiente, contra o gentio inimigo e contra os franceses.

Os governantes da Amazônia, sem uma hesitação, souberam cumprir seus deveres, mantendo rigorosa vigilância naquela fronteira, fazendo policiá-la e situando, nos sítios nevrálgicos, os destacamentos militares e os aldeamentos indígenas que servissem para o início da ocupação política dirigidos pelos missionários, ora da Companhia de Jesus, ora da Província de Santo Antonio.

No consulado pombalino, erigiu-se a fortaleza de São José de Macapá, que substituiu as praças menores que haviam, até então, valido nas horas duvidosas. São José do Macapá, como o forte do Príncipe da Beira, era um monumento militar, equipado com 62 canhões e guarnecido por um regimento de infantaria. O estado de vigilância não foi abandonado.

A expansão em direção ao norte, mantendo a fronteira nos têrmos da concessão da Capitania de Bento Maciel Parente, decretada nas decisões do Conselho Ultramarino, realizada pelos soldados, religiosos, funcionários civis e colonos do Pará, foi uma emprêsa conduzida dentro do sentido imperial português e um dos capítulos da história da formação territorial da Amazônia. Completara-se, através de sua execução, a configuração litorânea do Brasil, que dominava assim as duas entradas do delta do Amazonas. O limite que se desejava alcançar ao norte, estava atingido.

A irradiação em direção oeste, esta teve como pontos de partida São Luís, nos primeiros tempos, Belém e Gurupá posteriormente, Belém principalmente. Como a irradiação para o norte, ao longo da costa, a irradiação para oeste foi levada adiante por militares, civis e religiosos que ora avançavam servindo seus

próprios interêsses, ora atendiam às ordens que lhes decretavam de Lisboa com o objetivo de aumentar o espaço territorial.

Subiram as águas do Tocantins, Tapajós, do Xingu, do Madeira, do Rio Negro, do Rio Branco, do Solimões, do Japurá, do Içá, do Marañon, do Napo. Aqui e alí, os sertanistas, os religiosos e as tropas de guerra encontraram dificuldades impostas por grupos indígenas e pelos contingentes espanhóis que desciam pelo Marañon e peo Orenoco. Aquêles, internando-se ante a marcha do conquistador, ofereciam resistência nos sítios onde se estavam estabelecendo. Êstes, tentando a catequese do bugre no Solimões e no alto Rio Negro ou procurando fixar estabelecimentos militares no Rio Branco, foram vencidos sem maiores conseqüências.

A penetração em direção oeste e norte do Amazonas, as comunicações com outros distritos do Estado do Brasil, pelas águas dos afluentes do Amazonas, as tentativas para irradiar sôbre áreas ocupadas pelos missionários e pelas autoridades espanholas, se, de um lado, evidenciavam o espírito aventuroso dos luso-brasileiros, os sentimentos patrióticos que os guiavam, de outro deixavam claro a intenção imperial de Portugal que se mantinha fiel ao pensamento de criar, na Amazônia, uma nova área de seu mundo ultramarino.

Afirma-se que a irradiação foi obra de missionários ou de sertanistas, preocupados ùnicamente com a coleta da especiaria, a "droga do sertão", da terminologia da época, e com a catequese da multidão indígena. Obra de caráter econômico e de natureza espiritual.[2] É certo que essas razões presidiram a emprêsa lusitana na Amazônia, como presidiram noutros distritos do Brasil, como foram fôrça fundamental na emprêsa de expansão efetuada nos vários trechos de águas e terras que Portugal descobriu e incorporou ao ecúmeno.

Em tôda essa emprêsa de expansão, no entanto, não é possível deixar de atender a que ela se processou em obediência a um objetivo de natureza política de que o religioso e o econômico eram partes integrantes, aspectos particulares.

No tocante ao aspecto econômico convém assinalar que, de início, veiculada a notícia que os cronistas animaram com o sensacionalismo de suas descrições exageradas, os colonos do Pará, sertanistas intrépidos, procederam ao exame das possibilidades locais, avaliando-as no que valiam para o comércio exterior e para a utilização imediata. Uma pequena lavoura de cana, para o fabrico do açúcar, de algodão, de cacau, foi experimentada com o melhor êxito, nas cercanias de Belém e aos pouco ampliada aos cursos d'água das proximidades, ao Tocantins, ao Baixo Amazonas. O grosso do trabalho fazia-se, porém, à volta da especiaria que se acumulava pela hinterlândia e era preciso ir coletar.

---

[2] Cf. de nossa autoria, *O Processo Histórico da Economia Amazonense*. Rio, 1944.

Essa especiaria era chamada "droga do sertão" e se representava no cacau, na baunilha, no cravo, na canela, no puxuri, na salsa, nas sementes oleaginosas, nas raízes aromáticas, nas espécies variadíssimas de madeiras, de logo empregadas nas construções que se levantavam no Reino. Incentivos oficiais os mais amplos, para essa recoletagem intensa a que se procedeu, foram decretados de Lisboa. O govêrno português, a braços com as dificuldades que se verificavam no Oriente, de onde não vinha mais, com a mesma abundância e facilidade, a especiaria que enricara a nação e lhe criara posição singular no concêrto europeu, apelava para o novo velocino que encontrava no extremo-norte do Brasil. A corrida para a hinterlândia amazonense era, em parte, evidentemente, uma conseqüência direta dêsse incentivo governamental.

Pontilhado o sertão de núcleos criados pelos missionários, núcleos, já se vê, em que a população se recrutara totalmente no gentio, algarismado em muitos milhares de indivíduos, identificada conscientemente a produção espontânea, a irradiação do sertanista que a procurava tomou alento. Carrearam-se para Belém, de onde embarcavam para a Lusitânia européia, algumas toneladas de "drogas". Flotilhas de embarcações de todos os tipos e tamanhos, desde a "ubá" indígena à "coberta", de adaptação alienígena, movidas pelo braço do nativo, que dava tudo e sem o qual nada se realizava de seguro naquela mesopotâmia fluvial, cortavam as águas amazônicas, transportando essa produção nativa. Os próprios missionários, tocados pela miragem dessa riqueza terrena, fugiram um pouco às obrigações espirituais, mobilizando seus catecúmenos para a emprêsa mercantil. Belém, a essa altura, era uma feira movimentada, pelo contrôle que exercia sôbre todo êsse comércio de proporções tão largas. No Amazonas, que os cronistas denominavam "Certam das Amazonas", não havia pousadas com ares urbanos, para as gentes ibéricas ou mamelucas. Além dos sítios de evangelização dos Religiosos, apenas feitorias que se mudavam quando o sertanista encontrava melhor ponto de apoio para o cometimento aventureiro. Um fisco vigilante, assentado em Pauxis, hoje Óbidos, e em Gurupá, registrava as embarcações condutoras das "drogas", taxando-as de acôrdo com a legislação em vigor.

Essa situação se modificaria sensìvelmente, da quinta década do século XVIII em diante, com as providências vindas do Reino e cumpridas no vale, a respeito do tratamento da terra. Ao lado das colheitas da "droga", o colono devia plantar as espécies nativas e aclimar as espécies alienígenas. Estávamos diante de um programa de valorização do extremo norte, programa que se desdobraria sem cessar até o fim do ciclo colonial. Isenções de impostos e outros favores e garantias foram decretados; sesmarias, concedidas como prêmios; instrumentos agrários e outros elementos para o trabalho, distribuídos. Os efeitos dessa política tão sábia sentiram-se logo. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, deu início a essa nova ordem de coisas, que entre outras

novidades trouxe a de um funcionário, o Intendente do Comércio, Agricultura e Manufaturas, a cujo cargo corria o supervisionar o desenvolvimento da lavoura, do comércio e da produção manufatureira que principiava. A produção de cacau, algodão, café, arroz, canela, açúcar, obteve um crescimento sensível.

Em 1775, havia, por exemplo, na Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, 220 920 pés de café, 90 350 de cacau, 47 700 de tabaco, 870 de algodão. Em 1818, no Solimões já havia sítios com 20 000 pés de café. Em 1787, o tabaco valia alí 4$000 a arrôba; o café, 2$600; a salsa, 6$000. Em 1818, o tabaco cotava-se a 8$000 a arrôba; o café, a 3$200; o cacau, a 1$600; o anil a 32$000; o algodão em caroço, a $800. Um pote de manteiga de tartaruga comprava-se a 3$200; um alqueire de castanha, a $200.

No Marajó, a criação de gado vacum e cavalar fôra iniciativa das Ordens Religiosas. Ao retirarem-se, no período de POMBAL, dessas mesmas Ordens, as operações mercantís, incorporados ao patrimônio do Estado, os bens materiais que possuíam, contaram-se na ilha cêrca de 400 000 cabeças de gado vacum.

O volume da produção espontânea, não há negar, ao fim do ciclo colonial sobrepujava ainda o volume da produção cultivada. Nem por isso os colonos deixavam de enfrentar o meio procurando levar avante o programa de trabalho criador. Havia pesqueiros oficiais, isto é, os mantidos pelo govêrno para as necessidades dos soldados e funcionários públicos, como havia os que se exploravam no Solimões e no Baixo Amazonas pela iniciativa privada e asseguravam lucros, nêles trabalhando, sob processos primitivíssimos, o nativo que era o mestre e o guia seguro. As manufaturas apresentavam-se assim: olarias para telhas, potes e outros artefatos singelos; teares para o beneficiamento de algodão e preparo de fardamentas da soldadesca e da indiada; pequenos estabelecimentos para o fabrico de velas, cordas e calabres de piaçaba, sabão, secamento de peixes, beneficiamento do anil, farinhas e açúcar; pequenos estaleiros para a construção dos barcos que faziam o transporte dos gêneros regionais. O Estado mantinha uma série de estabelecimentos, entre os quais o estaleiro de Belém, que construía bergatins para a armada portuguêsa e os pontos de corte e preparo de madeiras para exportação.

O dinheiro amoedado não circulava com abundância. Fazia-se troca de produtos. Pagava-se em gêneros. Só os funcionários e um ou outro felizardo possuíam moeda nacional.

Quando se encerrou o ciclo colonial, as condições econômicas da Amazônia revelaram a existência de um gigantesco esfôrço para criar riqueza vencendo a natureza.

Nos dias que se seguiram, a ocupação da hinterlândia amazônica com o prosseguimento da exploração da especiaria e da cultura da terra não cessou. É evidente que não ofereceu, de logo, aquela pressurosidade que vimos nos albo-

res da conquista. Os colonos, que agora eram ùnicamente os membros da sociedade mestiça elaborada sob o domínio português, foram ampliando o ecúmeno tranqüilamente, dirigindo-se para novas áreas, subindo agora outros cursos fluviais como o Purus e o Juruá em direção aos manadeiros, na busca à droga do sertão mas sem abandonar as tarefas agrárias. Estas, aos poucos, experimentavam um crescente desenvolvimento que modificava, grosso modo, a paisagem de economia regional que, se não perdia de todo aquelas características primárias, já se distinguia, preferentemente, pela produção realizada como conseqüência do esfôrço humano no empreendimento agropastoril. Vivia-se, assim, no vale, um novo ciclo, que se alentava dia a dia, num ensaio de perspectivas as mais animadoras. Os rebanhos cresciam no Marajó e no Baixo Amazonas. Em 1861-2, contaram-se 523 fazendas, com uma população bovina de 210 742 cabeças, aumentadas para 355 451 menos de vinte anos depois. A lavoura do cacau, do café, do algodão, da cana de açúcar, do tabaco, do arroz, emprestava à Amazônia, principalmente à Província do Pará, um caráter de prosperidade ponderável. O cacau, por exemplo, que em 1780-1790 atingira uma produção de 619 239 arrôbas, em 1852-62 somara 2 094 119 arrôbas. O algodão, entre 1852-1862, alcançava as 26 168 arrôbas. Para o fabrico de açúcar e aguardente, funcionavam em 1862, no Pará, 161 engenhos. Em Belém, na mesma época, contavam-se 1 273 pequenos estabelecimentos industriais que empregavam 7 956 braços.

A navegação a vapor, introduzida pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, incorporada, sob os incentivos do Estado, graças à visão pragmática de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, e ampliada, posteriormente, pela iniciativa de outras organizações privadas, permitia ou garantia o giro mercantil das utilidades, giro que se operava também no bojo daquelas flotilhas imensas de embarcações menores, movidas a remo ou à vela, com as quais fôra possível alcançar, nos primeiros tempos, o recesso da hinterlândia. Em 1833, por exemplo, só entre o Pará e o Alto Amazonas circulavam 200 dessas embarcações. As relações comerciais diretas com a Europa e os Estados Unidos valiam por fim, nessa obra de desbravamento econômico, pela oportunidade que abria à produção regional, solicitada naqueles centros de consumo, relações que se animaram com o ato imperial de 7 de dezembro de 1866 que abriu as águas da grande bacia às bandeiras das nações amigas, dessa maneira em contacto direto e permanente com a riqueza que o homem amazônico estava extraindo da terra e entregando aos centros exteriores de produção industrial.

Com a participação da borracha nos gráficos da produção e exportação em crescendo ponderável, todo êsse esfôrço para a criação de um status econômico que fôsse abandonando as características primárias sofreu um profundo abalo. Tôdas as energias se deslocaram das tarefas agropecuárias para a extração do látex das héveas, num regresso vertiginoso à etapa por que se iniciara o processo

econômico da região. Perderam-se todos os esforços que fizeram as autoridades visando à manutenção do trabalho agropecuário. Em 1854, o presidente SEBASTIÃO DO REGO BARROS, na "Fala" que dirigiu à Assembléia Provincial em Belém, registrava a nova situação que se estava desenhando. Em 1862, o presidente ARAUJO BRUSQUE feria o assunto, condenando a atividade predatória que se voltava a exercer. No Amazonas ocorria o mesmo. As Falas por que os dirigentes da Província expunham ao legislativo local as condições existenciais vigentes nos seus aspectos mais variados, estão cheias de advertências, de palavras condenando o "rush" que principiava e o êrro que cometiam as populações do interior ao abandonar a emprêsa agropecuária para transferir-se aos trabalhos da extração da borracha.

Procurando-a com sofreguidão, à medida que os preços subiam, os caboclos amazônicos, os maranhenses que vieram a seguir e, finalmente, os nordestinos, em maior porção cearenses, espalharam-se em todos os sentidos. Subiram o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Purus-Acre, o Juruá, o Javarí. Alcançaram os manadeiros, plantando-lhes às margens e dos afluentes, os seringais. Frotas consideráveis subiram e desceram êsses rios, a serviço das emprêsas, das casas aviadoras que se organizaram em Belém e em Manaus.

Nessa expansão sensacional, mas desordenada, verificou-se uma outra etapa do deslocamento da fronteira, quando os seringueiros penetraram em territórios dos altos rios Purus-Acre e Juruá, que desbravavam e transformavam em áreas utilizadas pela ocupação e pela exploração econômica. Regiões até então consideradas na cartografia sul-americana como "tierras no discubiertas", bolivianos e peruanos consideravam-nas, contudo, partes integrantes de sua soberania. Ocupando-as, e nelas permanecendo ativamente, os seringueiros estavam ampliando o espaço brasileiro. Operavam o que podíamos chamar de conquista mansa do Acre, dêsse modo dando uma outra conformação territorial ao Brasil.

Expansão processada com rapidez, começou em meados do século XIX. Pioneiros, quase a medo, tomando contacto com o meio, vencendo hesitações naturais, passaram além da zona média daqueles cursos fluviais, procurando descobrir os reinos das héveas. A façanha de maiores proporções verificou-se, porém, no Purus-Acre e no Juruá, que eram totalmente desconhecidos, domínio do gentio com o qual só se registravam contactos rápidos, de frutos medíocres. No Purus, viviam os Mura, os Pamari, os Catauaxi, os Mamari, os Catoquina, os Caripuna, os Juma, os Ipurinã, os Jamamadi. No Juruá, os Naua, grupo indígena que opôs séria resistência aos que subiam o rio na tarefa extrativa. Os sertanistas que com êles primeiro entraram em entendimento para fixá-los em núcleos assistidos pelo Estado, foram, por isso mesmo, os que comandaram as penetrações iniciais. No Purus, êsses beneméritos chamaram-se JOÃO RODRIGUES CAMETÁ e MANUEL URBANO DA ENCARNAÇÃO. No Juruá, ROMÃO JOSÉ DE OLIVEIRA

e JOÃO DA CUNHA CORREIA. Guias dos que procuravam localizar-se às margens daqueles rios, serviam, igualmente, de guias aos homens de ciência, como WILLIAM CHANDLESS, que então procuravam a Amazônia para os capítulos novos de geografia física e geografia social e econômica que pretendiam escrever. Filhos da própria região, êsses pioneiros intrépidos não desconheciam um só dos segredos do meio bárbaro onde atuavam. A palavra que dissessem, o conselho que dessem, a indicação que fizessem, conseqüentemente, possuía uma autoridade de que ninguém poderia duvidar, antes deveria ouvir pela certeza da veracidade que expressavam. A ocupação das margens do Purus e do Juruá, autorizada por tais informações, avolumou-se.

Em 1852 registrou-se a primeira localização no Purus: MANOEL NICOLAU DE MELO, pernambucano, situou-se no lago de Aiapuá, abrindo o caminho aos outros. Em 1857 o imigrante cearense JOÃO GABRIEL DE CARVALHO E MELO, com quarenta famílias do Maranhão e do Ceará, estas tangidas para aquela Província pela sêca de 1845, estabeleceu-se perto da foz do Purus, no Itapá, de onde se deslocou, em 1862, para o Berurí, e para o Tauariá, entre o igarapé Mapixí e a ilha do Purupuru-Carneira, onde iniciou o cultivo da salsa.

Os povoadores encontravam, para os seus negócios, seringa, salsa, castanha, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, e outros gêneros, que comerciantes de Manaus, Anamã e Manacapuru iam extrair no Mucuim e no Tapauá.

Em 1869, outubro, chegava a leva de 45 cearenses da Uruburetama, que JOÃO GABRIEL DE CARVALHO E MELO trouxera, indo estabelecê-los no Tauariá. Em 1870, era a vez do maranhense ROCHA THURY, que fundara, no Solimões, o povoado de Codajás, e vinha agora com algumas centenas de maranhenses e paraenses do Baixo Amazonas.

Crescendo a população do Purus, era preciso facilitar-lhe a vida com um transporte rápido e seguro. Em 1858 e em 1866, os presidentes do Amazonas tinham cogitado da criação de linhas de navegação para lá. Mas só em 1869 a "Companhia Fluvial do Alto Amazonas" dava início ao serviço, até Hyutanahan, com o vapor "Madeira". No primeiro trimestre de viagem a companhia transportou 147 passageiros; a importação registrava-se em 41:306$716; a exportação em 297:835$307. A navegação a vapor abriu, então, perspectivas magníficas à colonização do grande vale. De par com os barcos da "Fluvial", outras emprêsas particulares vieram participar do "rush". Cêrca de quarenta regatões, em barcos à vela, partindo de Manaus, Manacapurus, Anamã, Codajaz, corriam o Purus.

Em 1871, o coronel ANTONIO R. PEREIRA LABRE, conduzido por MANOEL URBANO, fundava, com maranhenses, o povoado de Lábrea. Plantou uma cidade. Lábrea surgia em breve, no deserto, perpetuando-lhe o nome e tornando-se o mais avantajado ponto de apoio à conquista que prosseguia.

A Província do Amazonas, na medida do possível, nessas horas primeiras de sua existência autônoma, servida ainda de poucos recursos, atendia a região por uma série de autoridades policiais e fiscais que tinham sua jurisdição alargada até o alto rio.

Considerava-se o vale do Purus, em quase tôda sua extensão, na legislação abundante da Província, como parte integrante de seu território, confinando, decretara-se, com a Bolívia, no paralelo de 10.º latitude sul, onde se pensava, em 1873, situar um pôsto militar, que guardasse a fronteira e fôra instalado, nesse mesmo ano em Huytanahan, sob o comando do capitão FELICIANO JOAQUIM DA SILVA MORAES.

A população do Purus, pelos cálculos de LABRE, ascendia nessa época a menos de mil indivíduos. Em sua maioria imigrantes de Gurupá, Santarém e Óbidos, cujos seringais pareciam destruídos. Nesse ano de 1873, chegavam-lhe, porém, na busca da hévea, cêrca de mil pessoas; em 1874, perto de 4 000. Ainda pelos cálculos de LABRE, em 1873, já subia a população fixada a mais de 5 000 almas.

BARRINGTON BROWN e W. LIDSTONE, visitando em 1873 aquelas paragens, escreve EUCLIDES DA CUNHA, "não admira que encontrassem, a tôda hora, filtrando-se, nas folhagens da mata marginal, os rolos de fumo revelando as barracas em que se defumava o látex das seringueiras"; "e em Madiburí e Sepatini, distante mais de 1 300 quilômetros da foz, deparassem opulentos seringais exportando 18 000 e 30 000 kg, de borracha". Não admira, mais, acrescentemos, que o govêrno, para defesa dêsses povoadores, inquietados pelo gentio, criasse, nesse ano, em Março, um pôsto militar em Hyutanahan, de onde já passava a ocupação.

Importante frota mercante singrava aquelas águas claras, deixando e carregando homens e produtos nos barrancos amarelos e dos barracões centrais. Os povoadores continuavam a chegar, aos grupos, tentados pela fortuna rápida que se dizia estar escondida alí. A essa altura não se ocupara ainda, todavia, o vale do Aquirí.

CARVALHO E MELO, com uma nova leva de dezesseis cearenses da Uruburetama à cata de aventuras, ardendo por outras situações onde abundasse o leite tentador da hévea, foi o iniciador dessa ocupação. Aviado da firma paraense ELIAS J. NUNES DA SILVA, CARVALHO E MELO, viajando no "Anajaz", do comando do pilôto SIMPLÍCIO GONÇALVEZ, chegou a 3 de abril de 1877 à bôca do Aquirí, onde deu desembarque, lugar hoje denominado Anajaz, pouco acima da bôca do Acre, à margem direita do alto Purus. Seus companheiros eram: FRANCISCO INÁCIO PINTO, ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA, FRANCISCO CHAGAS SOUZA, JOSÉ JOAQUIM DE MATOS, MANOEL PAES D'AVILA, QUIRINO JOSÉ UCHOA, ANTONIO PE-

REIRA DE SANTANA, MANOEL TOMBADOR, JOSÉ FRANCISCO CATUABA, MANOEL NOBRE, FRANCISCO XAVIER BARBOSA, RICARDO POMPEU, RICARDO CARNEIRO, ANTONIO CLEMENTE, JOÃO TERÇO e GRACIANO de tal. O "Anajaz" logo após regressou a Manaus. CARVALHO E MELO, com aquêle punhado de bandeirantes, entregou-se então à tarefa dos primeiros abrigos e, a seguir, ao desbravamento.

No ano seguinte, em fevereiro, CARVALHO E MELO trazia, no vapor "Tapajoz", outro grupo de doze emigrantes que se foram distribuindo, como os anteriores, pelas margens do Aquirí e do alto Purus. Chamavam-se: JOSÉ DUARTE DE NEGREIROS e seus filhos JOSÉ e VICENTE DUARTE, FRANCISCO SELEIRO, ALEXANDRE DE MELO, ANTONIO SEVERIANO, JOAQUIM RAIMUNDO, JOAQUIM FRANCISCO, BENEDITO PEREIRA DE MATOS, FRANCISCO PINHEIRO BASTOS e os irmãos ANTONIO e ADELINO CATUNDA.

Por êsse tempo, o nordeste ardia nas agruras de uma sêca violenta, que lhe esgotava os mananciais d'água, matava as culturas e o gado, aniquilava a população dos sertões, forçando a retirada de milhares de indivíduos, que padeciam os horrores de um verdadeiro inferno. Para a Amazônia, deslocou-se, em poucos meses, um quase milheiro. Cearenses na quase totalidade. Recebidos em Manaus e levados para as novas colônias que o presidente AGESISLAO PEREIRA DA SILVA criara no Solimões e rio Negro, em breve as abandonaram, procurados pelos seringalistas, pelos aviadores que os conduziam à exploração do ouro negro.

Pelo Purus, onde já havia grandes levas de povoadores nordestinos, uruburetamenses em maioria chegados livremente, como vimos, antes da sêca, derramaram-se centenas dêles .A conquista alargou-se, destarte, ràpidamente. Todos os afluentes do Purus foram penetrados, e ocupadas suas margens.

No Juruá, as primeiras situações, da foz ao Mineroá e ao lago do Serrado, foram realizadas pelos irmãos CRISTÓVÃO COELHO e ANTÔNIO ou JOSÉ COELHO e os irmãos SEBASTIÃO e LOURENÇO SEVALHO, êstes peruanos, vindos do departamento de Loreto, já estabelecidos, desde 1825, no município de Tefé, respectivamente nos lugares Uaniní e Parintins. Organizando-se em sociedade mercantil, os irmãos SEVALHO fundaram a firma Sebayo & Hermanos, e os irmãos COELHO, a firma Coelho e Irmão, entregando-se ambas ao comércio do óleo de copaiba e ovos de tartaruga. Outros, cujos nomes se perderam, seguiram-lhes o exemplo, "principiando-se o fabrico da borracha com a abertura de estradas nos lugares denominados Jaibá, Abacaxí e Cupu-Ahí, cêrca do ano de 1869".

Já por 1865, quando da subida de CHANDLESS, havia povoadores isolados, na cata da seringa, da salsaparrilha, vivendo nos lagos que marginam o Juruá. Em 1870, FRANCISCO F. DE CARVALHO, cearense, situava-se em Riozinho da Liberdade. Em 1874 estavam localizados no Manichisinho e Matupiri. O comércio dessa gente chamava atenção pelo volume, levando a Companhia Fluvial a esten-

der ao Juruá as suas linhas de navegação. Contratada a 22 de Junho de 1873, pelo Presidente DOMINGOS MONTEIRO PEIXOTO, para seis viagens anuais, alcançava, a princípio o Mararí.

Em 1877, a expansão chegou ao Tarauacá, com MIGUEL FERNANDES DE ALMEIDA, JOÃO BUSSON, ANTÔNIO PETROLINO DE ALBUQUERQUE.

Segundo CASTELO BRANCO, em 1883 a ocupação estava na bôca do Mú, exploração do cearense ANTÔNIO MARQUES DE MENEZES, anteriormente localizado em Curupaití, rio atrás. "Em princípios de 1884, escreve o mesmo historiador, o pernambucano ANTÔNIO MARQUES DE MENEZES, vulgo "Pernambuco", acompanhado de ANTÔNIO TÔRRES, PEDRO MOTTA, JOSÉ VIEIRA, MANOEL MENEZES, JACINTHO de tal, e JOAQUIM NASCIMENTO, aportava ao estirão dos Nauas, donde voltou, sem demora, por ter sido atacado pelo Nauas, que lhe deram uma surra".

Do estirão à embocadura do Juruá-Mirim, no ano seguinte, os cearenses ISMAEL GALDINO DA PAIXÃO e DOMINGOS PEREIRA DE SOUZA, com os italianos HENRIQUE CANI, ANTONI BROZZO, DOMINGOS STULGENI, ANTÔNIO MARCILIO e LUIZ PASCHOAL, os dois últimos sócios e já com o seringal New-York, no baixo Juruá, realizavam um reconhecimento, salvando-se dos Nauas. "Coube aos italianos a parte do rio que vai do seringal Treze de Maio ao Paraná dos Mouras, e aos brasileiros, de Tatojuba ao Juruá-mirim".

Em 1891, por fim, os extremos ocupados no alto Juruá estavam no Beo, daí se adiantando para a bôca do Dourado, hoje, na geografia peruana, o Vacapista. Obra de JOÃO DOURADO e BALDUINO DE OLIVEIRA. Em 1902 contavam-se, em todo o vale do Juruá, entre 300 a 400 seringais. A irradiação colonizadora era uma realidade admirável.

Os êxitos alcançados no Purus-Acre e no Juruá levaram a idênticos sucessos ao longo do Xingu, do Tapajós, do Madeira e do Javarí. Os seringais foram sendo abertos. Às margens dêsses rios e dos respectivos afluentes. No Madeira, a ocupação da terra datava do ciclo colonial. Com o "rush" da borracha, todavia, essa ocupação tomou vulto, apresentando certa densidade e levando os povoadores ao Mamoré-Guaporé e ao Abumã, ao encontro dos seringueiros bolivianos que caminharam de Santa Cruz de La Sierra, no que êles denominavam o "Oriente Boliviano". Como, passando do Solimões ao Marañon, atingiam o Ucayale, onde iniciaram a extração das héveas.

A conquista do espaço amazônico, iniciada no período da dominação lusitana, prosseguida vertiginosamente no século XIX, assegurou a ampliação territorial do Brasil com a incorporação do Acre. Constituiu, evidentemente, um empreendimento político e econômico da maior importância. Realizada, num ambiente agressivo, por brasileiros, representou uma das melhores demonstrações da capacidade nacional.

Capítulo III

A POPULAÇÃO AMAZÔNICA E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS. OBSTÁCULOS QUE VENCEU. SUAS CONDIÇÕES PRESENTES.

OS HOMENS que enfrentaram a floresta amazônica para nela fundar os núcleos urbanos ou dela extrair recursos com que criaram a economia de que vivem, realizando uma tarefa de hércules, singularizam-se no quadro dos grupos que compõem a sociedade brasileira. E isso porque em nenhum outro trecho do país se verificou empreendimento da envergadura do que vêm executando, por entre dificuldades como as que lhes opõe o meio geográfico, agressivo, selvagem, e a cobrar, dia a dia, uma contribuição impiedosa. Êsses homens, numa luta sem tréguas, desmentiram aquelas afirmações preconcebidas de ser impossível organizar o trabalho, criar níveis de vida dignos em região tropical. Em 1799, somaram 83 510; em 1832, 149 854; em 1862, 272 014; em 1872, 332 397; eb 1890, 386 370; em 1920, 1 346 673; em 1940, 1 439 052. São hoje 1 883 325. Representam, portanto, em face dos números que totalizam a população do Brasil, apenas 3,58%. Distribuem-se assim, de acôrdo com os resultados do censo de 1950: Amazonas, 530 920; Pará, 1 142 846; Acre, 116 124; Amapá, 38 374; Guaporé, 37 438; Rio Branco, 17 623. Seu crescimento tem sido vegetativo, só em certo período do século XIX perturbado pelas entradas mais ou menos volumosas de nordestinos. Em sua quase totalidade são brasileiros.

O processo de formação da sociedade que compõem, foi simples. No período da dominação portuguêsa, marcado pela interferência de três elementos fundamentais: o gentio, o negro africano e o colono português e descendentes que o acompanharam nas jornadas de conquista da terra. No período posterior, pela presença predominante dos mestiços locais ou chegados do Nordeste, mestiços a que chamamos caboclos e foram a resultante dos contactos contínuos que se produziam entre o gentio regional e os colonos portuguêses.

O gentio, primeiro elemento, à chegada de CALDEIRA DE CASTELO BRANCO, distribuia-se em tôda extensão do Amazonas e respectivos afluentes. Nunca foi recenseado. Não sabemos, por isso mesmo, a quanto montava. Os cronistas falam em muitas centenas de aldeamentos, com muitos milhares de habitantes. Dão o nome de dezenas de tribos de que não temos hoje o menor vestígio. Tôdas

essas informações autorizam, é certo, a suposição de uma densidade ponderável. A Amazônia, a acreditarmos nesses dados, estaria ocupada por uma verdadeira multidão nativa que a dominaria em tôda sua vasta extensão, multidão que se teria ido extinguindo: pela ação predatória dos colonos que chegavam e a buscavam como braço escravo para as tarefas agrárias, e pela ação de endemias que, de quando em vez, assaltavam a região abrindo claros imensos nos seus nódulos populacionais. É impossível, porém, com os subsídios de que dispomos, saber até que ponto êsses cronistas disseram a verdade.

De índole singular, pesou sôbre o gentio a acusação de constituir raça vadia, madraça, incapaz, de uma docilidade irritante e aviltante, que recusava terminantemente atender aos serviços de lavoura, a que a queriam escravizar, para preferir a caça e a pesca, atividades tradicionais que lhe asseguravam a subsistência e através das quais exibia seus dotes de inteligência e sua capacidade técnica.

De seu grau de cultura, primário para uns, já apreciável para outros, oferece preciosos índices nas peças de olaria do Marajó, do Baixo Amazonas, do Alto Amazonas, nos trabalhos a pena de pássaro, a côres, no aproveitamento do leite da seringueira, em dezenas de pequenos outros artefatos que lhe revelam a habilidade pragmática.

Vivendo ao contacto permanente com a gigantesca rêde hídrica, foi canoeiro exímio, pescador sem rival. Dos Cambeba, no alto Solimões, se disse que eram os Fenícios da América. Vivendo em ambiente botânico assombrosamente rico, conheceu-lhe os segredos, aproveitando-o na alimentação, na farmacopéia, nos artefatos de sua indústria rudimentar.

Ora agressivo, como o Mundurucu, como o Mura, ora esperto, velhaco como o Maué, ora aventureiro como o Camutá, cheio de bravura como o Manau e o Nheengaiba, revelou-se sob traços psicológicos impressionadamente divergentes de grupo a grupo. Aparentemente brando, não era despido de qualidades guerreiras: teve ímpetos de belicosidade notável, de que AJURICABA, com os Manau e os Maiapema, no vale do Rio Negro, valeu como um modêlo impressionante. Expedições militares, como as de PEDRO DA COSTA FAVELLA, HILÁRIO DE SOUZA, BARROS GUERRA, PEDRO TEIXEIRA, BELCHIOR MENDES, PAES DO AMARAL, MORAES LOBO, PINTO DE SOUZA, RODRIGUES SANTARÉM, sofreram, em conseqüência, por vêzes, revezes sérios, de que se vingaram numa carnificina brutal enfrentadas que foram por êsse gentio que elas visavam aprisionar.

Quanto aos portuguêses e respectivos descendentes, nos primeiros tempos não se contaram em número elevado. Não chegaram, como nas Minas Gerais, em movimentos migratórios sensíveis. Ao contrário. Pelas posições oficiais, como autoridades civis e militares, dispunham, porém, da preponderância natural, que mantiveram firmemente pelos séculos adiante. Com FRANCISCO CALDEIRA

DE CASTELO BRANCO encontramos os primeiros. A expedição da conquista do Pará era de menos de 200 homens, dos quais 150 soldados, dêsses devendo descontar-se os mamelucos pernambucanos que compunham a coluna. Reduzidos, portanto, a talvez uma centena, apenas.

Organizada a Capitania, não demorou a chegada de mais colonos portuguêses, sôbre os quais não há, contudo, notícias detalhadas. Os maiores contingentes contaram-se entre os soldados que acompanhavam os governadores e aos poucos iam dando baixa e instalando-se aqui e alí nos sítios que montavam.

Em 1676, Belém recebeu a primeira partida de vulto: 234 "pessoas de ambos os sexos, fugindo à desgraça em que os lançara uma erupção vulcânica do Fayal". Açorianos, portanto. As levas de açorianos, obtido êxito na experiência, não cessaram mais de vir. O govêrno português, interessado na ocupação permanente do extremo-norte, que fronteirava com as colônias de Espanha, de Holanda e de França, poderosas nações evidentemente desejosas de alargar os seus territórios, seguindo uma hábil política de povoamento, facilitou-lhes a transferência. Transportados por contratadores, que se obrigavam a cercá-los de bem estar durante a viagem e a deixá-los em Belém, eram tidos como colonos capazes para a emprêsa de conquista mansa da Amazônia.

Sob MENDONÇA FURTADO, por exemplo, o Pará assistiu ao desembarque de várias centenas de ilhéus. Só um "navio dos casais", em 1752, trouxe quatrocentas e trinta pessoas. Nos governos posteriores, de MANOEL BERNARDO DE MELLO E CASTRO e de ATHAYDE TEIVE, prosseguiu a entrada. Em 1753 e 1754, MENDONÇA FURTADO sitiou-os em Macapá, Bragança e Ourem, onde se entregaram à agricultura com esplêndidos resultados imediatos.

À Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, também aportaram alguns dêles, ao tempo dos trabalhos da demarcação de fronteiras com os territórios de Espanha, sendo empregados nos pesqueiros do Rio Branco e em outros pequenos misteres.

Em 1770 era a vez de 340 famílias de portuguêses, de Mazagão, na África, que aportavam à Amazônia, forçadas por graves sucessos políticos e militares. Cento e sessenta e três foram estabelecer-se à margem do rio Mutuacá, na vila de Nova Mazagão, fundada pelo governador ATHAYDE TEIVE, por ordem de Lisboa. As demais instalaram-se em Belém, Macapá e Vila Viçosa da Madre de Deus.

A contribuição permanente que os "navios da frota" transportavam, constante de militares, de autoridades, de soldados, a que se deve juntar grupos de degredados e os colonos que vinham seduzidos pelas emprêsas mercantís, não cessou jamais. Ora localizando-se em Belém, nas atividades comerciais, ora procurando o interior, onde estabelecia os sítios agrários e os núcleos de extração da "droga do sertão" êsse contingente humano foi sempre crescente.

Por volta de 1786, na Capitania de São José do Rio Negro, o elemento português era oriundo "de tôdas as seis províncias de Portugal", inclusive do Alentejo. E num total de 6 642 indivíduos, que a povoavam, contavam-se 635 pessoas livres.

A população daquela Capitania, em 1797, tinha sido acrescida de uma contribuição exótica e desprezível: ciganos e degredados, mandados de Portugal para o presídio e colônia do Crato, no rio Madeira. Dizimados pelas febres de mau caráter, que os forçara a deixar a bôca do Jamari, primeiro sítio ocupado, os que escaparam, afrontando os rigores da selva, atingiram o Purus, por terra, desceram-no, dispersando-se em seguida.

Com relação ao negro, terceiro elemento, que veio da África ou de outras capitanias do Brasil, as primeiras notícias que temos de sua presença na Amazônia encontramo-las nas jornadas militares jogadas contra os inglêses e holandeses que a disputavam aos portuguêses. O negro era o trabalhador nas feitorias que aquêles estrangeiros haviam montado no vale.

A provisão de 1 de abril de 1680 ordenou uma introdução anual de pretos da Guiné, por conta da Fazenda Real. Só, todavia, com a Companhia de Comércio do Maranhão, que trouxe as primeiras levas entre 1682 e 1685, começou a execução do que fôra estabelecido. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, durante os vinte e dois anos de sua existência, introduziu 12 587 indivíduos. "Depois da extinção da Companhia (1778) até o ano de 1782, foram importados 7 606 escravos africanos". Cacheu e Bissau eram os dois pontos de embarque, na África, mais ligados ao Pará nesse comércio odioso.

A princípio, o braço do negro fôra desprezado ante a facilidade de alcançar o braço do bugre, sem o qual não se sabia dar um passo na Amazônia. Depois da lei de 6 de Junho de 1755, que aboliu por completo a escravidão dos índios, a procura do negro se registrou com maior animação.

Outros motivos dessa contribuição insignificante podemos encontrar na pouca importância da lavoura, que dispensou aquela mão de obra tão solicitada em outras áreas do Brasil, e na pobreza dos colonos que não dispunham de capitais para o negócio.

Brancos e negros não cruzaram, a valer, na Amazônia. Uma legislação severa proibia as relações amorosas entre ambos, taxando de infames os brancos que delas participavam. Brancos e índios, ao contrário, mestiçaram intensamente. O alvará de 4 de abril de 1755 e instruções posteriores mandou preferir, para os cargos públicos, os que casassem com mulher indígena. Como incentivo maior, a fazenda real fornecia, aos que constituissem o lar com índia, "um machado, uma foice, uma enxada, uma peça de bretanha, um ferro de cova e sete varas de linhagem, ou estopa".

Os governadores do Rio Negro, os capitães-generais do Grão-Pará procuraram incentivar a política oficial que visava criar uma sociedade que pudesse triunfar sôbre os rigores do meio. A preferência manifestava-se com relação à mulher porque brancas não havia quase, a não ser as que já vinham com os esposos. A intensidade das uniões ilegítimas era imensa. A legislação reinól veio legalizar essa situação.

A família amazonense, que procedeu dessa mestiçagem assim legitimada e oficializada, desenvolveu-se fartamente. O mameluco, dela resultante, foi chamado de caboclo. A princípio, em sentido pejorativo, aplicava-se a denominação ao português que se juntava à mulher indígena. O alvará régio de 4 de abril de 1755 puniu os que a empregavam com aquêle propósito depreciativo. A expressão passou depois a referir-se ao mameluco, que dela se ufanava principalmente após a independência.

Com o tapuio, designação dada ao gentio que se relacionou mais intensamente com o branco e lhe seguiu modos de viver ou avançou ao encontro de certas condições de cultura que êle trouxe, o caboclo formou a grande massa humana que ocupou as vilas, os povoados, as beiras dos rios e lagos e exerceu suas atividades na agricultura, na pesca, na caça, nos trabalhos domésticos, na indústria extrativa, inclusive a da borracha das héveas, de que foi o primeiro extrator.

Mantendo as características do índio, caboclos e tapuios mostravam-se calmos, como que vencidos em meio à fartura de que se viam cercados ou esmagados pela rudeza por que o colono os tratava, "desconfiados, tímidos, retraídos". Superticiosos, frios, de uma bravura "mansa e sombria". Fecundos, assombrosamente fecundos, mas anormalizados por efeito de uma alimentação pobre e de uma alcoolização impenitente, que assustou as próprias autoridades portuguêsas, obrigando-as a providências enérgicas. Impressionaram etnógrafos, etnólogos, sociólogos, simples viajadores que se detiveram na observação dos tipos da Amazônia colonial. Alexandre Rodrigues Ferreira, Ribeiro de Sampaio, Felipe de Bettendorf, José de Moraes, Frei Caetano Brandão, Frei João de São Joseph de Queiroz, que pretenderam estudá-los, nenhum, no entanto, pôde vê-los e situá-los convenientemente, com as côres exatas que os definem. Apresentavam uma psicologia estranha. Eram sêres de individualidade exótica, difícil de apreender.

Feita a independência, não se alterou a composição social da região. Caboclos e Tapuios reclamaram as posições políticas que entendiam ser direito conferido pelo novo estado de coisas. Recorreram às armas para a reivindicação. Escreveram as páginas sangrentas e heróicas da "Cabanagem", que constituíu um protesto enérgico contra a espoliação que sofriam. Vencidos na luta militar, continuaram, em conseqüência, constituindo o braço para tôdas as tarefas econômicas e sociais.

O desenvolvimento da região começou, a essa altura, a atrair populações de outras áreas do país. Os maranhenses formaram o primeiro grupo a chegar, dirigindo-se para o Alto Amazonas. Localizaram-se, de preferência, no Solimões e no Purus. Vieram depois os cearenses seguidos de paraibanos, pernambucanos, riograndenses do norte, alagoanos. A imigração nordestina avolumou-se a começar de 1870, aos rigores do fenômeno das sêcas.

A princípio, êsses imigrantes tanto no Pará como no Amazonas, mediante recursos dos governos das duas Províncias, foram localizados em colônias montadas ao longo dos rios de maior significação econômica. Em breve, no entanto, à valorização da borracha, abandonaram as colônias, atirando-se à emprêsa florestal. A entrada dêsse contingente precioso não cessou mais, daí por diante, crescendo tôdas as vêzes que as sêcas impunham o abandono dos sertões. Não se fizeram estatísticas seguras que nos esclareçam acêrca dos números que representam. Fala-se em 200 000 indivíduos. Só no Acre, que foi uma conquista mansa por êles realizada em tom de epopéia, no momento em que o Brasil o incorporou à soberania nacional somavam entre sessenta e setenta mil. No decurso do recente conflito mundial, solicitada a contribuição do Brasil em matéria prima para a defesa da civilização ocidental, necessitada a reconquista da floresta para a extração das gomas, mobilizaram-se no nordeste, mais uma vez, os contingentes que deveriam cooperar no que se chamou, então, de "batalha da borracha". Cêrca de 35 000 nordestinos, cearenses principalmente, foram recrutados para os trabalhos nos seringais, contribuindo destarte para o crescimento populacional da região.

Apesar do volume por que compareceram à Amazônia, os nordestinos não perturbaram o processo étnico regional, e isso porque eram mestiços, como os caboclos com que se defrontaram. O aumento populacional verificou-se, porém, de maneira ponderável, registrando-se, no entanto, uma imensa dispersão, que resultou naquela expansão política a que nos referimos em capítulo anterior, mas impediu, como era natural, uma condensação útil.

Em todo êsse episódio de povoamento, a contribuição alienígena fôra minguada. Sob o domínio português, os estrangeiros haviam sido submetidos a certos rigores que, em conseqüência, dificultavam o seu comparecimento. O imigrante estrangeiro aparecia como perigo à integridade territorial e à consistência religiosa da colônia. Embora, encontramo-lo, principalmente em fins do século XVIII, em meio aos lotes de trabalhadores e degredados expedidos de Lisboa. Eram alemães, catalães, mouros, húngaros, genoveses, piemonteses, ciganos. Houve até, nesse período, um contingente maior de suiços, situados no rio Uanarepecu, povoado de Vila Nova Viçosa da Madre de Deus, onde se nucleavam açorianos.

Depois da independência, os estrangeiros encontraram os portos do país franqueados, dirigindo-se preferentemente para o sul. Só muito raramente procuraram a Amazônia. Os ensaios oficiais, sob o Império, apesar da boa vontade existente, para que a região os recebesse como capital capaz de mais elevá-la no quadro econômico, foram ensaios de resultados mofinos. O número de estrangeiros que vieram sob incentivos do Estado, para empreendimentos coloniais, não teve significação. Reduziram-se a: casais de ilhéus e chineses, localizados em Itacoatiara pela Companhia de Navegação a Vapor dirigida por Mauá; um grupo de 38 portuguêses situados na Colônia de Óbidos, montada pela mesma Companhia; 87 franceses, 35 italianos, 33 espanhóis, 11 alemães, 5 belgas, 3 inglêses, 3 suiços, 2 argentinos e 1 norte-americano, fixados na Colônia de Benevides, perto de Belém; 21 famílias açorianas, num total de 108 pessoas, instaladas entre Belém e Bragança, no lugar denominado Apehu; 200 norte-americanos do sul, os quais, recusando aceitar a vitória do Norte na Guerra da Secessão, abandonaram a pátria vindo estabelecer-se em Santarém, ano de 1867; 18 inglêses igualmente estabelecidos em Santarém.

Os ensaios oficiais, sob a República, não foram mais felizes. O Amazonas e o Pará legislaram abundantemente visando atrair o braço estrangeiro, firmaram contratos, criaram facilidades, fundaram colônias para recebê-los. As experiências não foram animadoras. Vieram portuguêses, espanhóis e italianos que trabalharam nas pequenas colônias organizadas entre Belém e Bragança. Mais recentemente, em Monte Alegre, Acará, Parintins e Maués, registrou-se a experiência colonizadora com os trabalhadores japonêses. Os ensaios não frutificaram como emprêsa de colonização, resultando, porém, na aclimação da juta, que agricultaram com êxito surpreendente.

A imigração espontânea, com a valorização das gomas indígenas, que criavam imensas possibilidades mercantís, essa experimentou certo sucesso, dirigindo-se, porém, para os centros de maior densidade e importância econômica: Belém e Manaus. Inglêses, italianos, portuguêses, espanhóis, alemães, barbadeanos, sírios, libaneses, compuseram os elementos que caracterizaram essa migração que não totalizou, porém, números elevados.

O crescimento da população da Amazônia, realizado com os subsídios indígenas e alienígenas aqui referidos, se foi simples, como dissemos de início, nem por isso deixou de encontrar obstáculos que o retardaram ou lhe impediram o desenvolvimento menos lento.

As epidemias que, desde a fase da dominação portuguêsa, fizeram incursões no vale, abriram grandes claros. Entre 1743 e 1749, por exemplo, a varíola levou pouco menos de 40 000 indivíduos, índios e colonos portuguêses, o que representou um desgaste catastrófico, se levarmos em conta a pequenez da população então existente. Só em Belém o desfalque representara-se em 7 600 al-

mas. A malária, que durante mais de cem anos apresentou caráter endêmico, devorou muitos milhares de braços, não sendo de desprezar-se, antes constituindo uma fôrça destrutiva, os milhares de vidas infantis que foram sacrificadas por ela.

A guerra civil, que lavrou de 1835 a 1840, a "Cabanagem", abriu novo claro imenso, uma vez que, além do empobrecimento que trouxe, com a paralização do trabalho, a desorganização da produção e a destruição dos rebanhos, custou cêrca de outras 40 000 vidas, segundo os cálculos feitos pelas autoridades legais, findo o grande drama social.

A tais obstáculos não será demais acrescer a destruição que se verificou na fase colonial, quando os grupos indígenas diminuíram de maneira sensível, ora pela violência das expedições punitivas das "tropas de guerra", ora pelo sistema novo de vida a que a reduziram e lhe perturbaram a evolução natural que talvez lhes tivesse assegurado um aumento capaz de permitir a ocupação mais densa da região.

Por fim, parece-nos que as precárias condições existenciais, mormente as alimentares, que assinalam, nesse particular, o "status" local, não podem ser ignoradas ao procurarmos compreender o porque do deserto que a Amazônia ainda representa.

Tôda uma série de fôrças negativas, como estamos vendo, teve de vencer o homem da Amazônia para poder atingir os algarismos que o definem na atualidade. Enfrentando êsses obstáculos, vem procurando adaptar-se ao meio. Suas condições presentes, resultantes do processo histórico a que se viu submetido, expressam claramente os êxitos que já obteve.

Capítulo IV

O SERINGAL, EXPRESSÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Os grupos sociais que se foram constituindo ao longo do litoral brasileiro ou, à medida que se deslocavam para a hinterlândia, no recesso dessa mesma hinterlândia, procurando dominar o espaço ou cedendo-lhe às contingências e aos imperativos, criaram condições de vida material que marcaram momentos decisivos para afirmar a civilização nacional nos seus aspectos mais característicos. Essas condições de vida assinalaram, de maneira mais ou menos permanente, as várias regiões onde estadiavam os grupos que as realizavam e os vários momentos de esplendor que representavam, evidenciando o acêrto por que procediam. Não se verificou, destarte, em profundidade, uma mudança constante nas atividades criadoras, mudança que significasse instabilidade, inconstância, fracasso ante a reação do meio, experiência incessante. A paisagem cultural de cada uma delas, em conseqüência, ativou-se, explicou-se em função das atividades exercidas.

Assim, quando se lançaram as bases do domínio europeu pelo estabelecimento dos núcleos no litoral nordestino, com a lavoura da cana e a conseqüente indústria açucareira, a iniciativa não significou aventura, meia tomada de contacto com a terra, nem representou um episódio passageiro do processo local de formação. Antes importou no exercício de uma vontade disciplinada sôbre o meio para, nêle, criar alguma coisa de permanente, alguma coisa que não se representasse apenas naquelas espécies vegetais e animais que haviam atraído os contrabandistas franceses ou servido ao primeiro esfôrço mercantil dos portuguêses. E valeu para dignificar um grande período de nossa constituição social e econômica criando um primeiro momento de espiritualidade e provocando, inclusive, a arremetida predatória dos soldados e mercadores do Países Baixos, seduzidos pelo esplendor que despontava naqueles pedaços do Brasil nascente. E tanto foi assim que, ampliadas a lavoura canavieira e a indústria açucareira, o nordeste, onde se afirmaram tão bem, distinguiu-se sempre pelos valores que elas representaram e representam.

Sucedeu o mesmo na zona das pastagens, seja no sul, seja no norte, até onde os grupos sociais levaram os rebanhos que trouxeram do litoral e onde, ainda em nossos dias, os altos e baixos da vida se vêm condicionados pela pecuária das fazendas ou das estâncias. No ciclo da mineração, ocupados pelos homens de planalto piratiningano as gerais, o mato grosso e os goiases, o que se observou foi o mesmo quadro de vitalidade esplendorosa que, movimentada pelo ouro e pelos diamantes, alcançou o seu climax nas esculturas do ALEIJADINHO, nos templos barrocos, nos centros urbanos que inauguravam uma nova ordem existencial.

Quando, mais tarde, ao longo do Paraíba ou depois em direção ao Oeste paulista e às barrancas do Paraná, a onda verde dos cafèzais exigiu a energia das coletividades paulistas, registrou-se a mesma atividade constante, construtiva e a significar um estádio alcançado com firmeza e não mais uma tentativa, fácil de abandonar para outra experiência mais tentadora.

Os grandes capítulos do que podemos chamar de civilização brasileira tiveram todos, evidentemente, uma fundamentação material, que AFONSO ARINOS reconstituiu, não faz muito, num ensaio vigoroso e definitivo [3], e que assegurou ênfase, em determinados períodos, às várias regiões que definem o país.

Os grupos sociais que se constituíram na Amazônia como decorrência dos planos elaborados para conquistá-la ou como fruto da atração que as riquezas regionais ofereceram, amoldando-se aqui e alí às contingências e imperativos ambientes ou procurando domar o espaço que enfrentavam, não compuseram, naquele particular, uma exceção gritante. Se, experimentando, como vimos nos capítulos anteriores, três estádios de vida, que lhes definiram as atividades materiais, realizaram mudanças que, a um exame superficial, denotaram instabilidade, inconstância, nem por tal podem ser incriminados. E isso porque, se tiveram de operar aquelas mudanças, não devemos esquecer que o fizeram capitulando à fôrça telúrica, que exerce ali um império a que ninguém pôde ainda escapar. E nem porque assim se tivessem comportado podemos deixar de constatar que, nos três estádios, souberam criar, numa área cultural perfeitamente definida, atividades distintas, a última das quais lhes vem assegurando, há quase cem anos, a estabilidade, a constância que parecia não existir e, na verdade, melhor conforma a Amazônia como expressão sócio-econômica.

No primeiro, quando se operou o contacto inicial contra a floresta utilizando a rêde hídrica, entregaram-se ao extrativismo, deslumbrados com a majestade ambiente e as riquezas fáceis que vislumbravam por tôda parte; no segundo, que principiou com os programas utilitários de POMBAL, encontramo-los entregues a apreciáveis e bem sucedidos ensaios agrários, que representariam, evi-

[3] AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*, S.P.H.A.N., Rio de Janeiro, 1944.

dentemente, a ofensiva vitoriosa sôbre a terra conquistada; no terceiro, assinalado pela fôrça sedutora das héveas, regressaram ao extrativismo.

Os ciclos de civilização que a Amazônia conheceu foram, assim, caracterizados por êsses estádios econômicos que os explicam vigorosamente.

O processo de evolução que a região viveu nas duas primeiras fases, é certo, foi lento. Não se observou lá aquêle ritmo de progresso que podemos apreciar no nordeste canavieiro ou na zona das minas. Muito ao contrário, tudo se fazia sem pressa e sem o esplendor que marcaria, tão profundamente, o Brasil naqueles dois conjuntos territoriais. As conquistas da civilização se foram realizando mansamente, sem sobressaltos, para um rendimento seguro. Não havia, além de Belém, centros urbanos que concentrassem uma população volumosa e a exercer as atividades comuns aos aglomerados dinâmicos. Os núcleos de maior vulto, até o período pombalino, eram as aldeias montadas e mantidas com as tribos indígenas, pelas Ordens Religiosas que operavam no vale. Depois, ainda essas mesmas aldeias, graduadas pològicamente em vilas ou meros povoados, aquelas servidas de um corpo de vereadores e êstes orientados por um diretor que, na generalidade, não se mostrava com as aptidões necessárias para o cargo. Aqui e alí, um pequeno núcleo em formação à sombra protetora das casas fortes, que balizavam a fronteira, ou o ponto de pesca, mantido pelo Estado.

A grande vida se fazia, em conseqüência, nos sítios das cercanias das vilas ou nas propriedades onde se criava o gado ou plantava o algodão, a cana, o café, o cacau, o cacau principalmente. Nesses sítios e propriedades agrárias não se conheceu o fausto do Nordeste. Nem por isso, no entanto, deixou de haver bem estar, prosperidade, organização de trabalho na base da energia do escravo, sistema patriarcal. As casas grandes e as senzalas não representaram um exotismo na paisagem cultural. Ao contrário, encontramo-las ao longo da rêde potâmica onde se produzia o açúcar ou onde se plantava o cacau. As ruinas de Cacaoal Grande, de Cafesal e de Murutucu, no Pará, valem, para exemplificar, como uma eloqüente amostra da vigência do sistema. Como nas fazendas de criar, no Baixo Amazonas ou no Marajó, reproduziu-se o ambiente social e econômico daquele outro nordeste, o pastoril, de que nos fala DJACIR MENEZES [4]

Com a extração da borracha, tudo, porém, se alterou, alterou para a estabilidade, para a constância, conquanto o movimento se tenha operado com uma certa violência que destruiu os padrões anteriores. Abandonou-se o sítio, o "cacaoal", o "cafèzal", o "engenho". Estabeleceu-se o "seringal", de história dramática, mas que trouxe, para a região e para o país, com uma nova fronteira política, no episódio do Acre, uma nova fronteira econômica. Mais que isso, incorporou o extremo-norte à civilização brasileira com aquêle capítulo sensacional que começou a escrever, assegurando-lhe, por fim, a personalidade que

[4] *O outro Nordeste*. Col. "Documentos Brasileiros", Liv. José Olímpio, Editora. Rio de Janeiro, 1950.

Construídos geralmente na Inglaterra, mas também na Holanda, Dinamarca e Estados Unidos, os "gaiolas" são navios apropriados aos rigores da região. Nos corredores externos, como no andar inferior, armam-se à noite rêdes, umas por cima das outras, dando ao navio a impressão de uma "gaiola".

Para a navegação dos altos-rios, o ideal é o motor de pôpa, a óleo ou gasolina, aparafusado simplesmente à bordo da pequena embarcação, batelão ou montaria.

lhe estava faltando. Porque a Amazônia deixou de ser, daí por diante, a região das lavouras e do pastoreio de tipo nordestino, para ser a região dos gomais, das héveas, o mundo do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões, dos aviados, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, distinto, portanto, na paisagem cultural brasileira.

A corrida para a floresta, na colheita do látex, assegurou um novo condicionamento de vida na região. Atraíu o nordestino que se pôs à prova, mais uma vez, como ânimo viril e capacidade de trabalho. Impôs a formação de imensa frota fluvial, para o vai e vem dos negócios, em crescendo constante, e a aparelhagem de estaleiros. Assegurou ao país grande parte das divisas que lhe garantiram maior mobilidade no comércio internacional. Multiplicou os núcleos urbanos do interior. Estabeleceu o contacto da região com as grandes capitais do imperialismo industrial, na Europa e na Norte América. Permitiu a execução de política educacional levada às populações infantis da hinterlândia. Estabeleceu, com a presença de uma população dinâmica, as marcas que garantiram, na ausência de fôrça militar organizada, a integridade e a soberania nacionais.

Belém e Manaus deixaram de ser os pequenos centros urbanos, que os viajores situavam apenas como cantos do mundo e, na realidade, usufruíam ùnicamente a condição de centros políticos, como capitais de Estados, para transformar-se em cidades cosmopolitas, que se ampliavam na rêde urbana, engrandeciam pela edificação, que tomou aspectos monumentais nos edifícios públicos, movimentavam-se por uma atividade mercantil e espiritual das mais ricas do país.

Um capital imenso foi sendo manipulado e invertido em serviços, em operações mercantis, em obras do Estado. As rendas públicas e privadas cresceram sem medida. A contribuição per capita, do homem regional, para o tesouro federal, passou a ser a maior do Brasil. A própria saúde econômica do nordeste beneficiou-se com os fornecimentos de mercadorias de sua pequena indústria para o mercado amplo que se criou. Modificaram-se os hábitos dietéticos com o uso de alimentos importados do exterior.

Tôda uma outra estrutura sócio-econômica se estabeleceu, com o advento da nova era, representada no ciclo da borracha. O seringal, núcleo de onde partia tôda a seiva que a vivificava, passou, assim, a constituir a expressão mais perfeita para a caracterização da Amazônia.

Parte III

O PROCESSO HISTÓRICO

Capítulo V

O DESCOBRIMENTO DAS HÉVEAS. FREI MANOEL DA ESPERANÇA, LA CONDAMINE E FRESNAU. A ATIVIDADE INDÍGENA. PRIMEIRAS EXPORTAÇÕES AMAZÔNICAS.

A CONTRIBUIÇÃO que as populações indígenas das Américas entregaram ao Velho Mundo, seja no tocante à cultura material, seja quanto à cultura espiritual, não foi minguada, nem muito menos de desprezar-se. Ao contrário, apresenta-se-nos muito apreciável. No que se refere, por exemplo, à alimentação, à economia, a certos hábitos, a atividades ligadas ao viver nos trópicos, a mil atividades, enfim, sem as quais não teria sido possível criar condições de habitabilidade em muitos trechos do Novo Mundo, essa contribuição foi fundamental, podendo-se mesmo dizer que veio complementar soluções ou assegurar melhoria, enriquecimento, aos homens que representavam a grande civilização estruturada na Europa Ocidental.

No caso particular da Amazônia, a contribuição do gentio apresenta-se com uma importância verdadeiramente impressionante. Assim, o que caracteriza a vida regional, nos seus aspectos mais típicos e mais permanentes, tem de ser atribuído ao indígena. A dieta diária, a atividade econômica com base na extração do que a floresta oferece, são, fundamentalmente, de origem nativa. A multidão gentia, é certo, não tem sentido nos quantitativos populacionais ou na elaboração direta dos vai e vem da conjuntura econômica. O que legou à sociedade que ajudara a constituir, os resíduos culturais que transmitiu, continuam, todavia, a ser fundamentais, como se pode sentir no diário da região ou aprender, uma vez que não cabe aqui o exame mais minucioso do assunto, nos trabalhos de EURICO FERNANDES, JOSÉ VERISSIMO, NUNES PEREIRA, ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, GASTÃO CRULS.[1]

[1] A bibliografia sôbre o assunto é vasta e interessante. RODRIGUES FERREIRA escreveu várias memórias que se guardam na Biblioteca Nacional. EURICO FERNANDES publicou em *Boletim Indigenista*, vol. VIII, ns 3 e 4, México 1948, o ensaio "Contribuição do Indígena à economia da Amazônia"; de JOSÉ VERÍSSIMO temos a *A Pesca na Amazônia*, Rio, 1895; GASTÃO CRULS deu-nos em *Hyléia Amazônica*, S. Paulo, 1944, uma farta informação a respeito. NUNES PEREIRA é o autor de "Panorama da Alimentação Indígena", publicado na revista *O espelho*.

No conjunto de legados de tamanha importância que venceram no choque cultural entre os nossos primitivos e os ocidentais, vamos encontrar a borracha. Não ocorreu na Amazônia, é certo, o primeiro conhecimento que, da espécie teve o europeu que vinha fazer a América, mas fora da região. COLOMBO viu-a utilizada pelos índios do Haiti, em sua segunda viagem. Os cronistas espanhóis, quando trataram das particularidades que distinguiam os grupos indígenas encontrados pelos conquistadores ibéricos, em especial no México, referiram-se a ela. Os indígenas, extraindo o látex das árvores locais que o produziam, preparavam bolas para os jogos com que se divertiam, faziam sapatos, capas, couraças, utilizavam-no na farmacopéia para tratamento de hemorróidas, queimaram-no para iluminar as danças noturnas, ou dêle se valiam para as flechas incendiadas que lançavam sôbre as tabas inimigas por ocasião dos ataques nas guerras que se faziam. Havia, ainda um uso interessante: o untamento dos recém-nascidos no látex para livrá-los do frio. Verificava-se, assim, todo um vasto emprêgo, pelo aborígine, com técnica própria, do leite de várias espécies vegetais.

Na Amazônia, a utiização das gomas foi realizada pelos Cambebas ou Omaguas, que ocupavam uma vasta área do Solimões-Marañon. Índios do grupo tupiguarani, destacavam-se pela agilidade no manejo das embarcações em que corriam a rêde hídrica. E apresentavam uma particularidade antropológica: o afunilamento da cabeça. Segundo MAURICIO DE HERIARTE, que com êles teve contacto ao tempo da jornada de PEDRO TEIXEIRA, possuíam ídolos a que faziam sacrifícios com o sangue dos prisioneiros. Em fins do século XVII, foram catequizados pelos jesuitas espanhóis, dirigidos por SAMUEL FRITZ. Expulsos aquêles religiosos, pelas armas luso-brasileiros em 1710, passaram à missão dos Carmelitas a serviço de Portugal, os quais, chefiados por frei MANOEL DA ESPERANÇA, os nuclearam em novos aldeamentos que seriam, mais tarde, as vilas de São Paulo de Olivença, Coary e Tefé.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA no decorrer de sua "Viagem Filosófica" pela Amazônia, também lhes examinou as atividades e lhes estudou as características. E numa memória interessantíssima, que se guarda inédita na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional, a "Memória sôbre os Gentios Cambebas que antigamente habitavão nas margens e nas Ilhas da Parte Superior do Rio Solimoens", particularizou-lhes certos aspectos do viver material, em especial a tecelagem em algodão que cultivavam e o aproveitamento de leite de uma árvore em que se mostrava rica a região. Escreveu o naturalista: "Dos Cambebas aprendêra as mais Naçoens, e igualmente os do Pará, a fabricarem a celebre gomma, ou resina elástica, chamada vulgarmente Leite de Siringa, porque daquella gomma se fazem, e também outras obras como bótas, Sapatos, Chapéos, vestidos &a, que tudo he impenetravel á agoa." [2]

[2] Essa memória figurou na Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional em 1881 e teve no respectivo catálogo o n.º 11.408. A referência que transcrevemos consta da pág. 6 da "memória".

Em trato diário com os Cambebas, frei Manoel de Esperança prestou as primeiras informações acêrca daquela nova droga e sua utilização local. Em breve, os sertanistas que subiam o rio, partindo de Belém ou de São Luís para a coleta de especiaria comerciável ou para a escravização do gentio necessário como mão de obra nas experiências agrárias do Pará e do Maranhão, passaram a interessar-se pela novidade. Começou, então, o comércio da borracha. Eram os primeiros passos no negócio bisonho. Segunda ou terceira década do século XVIII.

Quando, em 1743, Charles Marie de la Condamine desceu o Amazonas, em demanda do Atlântico, comissionado pela Academia de Ciências de Paris para a medição do arco do meridiano, no Equador, já se registrava um interessante movimento mercantil em tôrno à borracha, como se pode ver do trecho a seguir, da "Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale", escrita pelo eminente cientista francês: "La résine appellée Cahuchu dans les pays de la province de Quito voisine de la mer, est aussi fort commune sur les bords du Marañon, et sert aux mêmes usages. Quand elle est fraîche, on lui donne la forme qu'on veut; elle est impénétrable à la pluie; mais ce qui la rend plus remarquable, c'est sa grande élasticité. On en fait des bouteilles qui ne sont pas fragiles, des bottes, des boules creuses qui s'aplatissent quand on les presse, et qui dès qu'elles ne sont plus gênées, reprennent leur première figure. Les Portugais du Pará ont appris des Omaguas à faire avec la même matière des pompes ou seringues qui n'ont pas besoin de piston: elles ont la forme de poires creuses, percées d'un petit trou à leur extrémité, où ils adaptent une canule; on les remplit d'eau, et en les pressant lorsqu'elles sont pleines, elles font l'effet d'une seringue ordinaire. Ce meuble est fort en usage chez les Omaguas. Quand ils s'assenblent entre eux pour quelque fête, le maître de la maison ne manque pas d'en présenter une par politesse à chacun des conviés, et son usage précède toujours parmi eux le repas de cérémonie." [3]

La Condamine, que viajava pela Amazônia brasileira, então Amazônia portuguêsa, cercado das atenções oficiais em face de ordens terminantes de D. João V, que atendia à solicitação feita por Luis XV, já conhecera a indústria silvestre no Equador. Recolhera mesmo algumas amostras de látex. E em carta de 24 de junho de 1736, comunicara o fato à Academia de Ciências, onde Buffon faria a leitura da nota que enviou. Dissera naquela oportunidade: "Il croît dans les forêts de la province d'Esmeraldas, un arbre appelé par les naturels du pays Hhévé (les Espagnols écrivent Jévé): il en découle par la seule incision une résine blanche comme du lait; on la reçoit au pied de l'arbre sur des feuilles qu'on étend exprès; on l'expose ensuite au soleil où elle se durcit et se brunit d'abord extérieurement, et ensuite en dedans. On en fait des flambeaux d'un

[3] Edição de Paris, 1745, págs. 78/9.

pouce et demi ou deux de diamètre sur environ deux pieds de long; on les enveloppe d'une double feuille de bananier ou de Bilhao (Bixao) pour la contenir quand elle est liquide et enflammée. Les flambeaux ainsi préparés s'allument sans mèche, et ne coulent point quand ils sont en place; ils ont un peu d'odeur, mais qui n'est nullement désagréable; leur lumière est très vive, et une moitié de flambeau préparée, comme j'ai dit, dure environ douze heures. J'ai appris depuis mon arrivée à Quito que l'arbre d'où distille cette matière, croît aussi sur le bord de la rivière des Amazones et que les Indiens Maias la nomment caoutchouc; ils en couvrent des moules de terre de la forme d'une bouteille; ils cassent le moule quand la résine est durcie: ces bouteilles sont plus légères que si elles étaient en verre, et ne sont point sujettes à se casser." [4]

Deixando Belém em princípios de 1744, LA CONDAMINE atingiu Caiena. Encontrou alí o naturalista FRANÇOIS FRESNAU, Seigneur de la Gatandière, que estudava a flora da Guiana Francesa e, como êle, interessara-se pelas árvores que produziam o leite de aplicações tão variadas entre os indígenas. FRESNAU encontrava dificuldades para assenhorear-se do segredo que o gentio fazia em tôrno à espécie vegetal. Afinal, com a cooperação dos índios Nouragues, que fugiam das missões portuguêsas, conseguira êxito, de tudo dando ciência às autoridades da colônia [5].

LA CONDAMINE, em Paris, perante a Academia de Ciências, em meio às comunicações que apresentou sôbre as indagações que fizera no decorrer da viagem e resultados obtidos, ofereceu uma sôbre a borracha. Fê-lo a 28 de abril de 1745.

Quanto a FRESNAU, prosseguindo nas pesquisas, só mais tarde, em 1751, comunicou à mesma Academia de Ciências, com o apoio de LA CONDAMINE, o resultado de seus trabalhos. Já então podia avançar que a especiaria amazônica viria a ter uma utilização maior que a feita peos primitivos americanos: "... Lorsque cette matière est fondue, on peut l'appliquer sur tout ce qu'on voudra sans que ny l'eau ny le soleil puisse l'altérer. On pourra donc enduire les impériales et les harnais des carosses pour les conserver dans leur état sans entretien et avec la même souplesse. On sera à même de faire des manches pour les vaisseaux et pour les pompes d'incendie avec de la toile au lieu de cuir, ce qui les rendra plus légers. On fera également des prélarts, des tendelets, des habillements de plongeurs et autres très flexibles, des parapluyes, toutes sortes d'équipages de guerre pour conserver les munitions, faire des tentes, des manteaux, des étuis de toutes espèces et des bottes qu'il ne faudra non plus que le reste, que laver pour les nettoyer; et jamais l'humidité ne se fera sentir à la jambe ny au pied, etc ..." [6]

---

[4] Cf. RENÉ BOUVIER, *Le Caoutchouc*, Flamarion, s/d. pág. 11.
[5] Cf. RENÉ BOUVIER, obr., cit., págs. 23/4.
[6] Cf. RENÉ BOUVIER, obr., cit., págs. 28/9.

Seguiu-se a LA CONDAMINE, na divulgação da espécie, o botânico FUSET AUBLEY que, em 1762, fêz uma descrição da "hevea brasiliensis".

Que resultaria dessas notícias? Os meios industriais que fariam? Os artefatos indígenas não seriam uma lição a aproveitar econômicamente? Nos primeiros momentos, não houve interêsse maior, conquanto em 1770 PRISTLEY houvesse vulgarizado "na Inglaterra o uso da goma elástica indígena para apagar traços deixados pelo lápis", o que explica a denominação de India-rubber que se lhe deu, dez anos decorridos BENICAUD houvesse demonstrado que era possível "cobrir a borracha misturando-a com colorantes minerais", e mais tarde, em 1791, GROSSART aconselhasse "o seu emprêgo na fabricação de objetos cirúrgicos".[7] O negócio continuou na sua forma primária, com exportação insignificante.

Sabe-se que, no Consulado de POMBAL, de Belém mandaram ao Ministro e ao rei D. JOSÉ dois ternos impermeabilizados pelo látex. Empregava-se no fabrico de algalias e velinhas, que se exportavam para Lisboa. Em 1799 chegava a Belém, vindo de Portugal para estudá-la, o cirurgião FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA, que no mesmo ano regressava a Lisboa e, a 18 de março de 1800, fazia publicar, na *Gazeta de Lisboa,* o seguinte anúncio: "FRANCISCO XAVIER D'OLIVEIRA, cirurgião, havendo ido ao Pará aprender o modo de fazer as algalias e velinhas de gomma elastica, offerece ao Publico o fructo da sua applicação nesta parte, o qual foi examinado e aprovado pelos melhores professores de Cirurgia, de que fórma hum essencial objecto o descubrimento das ditas algalias e velinhas, feitas no Pará de goma elastica nativa, sem mais auxilio quimico, e por isso são havidas pelas melhores que em todo o mundo se tem descuberto; como tambem uns saquinhos ou reservatorios proprios para conter a ourina em caso de incontinencia, e até a materia gonorroidal. Achão-se humas cousas e outras em casa do sobredito cirurgião em Lisbôa, na rua direita das Portas da Cruz, por preços muito mais modicos que as que vem dos paizes estrangeiros; e aos pobres se dão alli pelo amor de Deos".[8]

Ante o sucesso que se vinha constatando, o govêrno português fêz o cirurgião XAVIER DE OLIVEIRA voltar a Belém, onde chegou em janeiro de 1802, vencendo uma gratificação de 1$500 diários, o que representava uma importância de vulto na época, destarte evidenciando-se a importância que ao negócio estava dando o poder público. Ao que parece, sob a direção do cirurgião foi montada em Belém uma indústria oficial, que o Conde dos Arcos, em 1803, encontrou em pleno funcionamento, conforme se apura da comunicação que fêz a 28 de setembro ao Visconde de Anadia, então Secretário de Estado para os negócios do Ultramar: "A respeito do estabelecimento que aqui achei de vellas e algalias

[7] JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *A Borracha,* Paris, 1927, pág. 3.

[8] MANOEL BARATA, "Apontamentos para as Ephemérides Paraenses", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio, 1924, Tomo 99, págs. 52/3.

de gomma elastica não posso ainda fazer como convém reflexões justas na presença de V. Ex.ª, o que farei logo que o tempo me permitir; entretanto remetto tresentas vellas que o Cirurgião encarregado me apresentou." [9]

Ao findar o período colonial, operava-se com a borracha um pequeno comércio para fora da região, seja para a Inglaterra, seja para Portugal. À chegada de D. João ao Brasil, levantado o primeiro inventário das realidades comerciais do país, lá vamos encontrar os seguintes algarismos: 7.492 arratéis, a 1$240 por unidade, o que totalizava 1 822$080. Essa exportação fazia-se com destino à Inglaterra. [10]

A essa altura visitavam a Amazônia J. B. von Spix e C. F. F. von Martius, que tudo observavam com aquela penetração dos homens de ciência da Alemanha. Na *Viagem pelo Brasil*, em que registraram minuciosamente quanto foram vendo, os dois naturalistas bávaros escreveram: "Nas nossas excursões botânicas pelos arredores de Rocinha encontrámos não raro a maravilhosa árvore que dá a borracha ou cautchuc (cautecuc). É chamada pelos brasileiros de seringueira, porque, a princípio, se faziam com a seiva leitosa sòmente as bôlsas em forma de pera, que também agora são os objetos mais comuns de borracha, que aparecem no mercado. A seringueira eleva-se esbelta; seu tronco cinzento-amarelado, em baixo, junto do solo, é como cortiça, mais acima a casca é às vêzes brunida, porém, em geral quando ferido, dela escorre o látex, que endurece ao ar e pende então em longas cordas cinzento-claras, da espessura de uma pena de ganso, e, freqüentemente, de muitos côvados de comprimento. Quando êsses filamentos revestem galhos finos, formam canudos elásticos, os quais, ao que parece, a princípio indicaram a serventia do material para qualquer emprêgo. O certo é que, antes de se usar a borracha como meio de limpar o papel, os índios faziam com êsses canudos bicos de seringa, ponteiras para fumar e, no princípio do século passado, um cirurgião português utilizou-a para usos catetéricos.

Atualmente, dedicam-se fazendeiros isolados e, sobretudo, a gente mais pobre de diversas origens, chamados por isso seringueiros, à extração e preparo dessa seiva, e a maior quantidade da borracha, exportada de Belém, procede das matas dos arredores da capital e da ilha de Marajó, embora cresça espontânea essa árvore em todo o Estado do Grão-Pará, assim como na Guiana Francesa. É feito do seguinte modo o preparo pelos seringueiros. Durante a maior parte do ano, e especialmente nos meses de maio, junho, julho e agôsto são as árvores feridas em diversos pontos com um corte vertical, e colocando-se-lhes em baixo uma cuia ou panela de barro não cozido, em geral de uma e meia

[9] Cf. Manoel Barata, obr. cit. pág. 152.
[10] Cf. Henrique Pinheiro de Vasconcelos, *Primeiros Passos do Brasil Econômico*, Rio, 1929, pág. 18.

polegada de diâmetro, a qual se enche do látex no espaço de 24 horas, quando a árvore está em perfeitas condições. Esta seiva é então posta em inúmeras fôrmas de barro, cuja escolha e modelagem oferece grande campo ao gênio inventivo dos seringueiros. O formato mais comum é o de pera, do qual se originou a seringa; além dessa, porém, recorrem à forma dos frutos nativos: cajus, atas, ananases, mangas; ou de animais: peixes, onças, macacos, o peixe-boi, até figuras de gente ou de coisas imaginárias, nem sempre decentes. Para que a seiva, reduzida a finas camadas, seque mais depressa e não apodreça, as fôrmas revestidas do látex, são dependuradas por cima de fumaça, produzida pela queima lenta dos côcos da palmeira babaçu (Attalea speciosa, M.). A fumaça dá à borracha, primitivamente de côr branca suja, o tom pardo escuro e maior espessura, como se vê na que vem ao mercado. Para tornar impermeável uma tela de linho costumam deitar uma fina camada de seiva fresca e pôr a secar ao sol. É empregada então em capas e sobretudo, para os que precisam de expor-se ao sereno penetrante; mas êsse agasalho, ao passo que não deixa passar a humidade, é insuportàvelmente quente. Tivemos ocasião de vê-los usados pelos soldados da polícia de Belém, e também nos servimos dessas capas, noutras viagens." [11]

Os seringais começavam a ser constituídos. O interêsse que despertava o produto explicava a direção que as coisas estavam tomando no particular da atividade econômica local. O depoimento dos dois naturalistas não admite outra compreensão sôbre a mudança cultural que se experimentava.

"Cau-chu", nome que o indígena amazônico dava à árvore de onde colhia o látex valioso, significava pau que dá leite. Os luso-brasileiros, uma vez que o produto era mais empregado no fabrico de seringas, passaram a chamá-lo seringa e à árvore de seringueira. O extrator, como conseqüência, não podia deixar de ser o seringueiro, como seringal seria a área de exploração da espécie.

---

[11] Tradução de D. Lucia Furquim Lahmeyer, edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio, 1938, 3.º vol. pág. 30/1.

polegada de diâmetro, a qual se enche do látex no espaço de 24 horas, quando a árvore está em perfeitas condições. Esta seiva é então posta em inúmeras fôrmas de barro, cuja escolha e modelagem oferece grande campo ao gênio inventivo dos seringueiros. O formato mais comum é o de pera, do qual se originou a seringa; além dessa, porém, recorrem à forma dos frutos nativos: cajus, atas, ananases, mangas; ou de animais: peixes, onças, macacos, o peixe-boi, até figuras de gente ou de coisas imaginárias, nem sempre decentes. Para que a seiva, reduzida a finas camadas, seque mais depressa e não apodreça, as fôrmas revestidas do látex, são dependuradas por cima de fumaça, produzida pela queima lenta dos côcos da palmeira babaçu (Attalea speciosa, M.). A fumaça dá à borracha, primitivamente de côr branca suja, o tom pardo escuro e maior espessura, como se vê na que vem ao mercado. Para tornar impermeável uma tela de linho costumam deitar uma fina camada de seiva fresca e pôr a secar ao sol. É empregada então em capas e sobretudo, para os que precisam de expor-se ao sereno penetrante; mas êsse agasalho, ao passo que não deixa passar a humidade, é insuportàvelmente quente. Tivemos ocasião de vê-los usados pelos soldados da polícia de Belém, e também nos servimos dessas capas, noutras viagens." [11]

Os seringais começavam a ser constituídos. O interêsse que despertava o produto explicava a direção que as coisas estavam tomando no particular da atividade econômica local. O depoimento dos dois naturalistas não admite outra compreensão sôbre a mudança cultural que se experimentava.

"Cau-chu", nome que o indígena amazônico dava à árvore de onde colhia o látex valioso, significava pau que dá leite. Os luso-brasileiros, uma vez que o produto era mais empregado no fabrico de seringas, passaram a chamá-lo seringa e à árvore de seringueira. O extrator, como conseqüência, não podia deixar de ser o seringueiro, como seringal seria a área de exploração da espécie.

[11] Tradução de D. Lucia Furquim Lahmeyer, edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio, 1938, 3.º vol. pág. 30/1.

Capítulo VI

O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO GOMÍFERA. FUNÇÃO INCENTIVADORA DOS MERCADOS EXTERNOS. OS SERINGAIS DO BAIXO AMAZONAS. SUA EXPLORAÇÃO DESTRUTIVA. A CORRIDA PARA A FLORESTA.

Os anos que se seguiram à independência do Brasil foram assinalados, na Amazônia, por acontecimentos políticos que lhe perturbaram a evolução serena que vinha realizando. O choque entre os grupos partidários em que se dividia a sociedade local tomou proporções imensuráveis. Entre 1823 e 1840, as multidões nativas pegaram em armas. Entendendo que com o 15 de agôsto, quando a região se incorporou ao Império, passaria a suas mãos o comando da coisa pública, ascendendo inclusive na posse e propriedade daquele imenso patrimônio que se acumulava nos pequenos centros urbanos ou nos sítios, fazendas de gado, cacauais, engenhos e seringais que começavam a formar-se, ao se verem ludibriados recorreram às armas como solução que lhes pareceu única. A desordem política, como era natural, importou na desordem econômica. Porque o trabalho normal se desarticulou com a guerra civil. Os trabalhadores, quando não participavam do estado de insurreição, escapavam às suas obrigações, abandonando as propriedades onde viviam. Trabalhadores, tanto das áreas agrárias como das áreas pastoris e das áreas de pura exploração florestal. Dos seringais sairam mesmo vários dos caudilhos populares que dirigiam a explosão. Se um seringueiro, o cearense Eduardo Nogueira Angelim, de 21 anos de idade, foi o grande condutor da "Cabanagem"!

A produção da riqueza amazônica não pôde, em conseqüência, prosseguir no ritmo de ascenção natural por que se vinha caracterizando. Ao contrário, experimentou violenta crise de caráter destrutivo. E tanto assim que, quase ao findar o grande conflito social, o Presidente da Província do Pará, General Soares de Andrea, que lutava por pacificá-la e assegurar-lhe condições de vitalidade econômica, descrevia-a, dirigindo-se ao Ministro do Império, a côres sombrias: "Ha povoaçoens em que não resta nenhum homem branco. Muitos engenhos, muitas fazendas e muitas casas estão inteiramente queimadas ou destruidas.

As raças de gado quase extintos. As plantaçoens abandonadas e os proprietários todos dispersos e receiosos" [12].

Os seringais localizavam-se de preferência, então, na região das ilhas inclusive o Marajó, alcançando o Xingu e o Jary, e no Capim, no Guamá, no Acará e no Moju. As populações ali localizadas eram eminentemente mestiças ou tapuias e aos poucos vinham abandonando as tarefas agrárias para dedicar-se à borracha. Atiravam-se à floresta sem medir perigos, desbravando-a e explorando-a.

O processo de trabalho não se alterava para melhor. Ainda em 1848, segundo Alfredo Russel Wallace, o látex era "colhido tôdas as manhãs, em grandes vasilhas univálves, que se espetam e se encostam ao tronco da árvore, grudadas com pelotas de argila, fazendo-se uma pequena incisão na casca, logo acima.

O leite serve para a fabricação de sapatos ou de botas, moldados em barro, e em pedaços chatos, que são os destinados à venda.

Endurece em poucas horas, é enegrecido pela fumaça, que se desprende, queimando-se côcos da palmeira "uricuri", e transforma-se finalmente em borracha." [13]

Com o andar do tempo, essa situação não se modificou, evidenciando progresso técnico. Ao contrário, na sofreguidão de maior rendimento, os seringueiros empregaram um processo grosseiro que chamavam de arrôcho e consistia "em apertar com um cipó a árvore, quase ao rés-do-chão, de modo que se forme uma orla capaz de dar assento a uma goteira circular de barro, feita ali mesmo pela mão do seringueiro. Debaixo desta goteira colocam uma panela ou outra qualquer vasilha, que possa receber bastante líquido; feito isto golpeam tôda a árvore e por todos os lados, de modo que ela se esgota em um dia; e se não morre, só se restabelece no prazo de muitos anos".

Evidentemente, os seringueiros, com a destruição impiedosa a que procediam, não olhavam o futuro. O resultado negativo mais próximo êles o alcançaram no empobrecimento das regiões onde operavam a ofensiva desordenada, o que obrigava a uma penetração mais ousada pela floresta a dentro ou à ampliação, em direção a outras zonas, das áreas de trabalho.

Passaram, assim, das ilhas e daqueles rios que se avizinham de Belém, para o Tapajós e depois para o Madeira. No Solimões, a exploração, embora em pequena escala, jamais fôra abandonada. A lição dos Cambebas não era esquecida. Sempre os seringueiros, porém, com o mesmo método destrutivo.

[12] Ofício de 6 de março de 1837 constante da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

[13] Alfredo Russel Wallace, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, São Paulo, 1939, pág. 92.

Já, então, se faziam as primeiras advertências, a propósito daquele sistema predatório. TENREIRO ARANHA, JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO e mais tarde PIMENTA BUENO criticavam a atividade, no primitivismo que ela apresentava, mostrando a necessidade de se adotarem novos modos de extração e a conveniência de criar a riqueza plantando ordenadamente a espécie. Eram três vultos ilustres, ligados aos problemas da região pelo exercício continuado de funções públicas ou pelo contacto direto com o meio na pesquisa de suas realidades sociais, fisiográficas, econômicas.

TENREIRO ARANHA era um dos mais vigorosos esteios cívicos locais. Político pragmático, encontramo-lo sempre às voltas com o realismo duro que marcava a Amazônia, tentando resolver-lhe os problemas pela adoção de medidas objetivas. Fôra o primeiro presidente da Província do Amazonas. Fundara-a pleiteando-lhe a criação no Parlamento do Império. Suas reflexões sôbre a indústria extrativa da borracha foram proferidas justamente no período em que estabelecia os fundamentos daquela unidade que desvinculara do Pará.

PIMENTA BUENO, gerente da "Companhia do Amazonas" que MAUÁ criara, prontamente pudera apreender a multiplicidade de aspectos da economia amazônica, que deveria fomentar pelos serviços de transportes a seu cargo. Em 1882 lançava pelas colunas do *Jornal do Comércio,* do Rio de Janeiro, uma série de artigos versando aquêles aspectos da economia amazônica. A goma elástica era o ponto central de suas cogitações. Encerrada a série, editou-os num fascículo que teve o nome *A Borracha. Considerações,* e em cujas páginas encontramos as advertências a que nos referimos.

JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO, engenheiro miitar, companheiro e guia de naturalistas que percorreram a Amazônia, estudava-a com um amor de homem de ciência. As memórias que escreveu constituem, ainda hoje, um repertório de observações e de indicações preciosas que exprimem realìsticamente as particularidades ambientes.

Inaugurando a Província do Amazonas, TENREIRO ARANHA levantara um minucioso quadro de suas condições e necessidades. Tratando da produção, sugerira uma política menos primária, insistindo na adoção de métodos que revelassem mais amor à terra e maior segurança para os proventos atuais e futuros.[14]

Mais arrojado nas observações, SILVA COUTINHO, num ensaio magnífico, aconselhava e programava objetivamente: "estabeleçam os fabricantes moradias fixas, depois de adquirirem a posse do terreno e plantarem seringueiras em seu domínio, onde existirem outras plantas, de maneira que no fim de algum tempo seja ela a dominante; cultivem uma certa porção de gêneros alimentícios e tratem ainda que em pequena escala da criação de aves e outros animais domés-

[14] Cf. *Falas dos Presidentes da Província do Amazonas, desde 1852 a 1882.* Edição do govêrno do Estado do Amazonas. 1.º volume.

ticos". E, prosseguindo na proposição de seu plano, lembrava que no período do inverno os trabalhadores podiam plantar suas roças; quando, depois, êles se dirigissem ao negócio da seringa, sua família colheria a produção agricultada. Os rendimentos acumulados dessas operações em alguns anos permitiriam, ao seringueiro, a aquisição de sua antiga posse. Haveria, em conseqüência, beneficiando a sociedade, trabalho mais suave, menores riscos para o trabalhador, observação de preceitos higiênicos, que assegurariam uma defesa sanitária, fiscalização permanente para evitar-se a destruição das árvores e conseqüente melhoria da indústria.

SILVA COUTINHO, quanto à cultura, indicava o caminho seguinte: utilização das sementes, guardando as árvores entre si a distância de 6 braças, "ficando assim um círculo de 50 palmos de raio para ser ocupado pela copa de cada uma. O espaço compreendido por um quadrado de meia légua de face, que é a grandeza das posses que concede o govêrno, acomoda desta maneira 84 100 árvores". Uma vez que o seringueiro, na sua ainda simples condição de agregado do proprietário do seringal, posseiro como êle se intitulava, utilizasse o espaço do terreno que lhe coubesse para a cultura com o plantio das espécies alimentícias e para pequena criação, diminuiria o total de héveas, que se algarismariam em 63 000. Mesmo desprezando a fração 3 000, extraindo-se 16 libras de cada árvore, uma safra podia garantir 30 000 arrôbas. Vendida ao preço de 10$0, a arrôba, seriam 300:000$0 numa safra. Realmente tentadora e convicente a argumentação do naturalista. Tanto mais quanto nos seringais silvestres um seringueiro de boa vontade e de tenacidade apenas coletava 20 libras por dia. No seringal plantado, seriam 40 libras." [15]

Quanto a PIMENTA BUENO, louvando as considerações e o plano de SILVA COUTINHO, alterava-o ou ampliava-o aqui e alí. Propunha a concessão de terras por aforamento, prêmios aos maiores plantadores de seringueira, proibição do trabalho de extração antes da árvore ter atingido certo desenvolvimento, para tal devendo efetuar-se uma inspeção especial nos seringais. [16]

Advertências de todo ponto fundadas, nem por isso mereceram atenção. Houve mesmo um Presidente da Província do Amazonas, Dr. ERNESTO ADOLFO DE VASCONCELOS CHAVES, que, em Fala à Assembléia Provincial, em 1886, dizia: "O suposto perigo da destruição crescente dos seringais e sua futura extinção carece de fatos que o comprovem, além de contrariar de frente, não direi a razão, mas até o simples instinto do próprio bem-estar". E acrescentava que "em época ainda afastada", o próprio seringueiro se encarregaria de agir no sentido de se realizar o cultivo da espécie, operando serenamente, sem atemorizar-se ante a propaganda maliciosa, sem recear os perigos que se anunciavam."

---

[15] SILVA COUTINHO, *Breve notícia sôbre a extração de salsa e da seringa*. Manaus, 1863.
[16] PIMENTA BUENO, *A Seringueira. Considerações*. Rio, 1882.

A corrida para o "fabrico da borracha" prosseguiu, em conseqüência, com o mesmo sentido aventureiro. Não era ela uma resultante de solicitações do mercado interno, representado pela pequena manufatura de sapatos, seringas e que vinha do período colonial e viveu até cêrca de 1850. Era, antes, uma resultante das exigências que principiavam a fazer os meios industriais inglêses e norte-americanos. As aplicações do látex cresciam, CHARLES GOODYEAR, em 1839, descobria a vulcanização, tornando a borracha "mais resistente e quase insensível às variações da temperatura". Isso assegurara elasticidade e impermeabilidade ao produto, o que representou uma conquista científica utilíssima ao mesmo tempo que garantiu à borracha uma posição ímpar como matéria prima para os mil artefatos que, desde logo, foram sendo imaginados e preparados.

A produção, em crescente constante, se vinha afirmando assim:

1827	31.365 Kg.	1845	561.465 "
1828	50.820 "	1846	673.725 "
1829	91.020 "	1847	624.690 "
1830	156.060 "	1848	901.125 "
1836	189.225 "	1849	978.360 "
1837	283.920 "	1850	1.466.550 "
1838	243.630 "	1851	1.582.050 "
1839	391.770 "	1852	1.632.930 "
1840	388.260 "	1860	2.673 t.
1841	339.240 "	1870	6.591 "
1842	270.360 "	1880	8.679 "
1843	340.215 "	1890	16.394 "
1844	451.215 "		

Às exigências dos mercados consumidores, os seringueiros foram, porém, alterando o fabrico. O industrial HENRIQUE ANTONIO STRAUSS, que se ligava ao negócio da goma, sugeria a adoção de novo processo: consolidação da seringa sem defumação. Experimentou-se, também, a conservação da borracha em estado líquido por meio do "éter sulfúrico ou amoníaco líquido que se lhe deve juntar logo ao sair da árvore".

Os tipos de borracha já se achavam devidamente fixados: *seringa fina*, a que fôsse defumada com perfeição; *grossa*, a que coagulava nas vasilhas quando os seringueiros demoravam na defumação; *Sernambi*, a que aderia às paredes do vasilhame ou caia ao chão no processo de arrôcho.

Em 1882, a produção dos gomais amazônicos já influia ponderantemente no processo econômico do país. Ocupava o terceiro lugar no quadro da exportação do Império. Apenas o café e o açúcar se lhe mantinham à frente. O esplendor do ciclo da borracha estava começando.

Capítulo VII

O ESPLENDOR DA INDÚSTRIA GOMÍFERA. AMPLIAÇÃO DA ÁREA EXPLORADA. MECANISMO DE SEU FUNCIONAMENTO.

O PROGRESSO das técnicas, resultante da Revolução Industrial e com elas o progresso do invento de utilidades, criou, no século XIX, condições especiais ao bem estar humano. Todo um novo status se foi, assim, constituindo e assegurando, às sociedades da Europa e dos Estados Unidos, com os créditos de superioridade de que se julgaram monopolizadoras, aquela fôrça imperial que as levou a competições, a novos empreendimentos para a ampliação dos espaços coloniais, a inversões vultosas na indústria pesada, ao imperialismo político e econômico, em última análise à fortificação do sistema capitalista.

Dos impérios coloniais ou dos países de economia reflexa, vieram, para movimentar os parques industriais da Europa e dos Estados Unidos, um sem número de produtos primários considerados verdadeiramente essenciais. A borracha silvestre, utilizada em dezenas de novos inventos, que aumentavam a todo momento, constituiu matéria prima de importância crescente. Seu emprêgo era obrigatório para centenas de objetos, de uso diário, de uso doméstico, de uso industrial, de uso comercial, de uso nos hospitais, nos laboratórios, nos institutos de pesquisa, nos centros de fabricação de material de guerra, nos estaleiros de construção naval, nas usinas de onde saiam os mil artefatos que asseguravam segurança, tranquilidade, maior soma de comodidade, condições existenciais mais dignas e mais estáveis.

Um dêsses inventos revolucionários foi o automóvel. A princípio, vagaroso, barulhento e de segurança discutível, aos pouco aperfeiçoado, o que permitiu vencer aquêles elementos negativos, precisou da borracha para o revestimento das rodas. O revestimento era feito com borracha maciça. Experimentado o pneumático pelos ciclista francês MICHELIN, numa prova automobilística entre Paris e Ruão, provou-se a superioridade do artefato. A industrialização da borracha na nova utilidade tomou vulto ràpidamente, abrindo perspectivas as mais animadoras para o mercado produtor das gomas silvestres.

A procura intensiva que os mercados consumidores da Europa e da América passaram a fazer da borracha silvestre, ante a utilização cada vez maior por que ela se apresentava aos industriais, animando as solicitações pela alta dos preços que pagavam, deu um alento fora do comum à atividade coletora. Onde existia árvore produtora de látex, registrou-se a aventura. Nas Américas e na África. Ora, de tôdas as áreas onde se operava a exploração da floresta com aquêle objetivo, a Amazônia era a que oferecia mais seguras e amplas possibilidades pela quantidade de seringueiras que parecia fabulosa pela riqueza que as árvores apresentavam em látex. A busca às seringueiras pareceu, em conseqüências, sem fim e negócio de possibilidades ilimitadas. Impôs, no entanto, a ampliação das áreas de exploração dos seringais e o aparelhamento das operações por uma técnica comercial que movimentou capitais e energias. Verificou-se, então, nervosa e incessante mobilização de braços na procura das espécies gomíferas em tôdas as direções na região. Já vimos, em capítulos anteriores, como se processou essa expansão, que atraíu a mão de obra nordestina e a levou a terras que não integravam o patrimônio brasileiro. É aqui momento de assinalar que, naquelas terras, que pertenciam à Bolívia e ao Peru, os naturais dêsses países também se mobilizavam, na aventura desordenada da colheita de látex. Grandes colunas de trabalhadores bolivianos e peruanos marcharam para os vales do Beni, do Orton, do Madre de Deus, do Ucaiali, do Marañon encontrando-se com os pioneiros brasieiros e com êles tomando contacto, aqui e alí por vêzes violento, o que importava na formação de uma perigosa fronteira de fricção.[17]

O ciclo da borracha não se circunscreveu, porém, às partes do Brasil, Bolívia e Peru a que nos estamos referindo. Atingiu o Equador, a Colômbia e a Venezuela, nos trechos em que essas nações participam do mundo amazônico, e onde foram descobertos gomais, de logo explorados com a mesma violência predatória.

Todo um vasto espaço, é de ver-se, passou a compor o teatro da emprêsa de conquista da floresta. Não havia dificuldades capazes de impedir o grande "rush". Repetia-se, na Amazônia, o drama da Califórnia, lembrou um ensaista.[18] Repetia-se na Amazônia a corrida humana que caracterizou a ocupação dos espaços australianos e, em menor escala, a exploração do salitre e do guano no litoral do Pacífico. Na história brasileira contava-se um símile: a marcha realizada de fins do século XVII a meados do século XVIII, quando efetuáramos o "rush" das minas.

---

[17] A bibliografia sôbre a aventura dos extratores peruanos e bolivianos, se não é copiosa, nem por isso deixa de ser interessante, revelando a mesma intensidade dramática que caracterizou o episódio no Brasil. Para exemplificar: LUIS PEÑALOZA, *Historia Econômica de Bolivia*. 2.° vol. La Paz. 1947.

[18] ABGUAR BASTOS, na introdução que escreveu para a segunda edição do livro *A Conquista do Deserto Ocidental*, de CRAVEIRO COSTA. São Paulo, 1940.

No decorrer do episódio, registraram-se, como era natural, sucessos sangrentos, episódios rocambolescos, que a imaginação fértil de jornalistas e romancistas aproveitou para reportagens sensacionalistas e páginas cheias de emotividade. A sociedade que se criava na Amazônia era uma sociedade que vivia por entre altos e baixos, em degradação, aviltamentos, ou sobrepondo-se ao meio bárbaro, em atitudes marciais ou gestos de virilidade muito comuns nos organismos sociais que se constituem nessas fases de transição da instabilidade para a estabilidade. Ora a Amazônia era o Inferno Verde, onde o homem, cercado de riquezas, afundava na terra encharcada, no pantanal dos vícios e da indignidade, padecendo sofrimentos físicos e morais sem conta, ora um velocino d'oiro, um mundo encantado que os mais ousados, os mais afortunados, ou onde todos tinham a sua grande oportunidade para o êxito material que é um sonho universal. No desejo insofrido do sucesso, é certo, cometeram-se desatinos, desentenderam-se os homens, praticaram-se excessos. Houve, no entanto, em meio àquela inquietude, bravura, heroísmo, que exigem respeito e admiração. Porque, enfrentando a natureza bravia, selvagem, como ela se apresenta, desbravando-a, sem medo, os homens que realizavam a ofensiva sôbre a floresta escreviam, realmente, uma verdadeira epopéia. Os desatinos que cometeram explicam-se pelas condições em que operavam.

Viveu-se, então, o esplendor da indústria gomífera. Ao principiar o século XX, um viajante francês que visitou a Amazônia, AUGUSTE PLANE, assinalava-lhe a altitude alcançada e que corria mundo, provocando o aparecimento de um lendário rico, mas chocante pelos contrastes que oferecia.[19]

Por tôda parte PLANE encontrou sinais de vitalidade criada pela borracha. Belém era a grande porta de saída do produto, com 125.000 habitantes e um vasto conjunto de casas comerciais. Manaus, com apenas 50.000, a transformar-se de aldeia em cidade, maior mercado de borracha do mundo, apresentava-se como "le Paris des Selves, dont les banques, les eglises, les théâtres et les cafés s'alignent à deux pas de la forêt." Seu movimento comercial ascendia incessantemente.

Entre 1858 e 1862, só o Amazonas exportara 997 toneladas de borracha; de 1863 a 1868, 3.365 toneladas; de 1876/1877 a 1880/81, 12.280 toneladas. Entre 1887 e 1896, menos de dez anos, portanto, 48.454 toneladas. O Purus era, no momento, o rio que mais contribuía para as estatísticas: em 1900, produzira 5.520 toneladas; em 1901, 6.016; em 1902, 6.750. O Juruá vinha a seguir: 2.361 em 1900; 2.925 em 1901; 3.642 em 1903. Depois, o Madeira: 2.495 em 1900; 2.694 em 1901 e 2.844 em 1902. O rio Negro era o que menos contribuíra: 512 em 1900, 521 em 1901 e 313 em 1902.

---

[19] AUGUSTE PLANE, *L'Amazonie*. Paris, 1903.

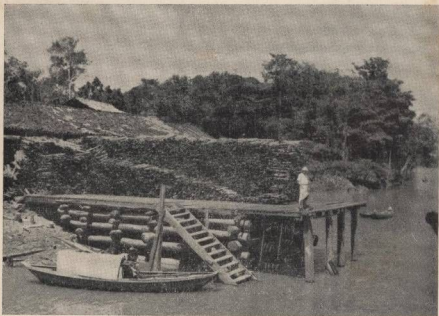
O que PLANE viu em Manaus ocorria igualmente em Belém. A borracha de menor teor colhia-se nas ilhas. A de maior cotação vinha do Xingu e do Tapajós, cujos manadeiros iam sendo atingidos. Às suas margens abriam-se grandes seringais. Descobriam-se áreas ricas que permitiam a exploração rendosa. A produção paraense entre 1898 e 1904 alcançara 11.962 toneladas.

A borracha trazida dos seringais era desembarcada em Belém ou em Manaus, onde pagava os direitos de exportação que os Estados do Amazonas e Pará cobravam. Procedia-se, então, à pesagem e à classificação, sob a fiscalização dos interessados, no caso as firmas comerciais que haviam recebido a borracha e as que a adquiriam para os centros consumidores dos Estados Unidos e Inglaterra. A classificação procedia-se em duas operações. Na primeira, a pele de goma era cortada ao meio para se lhe tirar tôda e qualquer impureza que porventura contivesse. É que, antes disso, os compradores americanos e inglêses se haviam visto vítimas de espertezas: dentro das peles, para aumentar-lhes a densidade e o pêso, os seringueiros punham-lhes objetos estranhos, inclusive pedras e paus. Depois do corte, então, passava-se à segunda fase de classificação: "fina", "entrefina" e "sernambi". A primeira, também conhecida por "Para-fina", era de primeira qualidade; a segunda apresentava impurezas decorrentes do preparo mal acabado; a terceira constituía-se do produto feito com restos de látex que caía ao solo e vinha, assim, de mistura com terra e outras impurezas. Havia ainda uma borracha menos resistente, de valia apoucada, a "fraca", produzida de árvores de látex pobre, aguado. Era produzida nos Autazes, no Solimões e no rio Negro, nas ilhas. Encerradas as duas operações, passava-se ao encaixotamento para embarque nos armazéns das firmas que se ligavam ao negócio.

É preciso registrar aqui a existência de outra goma, o caucho, extraído da "Castilloa". Explorado a princípio no Peru e Bolívia, nos altos rios, constituía uma aventura de peruanos e de bolivianos, aquêles principalmente. A extração do leite era feita com a destruição da árvore. O caucheiro era, por isso, um nômade. Sua passagem assinalava-se pela extinção da espécie. O caucho, produto inferior, tinha cotação baixa.

As grandes praças importadoras eram Nova York e Liverpool; menores, Havre e Hamburgo.

O giro de todo êsse mundo de homens e coisas que êle produzira ou utilizava, exigia a formação de uma frota. Além da Companhia Brasileira de Navegação, hoje Lloyd Brasileiro, que ligava a região ao nordeste e ao sul do país, de onde lhe trazia os braços de que carecia e gêneros de consumo imediato, serviam-na a "Hamburg — Amerika — Line", a "Booth S.S.C.", a "Red Cross Line", a "Ligure Brasiliana" que carreavam do e para o exterior tôda a produção gomífera e as utilidades que serviam à movimentação incessante da indústria

Com a extração da borracha, tudo porém se alterou, alterou para a estabilidade, para a constância, conquanto o movimento se tenha operado com certa violência, que destruiu os padrões anteriores. Abandonou-se o sítio, o cacaoal, o cafezal, o engenho, — e estabeleceu-se o "Seringal", de história dramática, marcando uma nova fronteira política e econômica.

O giro de todo êsse mundo de homens e coisas, que a valorização da borracha produzira e utilizava, exigia a formação de uma imensa frota de "vaticanos", "gaiolas", "chatas", etc. A natureza oferecia-lhe o combustível farto e barato, — e nas margens dos rios principais cresciam os chamados "portos de lenha", como outros núcleos de fixação.

extrativa. A "Amazon Steam Navigation Co. Ltd.", que assegurava continuidade à organização criada por MAUÁ, servia à hinterlândia. Algumas centenas de embarcações de outras organizações privadas faziam linhas também, transportando passageiros e mercadorias para o interior. Havia, ainda, pequenos serviços de emprêsas menores, fazendo a cabotagem até a Paraíba.

A produção de borracha depois de 1890 fôra a seguinte:

Ano	Toneladas	Ano	Toneladas
1891	17.790	1902	29.890
1892	18.609	1903	32.590
1893	19.430	1904	33.090
1894	19.470	1905	34.680
1895	20.975	1906	37.540
1896	22.320	1907	36.650
1897	22.260	1908	38.511
1898	25.355	1909	39.494
1899	28.695	1910	38.177
1900	27.650	1911	44.296
1901	29.971		

Entre 1895 e 1909, a Amazônia contribuira para o consumo universal com 443.200 toneladas. A África, a América Central e Malaga, com 374.510 toneladas. Havia, destarte, uma diferença de 68.690 toneladas em nosso favor.

A variação dos preços, levando à corrida para a floresta para êxitos memoráveis, de quando em vez provocava crises. Em 1825, o quilo de borracha cotara-se a 220 reis; em 1893/4, a 5$240; em 1894/5, a 5$720; em 1897/98, a 10$298. A ascenção era flagrante e atingiu os 17$800 em 1910.

O ponto mais alto da produção, êsse a Amazônia o alcançou em 1911 com 44.296 toneladas. O esplendor do ciclo da borracha alcançava a sua fase máxima.

Capítulo VIII

A EMIGRAÇÃO DAS HÉVEAS E A CONCORRÊNCIA ASIÁTICA. DECADÊNCIA DO SERINGAL.

A PRODUÇÃO de borracha extraída das espécies silvestres, em face dos progressos da ciência agronômica, que vencia, com uma técnica cada dia mais avançada, os meios mais hostis, e em face do consumo que crescia sem limitações, evidentemente não podia ser uma continuidade, no tempo, como no espaço. A necessidade e a conveniência de realizar uma política de plantação intensiva, que cobrisse os déficits da produção silvestre, quando êles começassem a verificar-se como a possibilidade de proceder a essas plantações em outras áreas que não fôssem sòmente aquelas que serviam de habitat às héveas, americanas ou não, cedo despertaram a atenção dos que meditavam com serenidade e objetividade sôbre os problemas que a atividade estava criando.

Já vimos que, na própria Amazônia, vozes autorizadas, vozes clarividentes, de homens esclarecidos, que tinham pela frente o realismo da vida e não se deixavam perturbar ante o esplendor que o negócio, no seu aspecto imediatista, estava proporcionando, cedo se elevaram para indicar o caminho certo: cultura das héveas e operações de extração do látex com técnica menos primária. Vozes eloqüentes, que resultavam da consciência equilibrada que haviam formado seus autores diante da matéria, não foram ouvidas.

Ora, se na Amazônia o problema era compreendido por um número tão reduzido, fora dela já não sucedia o mesmo. E nos centros de consumo, representados principalmente pela Inglaterra e pela França, o assunto principiou a ser cogitado. Viviam os dois países, a êsse tempo, uma fase intensa de desenvolvimento do imperialismo político e começavam a passar para a do imperialismo econômico. Dispunham de espaços coloniais, onde se poderia tentar a aclimação de espécies, e de equipes de especialistas cheios de entusiasmo na criação de maiores possibilidades para a ascenção econômica de suas pátrias. Tinham em mãos, portanto, meios e modos de trabalhar. Foram os inglêses, no entanto, os que lograram êxito imediato. E isso mesmo porque foram êles que se lançaram, com mais rapidez, mais intensidade, à operação, pioneirando a emprêsa de colheita de sementes e de experimentação da cultura.

Teve a idéia do empreendimento o Dr. JOSEPH HOOKER, diretor do Jardim de Kew. Homem enérgico, de capacidade para emprêsas de tal porte, sua vida vinha sendo uma constante atividade a bem do progresso da ciência e dos interêsses de sua pátria. Substituindo o pai na direção do Jardim, tornou-o um grande centro de observação e de aclimação de espécies vegetais, que eram levadas ou distribuídas pelo Império na preocupação de assegurar-lhe o conteúdo econômico que lhe valeria de esteio. Fê-lo, mais, laboratório de pesquisas para o tratamento de árvores, recuperações de tipos da flora, luta contra as enfermidades que destroem as florestas, humanizadas ou selvagens. Criou, assim, um campo magnífico para operar no que desejava.

Imaginando o enriquecimento do Império, HOOKEY lançou então suas vistas para as héveas, que bem podiam ser aclimadas no Oriente, em zonas de feição semelhante às da Amazônia. Em 1791, lembra RENÉ BOUVIER, no magnífico livro sôbre *Le Caoutchouc,* que estamos seguindo neste capítulo, um certo JAMES ANDERSON, a 23 de março, no jornal *The Bea*, de Edinburgo, havia feito uma alusão a essa possibilidade.[20] Lord SALISBURY, mais tarde, agitou o tema. E JAMES COLLINS, conservador do Museu de Sociedade de Farmácia de Londres, em 1872 publicou um estudo completo mostrando que não seria uma temeridade, uma tentativa fadada a insucesso, a plantação na Ásia. Fôra, então, mandado à América para obter sementes, que logo no ano seguinte, submetidas à experiência, em Calcutá, não provaram bem por se terem estragado. Outras tentativas feitas por dois colaboradores do Jardim, FARRIS e ROBERT CROSS, não produziam resultados mais animadores.

Em 1874, disposto a vencer a partida, o Dr. HOOKER expediu CROSS para o Brasil com instruções peremptórias, mas contratou, com o mesmo objetivo, um aventureiro que se dava também a intimidades com a natureza para estudá-la e melhor amá-la. Êsse aventureiro, que contava 30 anos, filho de proprietários rurais, era HENRY ALEXANDRE WICKMAN, que trabalhara nos serviços florestais em Honduras Britânicas, depois, em 1871, estivera na Venezuela, no Orenoco, onde encontrara ocasião de conhecer a árvore cobiçada. Dessa excursão divulgara um descritivo, em cujas páginas se referia particularmente à seringueira. Êsse descritivo fôra o "Notes of a Journey through the wilderness".

Entrando na Amazônia brasileira, WICKMAN atingiu o Tapajós. E aí se entregou ao trabalho da colheita de sementes e ao estudo das particularidades da árvore, escrevendo uma memória, tudo enviando ao Dr. HOOKER. Estava a vencer-se a partida pelo diretor do Jardim Botânico de Kew?

Gratificado pelo que já estava conseguindo, WICKMAN entregou-se, de corpo e alma, ao que lhe encomendaram de Londres. Em Itaituba, no Tapajós, conseguiu então, com a ajuda de índios Mura, preparar um carregamento de 70.000

---

[20] BOUVIER, obr. cit. pág. 61.

sementes que acondicionou em paneiros, especialmente confecionadas pelos índios sob sua orientação e seus cuidados diretos. Um vapor inglês, o "Amazonas", que fazia comércio na região, foi utilizado para o embarque. O comandante, de nome MURRAY, acedera na operação. Em Belém não houve dificuldades fiscais. WICKMAN alegara, à autoridade alfandegária visitada por êle em companhia do cônsul britânico, que a carga do "Amazonas" era de espécimes botânicos delicados que se destinavam ao Jardim Botânico de Sua Magestade a Rainha Vitória.

A 29 de maio de 1876, o "Amazonas" largava de Belém, dirigindo-se a Liverpool. A 14 de junho as sementes davam entrada no Jardim Botânico. Das 70.000 sementes, apresentavam vitalidade apenas 2.397. Os trabalhos para salvá-las exigiram uma dedicação sem limites. Afinal, a 26 de junho começara a germinação. O eminente diretor HOOKER vencera [21]. De Kew, as pequenas plantas foram expedidas, em agôsto, para Ceylão, e distribuídas pelos Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda para a necessária aclimação. No ano seguinte, procedia-se à sementeira no Jardim Botânico de Singapura e dalí para o Perak, na zona Norte da península.

"Em 1881, as árvores do jardim botânico de Singapura deram as suas primeiras sementes, que em parte foram empregadas para estender a plantação no jardim de experiências d'aquela capital, em parte foram distribuídas pela península ou mandadas a Borneo. Em 1883, as árvores de Heneratgoda também frutificaram, e, semente e plantas foram distribuídas por tôda a ilha de Ceylão. Muitas destas árvores morreram, porque quase tôdas foram pantadas em terrenos pantanosos. As experiências de corte que em 1884 foram empreendidas em Heneratgoda, pelo dr. TRIMEN, e em 1888 em Singapura, pelo dr. RIDLEY, também não foram muito animadoras, tanto mais que o preço da borracha continuava baixo. Em Ceylão, esta época coincidiu com a calamidade da destruição dos cafèzais (de Coffea arabica) pela Hemileia vastatrix, o que se vê na diminuição rápida da exportação, que de 927.000 cwt em 1877 desceu a 312.000 cwt em 1884. Mas a atenção daquele tempo era dirigida sôbre a plantação de chá, cuja área, de 9.274 acres em 1880, aumentou ràpidamente, atingindo 150.000 acres em 1886 e 384.000 acres em 1900. Ao mesmo tempo experimentava-se muito a cultura da maniçoba do Ceará, que era considerada como mais apropriada ao clima de Ceylão que a hévea. Na Península Malaya, o fracasso das plantações de Coffea arabica em Ceylão provocou um movimento em favor das plantações de Coffea liberica. De 1895 em diante porém as cousas mudaram de aspecto. Os preços da borracha começaram o seu movimento ascendente e novas experiências de corte em Heneratgoda (1896-1898) mostraram a rentabilidade da cultura de hévea.

[21] JACQUES HUBER, *Relatório sôbre o estado atual da cultura da Hevea brasiliensis nos principais países de produção do Oriente*, págs. 27/8. Belém, 1912.

Em 1898, cêrca de 750 acres (300 hectares) estavam em Ceylão, principalmente nos distritos de Kalutara e do Kelany valley. Na Península Malaya a plantação metódica começou em 1895, nos Estados Federados Malaios e Malaca, em conseqüência da baixa nos preços do café e da alta nos da borracha. A distribuição liberal de sementes pelos jardins botânicos, nos anos de 1881 a 1895 começou agora a ter as suas conseqüências felizes e dêste tempo em diante as sementes de hévea foram ansiosamente disputadas e pagas a bom preço pelos plantadores. De 1904 a 1906, uma nova alta nos preços de borracha e o aperfeiçoamento dos métodos de extração do látex que prometeu um rendimento apreciável em árvores de 4 a 5 anos, como também a baixa simultânea nos preços do chá e do café produziram uma verdadeira febre de plantação, não só em Ceylão, onde ela ainda foi poderosamente estimulada pela primeira exposição de borracha, celebrada em Peradenyra, no ano de 1906, como também na Península Malaia, nas Indias Neerlandesas e em outros países tropicais.[22]

A experiência, com a intenção comercial, não tentou logo os proprietários de terras. Pareciam mais rendosos o café e o chá, que constituíam o grande negócio local. Vencidas, porém, com o tempo e as demonstrações experimentais, as dúvidas, a operação entrou em expansão, passando à Malásia, e de então em diante a outras áreas dos impérios coloniais inglêses, franceses e holandeses, como empreendimento econômico a longo prazo, mas com resultados que não poderiam fracassar. A procura de matéria prima nos mercados consumidores crescia sempre. Os sintéticos ainda não tinham comparecido para a concorrência.[23] O que se ia ver agora era a luta entre a espécie silvestre e a espécie cultivada. Fêz as primeiras tentativas comerciais de plantações, num exemplo que teve seguidores, o chinês TANCHAY YAN. O sucesso não demorou.

A emigração das héveas, como chamou ao episódio um ensaista de nossos dias[24], noticiada e indicada como um perigo de morte para o futuro da produção sul-americana, em especial a da Amazônia brasileira, não foi, contudo, estimada prontamente em tôda a extensão do que significava. Nos dias coloniais, a cana fôra trazida ao Brasil e lhe criara uma riqueza e lhe afirmara um ciclo de civilização. Posteriormente, o café, subtraído de Caiena, viera consolidar-lhe a economia, estadiando-lhe outro ciclo de civilização. Por que não ceder à evidência de que a emigração das héveas levaria ao Oriente um potencial, que

---

[22] CROSS, de seu lado, não fracassara. Conseguira não aquela vultosa porção de sementes, mas com 1 080 seringueiras, das quais 42 eram maniçobeiras obtidas no Ceará.

Para a história dêsse episódio sensacional, cf. os livros do BOUVIER: *Le Caoutchouc*, Paris, 1947; e *Les migrations végétales*. Paris, 1946.

[23] Já em 1867, dois naturalistas alemães, FRANZ KEELER e JOSEPH LEUZINGUER, que percorriam a Amazônia a serviço do Império, condenando os processos de trabalho dos seringueiros, mostravam-se céticos quanto ao futuro da borracha silvestre, não escondendo a possibilidade da técnica dos laboratórios conseguirem um substitutivo, que seria o sintético de nossos dias.

[24] ARAUJO LIMA, *Amazônia. A terra e o homem*. Rio, 1933, pág. 144.

alcançaria sucesso no jôgo da competição internacional, produzido por uma mão de obra barata e abundante, o que seguramente permitiria o preço vil?

Em 1900 compareciam ao mercado internacional 4 toneladas de borracha de plantação. Em 1905 a tonelagem subia para 145; em 1906, para 500; em 1910, para 8.500. Em 1914, eram já 71.400. Os seringais silvestres iam entrar em crise. E aquêle vasto organismo comercial que se estruturara e estimulara no negócio da goma silvestre, vitalizando a Amazônia Brasileira, no entrechoque do negócio no campo internacional não poderia enfrentá-lo e resistir. O produto que oferecia ao mercado era a preço mais alto. Não havia indústria organizada no país para consumir, sob preço compensador, fixado pelo Estado ou acordado com o produtor da matéria prima, o gênero silvestre. Vivíamos, a essa altura, os grandes dias de um liberalismo econômico que nos parecia bemfazejo, pelas facilidades cambiais, pelos mercados certos, pelo comércio internacional favorável, mas que, na realidade, nos mantinha na condição de meros fornecedores de matéria prima, sem nos conceder oportunidades ou possibiidades para a etapa industrial. As providências iniciais decretadas pelo govêrno federal e pelos governos estaduais não foram suficientes para garantir a produção. Porque, na verdade, se limitavam a assegurar vida ao negócio no seu aspecto mercantil, e não a modificar a situação na sua estrutura, inclusive pela criação de condições novas ao trabalho.

Um brasileiro eminente, o Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, deputado federal pela Bahia e mais tarde Ministro da Agricultura, visitando o Oriente, teve ocasião de tomar contacto com a triste realidade que representava para o Brasil o empreendimento que se processava naqueles espaços coloniais. Regressando ao Rio, justamente quando começavam a sentir-se os primeiros efeitos da concorrência, denunciou ao Parlamento, ano de 1906, num parecer memorável que era mesmo tempo substitutivo ao projeto da autoria do deputado paraense PASSOS DE MIRANDA, o que acabava de verificar e estava exigindo uma política imediata do poder público. A repercussão de seus comentários, de suas reflexões e de seu depoimento realístico foi grande. No Amazonas o govêrno estadual apressou-se em concitar os produtores à cultura imediata. O jornalista ALCINDO GUANABARA, em série de artigos em *O Paiz*, do Rio, reclamou política pragmática imediata. Em Manaus, de 22 a 27 de fevereiro de 1910, reuniu-se um Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, que discutiu e aprovou as teses que defendiam a execução de programas imediatos de cultura da seringueira, de colonização e de modificação das condições de vida através de uma série de medidas que, seguramente, seriam um grande passo para garantir, à região, os elementos imprescindíveis à sua vitalidade em face dos ventos maus que sopravam do Oriente.[25]

[25] Os Anais do Congresso foram publicados em 1911 em Manaus.

Jacques Huber, o eminente naturalista que dirigia o Museu Goeldi, de Belém, visitando as áreas de concorrência orientais, tirou as últimas ilusões. O sucesso da experiência não podia ser mais ignorado no futuro esplendoroso que a aguardava. O que restava fazer era enfrentar a dura realidade tentando também a cultura das nossas héveas em seu habitat. Seria isso possível? Teríamos capacidade para um empreendimento de vulto como êsse? A produção intensiva que se obtivesse nessa cultura, na concorrência com a borracha do Oriente, não provocaria uma baixa violenta nos preços, o abarrotamento dos mercados consumidores, mesmo que se considerasse como seguro e certo o crescimento da indústria de artefatos? Não seria o caso de, com a cultura da seringueira, providenciar o seu imediato aproveitamento no país em indústria nacional?

Ante a situação calamitosa que a Amazônia principiou a experimentar, com graves repercussões financeiras e econômicas por todo o país, o govêrno federal decidiu intervir. Pelos decretos ns. 2.543-A, de 5 de janeiro, e n.º 9.521, de 17 de abril, ambos de 1912, programou, pela primeira vez, a valorização da região. Os planos decretados cobriram, em grande estilo, todos os aspectos do problema e vinham dos serviços de saneamento à produção industrial no próprio habitat das seringueiras.

Os propósitos oficiais não entraram em execução. Porque, logo no ano seguinte, o Congresso Nacional negou verba para que pudesse ser uma realidade.[26]

A debacle foi violenta. Em 1911 atingíramos, recordemos, o ponto mais alto, isto é, 44.296 toneladas; já no ano seguinte descíamos para 38.173, até chegar, em 1923, a 17.991. A produção do Oriente ascendia, nesse mesmo ano, para 369.500. O preço aviltara-se ao extremo. Em 1911 baixara para Cr$ 300; em 1912, para 6$700; em 1916, para 4$050. Em 1921, alcançara apenas os 1$350! O ciclo da goma silvestre entrara em colapso. Começou o êxodo dos seringueiros. E, com êle, todo o vasto cortejo de desastres econômicos, financeiros e sociais. O seringal perdera o esplendor.

---

[26] Para a crônica posterior à grande calamidade cf. Cássio Fonseca, *A Economia da Borracha*. Rio, 1950. Sôbre a crise e as medidas oficiais para resolvê-la, cf. o notável parecer, no Senado Federal, do representante potiguar Eloy de Souza, intitulado *A crise da Borracha*, Rio, 1915.

Capítulo IX

A PERDA DO CONTRÔLE DA PRODUÇÃO E AS TENTATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA. OS ACÔRDOS DE WASHINGTON. A "BATALHA DA BORRACHA". FUNÇÃO REANIMADORA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS. A POLÍTICA DA VALORIZAÇÃO.

Os ANOS que se seguiram ao início da concorrência da borracha de plantação do Oriente foram de desolação. Tôda a máquina que se montara na base do grande negócio, representado na exploração dos seringais silvestres, entrando em colapso, trouxe para o extremo-norte do país uma situação verdadeiramente calamitosa. Aquela estrutura agrária que antecedera ao ciclo gomífero fôra perdida na aventura dos seringais. E nenhuma providência haviam tomado os governos federal e estaduais objetivando uma política prudente que pudesse garantir ao produto uma situação de menor dramaticidade, em face do que ocorria.

O que é espantoso, no entanto, é que as esperanças da região em tôrno a um milagre no tocante à revalorização da borracha nativa não pereceram logo. E ao invés de abandono total da emprêsa, nos seus métodos primários de produção, prosseguiu na luta contra a floresta, mantidos os processos rotineiros.

Ora, a reforma dêsses processos era imperiosa, para que fôsse possível produzir mais abundantemente e a preços baixos que compensassem no jôgo da competição internacional. Como era imperioso entrar na fase da cultura das espécies, seguindo o exemplo do que estava sendo feito nos territórios coloniais franceses, inglêses e holandeses. É certo que essa mudança de posição importava em mudança de mentalidade e exigia a mobilização de capitais e de iniciativas. E o que se observava era uma resistência inexplicável a qualquer modificação. Ninguém se atrevia a enfrentar a tremenda realidade, iniciando um novo sistema de trabalho. Escreveram-se memoriais pleiteando favores e gritando contra a política dos países consumidores que se haviam libertado do monopólio brasileiro por uma política inteligente de produção própria. Mais: alegou-se a excelência da produção nativa sôbre a produção de cultura e discutiu-se a proce-

dência das espécies cultivadas no Oriente, que se não queria acreditar fôssem apenas extraídas da floresta amazônica e se reduzissem à "hevea brasiliensis", como se isso fôsse bastante para decidir da partida, restaurando as condições eufóricas do passado recente.

JACQUES HUBER, diretor do Museu Goeldi, de Belém, visitando as plantações de Java e da península de Malaca, apurou a origem amazônica das extensas, ricas e prósperas áreas de plantação sistemática, ordenada e tècnicamente perfeita, que estava garantindo êxito ao empreendimento colonial dos países concorrentes. Quanto à excelência do produto, não era mais objeto de cogitação. Os industriais compradores da matéria prima das duas regiões não ofereciam qualquer resistência ao que lhes chegava às usinas e fábricas, a preços mais compensadores, do Oriente. Um delegado do govêrno do Amazonas à exposição de Nova York, em 1912, visitando fábricas norte-americanos, teve oportunidade de verificar que a matéria prima brasileira ali consumida entrava apenas como contingente subsidiário, supletivo, complementar, para dar melhor teor de consistência ao artefatos. Valia como "condimento".[1]

Desfaziam-se as ilusões para um regresso ao esplendor?

A política da plantação intensiva ou da modificação técnica da extração não encontrou eco. Os ensaios que se fizeram, aqui e ali, não obedeceram a qualquer critério técnico-econômico. Em 1924 não havia, em todo o vale, 2.000.000 de árvores cultivadas e essas mesmo apresentando um rendimento insignificante, conseqüência, em grande parte, da falta de tratamento conveniente no plantio realizado.

Quanto à técnica, o dr. CERQUEIRA PINTO, o dr. JACQUES HUBER, os srs. AMANDO MENDES e JOSÉ CLÁUDIO DE MESQUITA sugeriram modificações no processo de sangria das árvores, na extração do látex e no tratamento posterior para transformação em peles. Realizaram-se experiências, coroadas de sucesso. Não se passou, todavia, dessa primeira fase. Porque, na verdade, a rotina prosseguiu. A produção e os preços aviltaram-se. Era natural. Não havia mais motivos que autorizassem a esperada recuperação. De 1913 a 1941, a produção amazônica assim se representou:

1913	36.232.000	1921	17.439.000
1914	33.531.000	1922	19.855.000
1915	35.165.000	1923	17.995.000
1916	31.495.000	1924	21.568.000
1917	33.998.000	1925	23.537.000
1918	22.662.000	1926	23.263.000
1919	33.252.000	1927	26.162.000
1920	23.586.000	1928	18.826.000

[1] MANOEL LOBATO, *O Vale do Amazonas e o problema da borracha*, págs. 37/38

Ano	Valor	Ano	Valor
1929	19.861.000	1936	13.247.000
1930	14.138.000	1937	14.792.000
1931	12.623.000	1938	12.064.000
1932	6.224.000	1939	11.861.000
1933	9.453.000	1940	11.835.000
1934	11.150.000	1941	10.734.000
1935	12.370.000		

A decadência do negócio, vertiginosa, seus efeitos atingiam tôda a estrutura econômica e social do vale. Os dois Estados produtores entraram em crise. As rendas públicas caíram violentamente. O abandono dos seringais processou-se sem que houvesse qualquer providência oficial para evitar o êxodo dos seringueiros. Um ou outro seringalista procurou manter o seu pessoal, tentando a atividade agrária ou passando a outra indústria extrativa, entre elas a da castanha.

Em 1918, o govêrno federal, atendendo à situação calamitosa que se verificava, entrou no mercado, por intermédio do Banco do Brasil. Realizou a compra da produção dos seringais. Fêz estoques. Armazenou. A operação foi abandonada pouco depois, sob a alegação de que os prejuízos do Banco eram muito grandes. Não havendo consumo, no país, da borracha bruta, à falta de indústria apropriada, não se fazia possível concorrer no mercado internacional, onde os preços vigorantes eram muito mais baixos que os da borracha adquirida em Belém e Manaus.

Na administração Epitácio Pessoa, agravou-se a situação. Porque ao invés de se criarem melhores condições aos trabalhadores dos seringais ou executar uma política de amparo ao produto, agiu-se de modo a desconcertar ainda mais a vida dos seringais, fornecendo-se passagens aos nordestinos para que regressassem às suas províncias de origem. Ativou-se, assim, o processo de decadência.

Enquanto tais desconcertos se verificavam no Brasil, no Oriente desenvolviam-se os programas de cultura intensiva e sistemática a tal ponto que também lá começou a verificar-se uma crise de perspectivas alarmantes. É que ante a abundância da matéria prima, os preços baixaram, levando a prejuízos e forçando a formulação de um plano, o "plano Stevenson", de 1922, visando à regularização da produção e ao equilíbrio das cotações.

Nem por isso, no entanto, dado que a nossa projeção nos mercados consumidores não tinha mais sentido, fomos beneficiados. A pequena alta de preços verificada em conseqüência pouco significou.

Entre 1923 e 1925 o govêrno norte-americano tomou a seu cargo promover um inquérito objetivando a criação de novas áreas de plantação. Desejavam os industriais norte-americanos libertar-se dos produtores orientais, criando suas próprias fontes de fornecimento de matéria prima.

A missão que devia atuar no Brasil, chefiada pelo sr. WILLIAM SCHURTZ, percorreu, acompanhada de um grupo brasileiro dirigido pelo geólogo AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA, todo o vale e regiões vizinhas. Procedeu ao levantamento minucioso das condições de vida e de trabalho, mão de obra mobilizável, possibilidades e zoneamento da produção, técnicas adotadas, modificações de estrutura. Além dos relatórios [2] que concluíram favoràvelmente à Amazônia, se adotadas certas normas e se fôsse realizada a cultura das espécies gomíferas, nada mais resultou de imediato para a vida dos seringais. A posição do Brasil no quadro das competições internacionais não se alterara para melhor. Os preços continuaram impeditivos para a restauração da indústria extrativa. Não se deu, ademais, um passo no sentido de promover a agricultura da seringueira.

Com o recente conflito mundial e o posterior desenvolvimento do parque de indústria da borracha no país, os seringais entraram a experimentar um novo surto de vitalidade. Para ganhar a guerra, era preciso borracha para as mil utilidades ligadas aos programas militares das Nações Unidas, como eram necessárias outras matérias primas existentes no Brasil. Brasil e os Estados Unidos negociaram, então, 41 acordos, conhecidos por "acordos de Washington", [3] dos quais 21 diziam respeito à produção lactífera. Na base dêsses acordos, foram constituídos vários órgãos que deveriam incumbir-se do aceleramento e do aumento da produção dos seringais. Imaginou-se um programa, a curto prazo, que devia partir de preços compensadores, e compreender o reaparelhamento dos seringais, abastecimento conveniente, encaminhamento de trabalhadores, aumento da frota de "gaiolas", transporte de mercadorias e da produção de gomas, financiamento aos seringalistas sem mais a interferência das "casas aviadoras", saneamento da região.

Evidentemente, programava-se uma revolução: a "batalha da borracha". A ação dinâmica prevista estava a cargo da "Rubber Reserve Company", Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabahadores para a Amazônia, Banco da Borracha, Serviço Especial de Saúde Pública. Previa-se, em efetivo desprêso pelo

---

[2] Cf. AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA, *Relatório da Comissão Brasileira junto à missão oficial norte-americana de estudos do Vale Amazônico*, Rio, 1924; WILLIAM SCHURZ e outros, *Rubber Production in the Amazon Valley*, Washington, 1925.

[3] Foi dessa fase, impõe-se registrar aqui como uma exceção memorável, o empreendimento de HENRY FORD, de certo modo ligado ao propósito de criar fontes próprias de matéria prima. Lançado em grande estilo no vale do Tapajós, justamente de onde haviam sido levadas, para o Oriente, as sementes que deram origem às grandes culturas alí realizadas, não produziu os efeitos programados. O abandono da primeira situação ocupada, Fordlândia, por BELTERRA, não conduziu a melhores resultados. E o que podia servir de lição para outras emprêsas semelhantes, apontado como modêlo da técnica e da capacidade estrangeira, reduziu-se a uma experiência mal conduzida.

É preciso registrar ainda que nesse mesmo período a região ouviu advertência e planejamentos de autoria do sr. COSME FERREIRA FILHO que defendeu a necessidade de uma política brasileira e de uma política sulamericana de valorização da produção sílvestre.

que era a realidade no tocante à restauração dos seringais, restauração que não se podia efetuar com a pressurosidade ambicionada, uma produção quase imediata de 70.000 toneladas.

O recrutamento de pessoal para as tarefas pesadas de extração levou à região 24.300 pessoas.[4] Essa nova onda imigratória pouco rendimento apresentou. O pessoal mobilizado era, na sua maioria, estranho, profundamente estranho ao meio e à tarefa a que se ia entregar. O trabalho de recuperação dos seringais realizou-se, em conseqüência, *grosso modo,* com o pessoal recrutado na própria região. Quanto à produção, não foi além das 20.364 toneladas em 1942; 24.335 em 1943; 28.477 em 1944; 30.594 em 1945, esfôrço magnífico, uma vez que não era possível reorganizar os seringais em tão pouco tempo.

Findo o conflito, abriu-se nova crise. Os mercados consumidores naturais do exterior já não careciam da borracha brasileira. Impunha-se o acêrto de medidas acauteladoras, através da manutenção de uma política de preços que garantisse o interêsse de seringueiros e seringalistas. Mas essa política de preços importava na existência de um mercado que pudesse absorver a produção extrativa. A essa altura, verificava-se a ampliação vertiginosa do mercado interno pela existência de um parque industrial que passou a consumir tôda a produção silvestre.[5] Foi criada a Comissão Executiva de Defesa da Borracha. Legislou-se regulando o negócio gomífero no particular da produção de matéria prima e de sua imediata utilização no país.

Os seringais, ameaçados pelo desaparecimento de interêsse no exterior, asseguraram-se nova posição. Não entraram em colapso. E se não experimentaram o esplendor dos dias venturosos de princípios do século XX, tampouco voltaram à fase de decadência das décadas posteriores a 1912.

---

[4] Cf. *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia,* Rio, 1945.

[5] A indústria brasileira de artefatos de borracha, iniciada em 1930, já em 1945, com 74 fábricas, consumia tôda a tonelagem produzida.

Parte IV

A ESTRUTURA ECONÔMICA

Capítulo X

A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO. A LEGALIZAÇÃO DA POSSE. FORMAÇÃO E EXPLICAÇÃO DO LATIFÚNDIO.

A OCUPAÇÃO do espaço amazônico processou-se, desde as origens, sem uma disciplinação conveniente. Os colonos, no período colonial, à medida que enfrentavam a imensidade do novo meio, se iam instalando à margem dos rios sem que se lhes opusesse a menor dificuldade legal. A terra era um mundo imenso sem fronteiras, e os que chegavam para tentar dominá-la, explorando-a no que oferecia, não expressavam uma fôrça quantitativa. Havia, assim, oportunidade e ambiente para todos. O que se exigia era coragem, em face do desconhecido e da portentosidade do ambiente que desconcertava.

A exploração da floresta, base maior da atividade econômica local, impunha, todavia, a dispersão. A floresta apresentava-se rica, mas as espécies que a enricavam não se ofereciam em continuidade, disciplinadas na distribuição. Para extraí-la, obtendo a quantidade imprescindível às operações comerciais lucrativas, era mister realizar longas penetrações em áreas muito amplas e distantes. Viviam em dispersão. E a dispersão das espécies levava à dispersão do homem, que não se sedentarizava. A vida regional, no que ela possuía de ligada ao extrativismo, à coleta da matéria prima nativa, autorizava a impressão de que o homem vivia em acampamentos, sempre pronto a abandoná-los na busca das riquezas que se escondiam pela hinterlândia a dentro.

Nas zonas onde se fizera atividade agrária e pastoril, formaram-se, é certo, concedidas as sesmarias pelas autoridades competentes, os sítios, os cacauais, os engenhos, os cafèzais, as fazendas de criar. O homem ali criara raízes. Permanecera ligado à terra. Vinculara-se, dominando-a e valorizando-a pelo seu trabalho. Na imensidão da hinterlândia, no entanto, não ocorreu o mesmo. Não se formou, de logo, por isso, a propriedade fundiária como sucedeu nas outras áreas. E só no século XVIII, depois de criada a Capitania de São José do Rio Negro, secularizados os antigos aldeamentos religiosos, graduados pela política pombalina, na condição de vilas ou povoados, é que se foi movimentando a

colonização interior e a propriedade fundiária principiou a ter existência. A lavoura e o criatório que começavam a ser experimentados com êxito explicavam a nova orientação do colono.

Os sitiantes, ante a imensidade da terra, franqueada a todos e pelo gênero de vida meio nômade que levavam, não tinham sentido a necessidade de assegurar-se o direito de propriedade. A posse parecera-lhes bastante. A legislação vigente, por outro lado, não atendia às circunstâncias especiais da região. Na primeira fase do negócio das héveas, êsse quadro não sofreu alteração. Os extratores atiravam-se à floresta em atividade predatória. As zonas de colheita cedo empobreciam. Não interessava, em conseqüência, ter domínio permanente sôbre a terra. A exploração era passageira. O extrator não lhe votava amor. Ademais, eram trechos que à época das cheias desapareciam cobertos pelas águas.[1]

Com o grande surto gomífero, é que a situação se foi, porém, modificando mais firmemente. Porque, ampliada a área de trabalho, com a exploração intensiva da borracha, e abandonado o sistema predatório do aniquilamento das árvores, surgindo a concorrência entre os que viviam da nova emprêsa, impôs-se a necessidade da ocupação permanente da terra. A legalização das posses, a formação da propriedade, na base do que fixavam e garantiam os textos jurídicos, constituíam, destarte, uma decorrência das novas condições de vida que exigia a delimitação dos seringais.

Nos trechos onde se localizava preferentemente o caboclo, encontradas as seringueiras, ali permaneciam os ocupantes, que se entregavam à nova atividade com a sofreguidão a que o negócio rendoso convidava. Êsses trechos eram, grosso modo, no Baixo Amazonas, no Jarí, no Tocantins, nas ilhas do delta, nos cursos fluviais das cercanias de Belém, no Marajó.

Os maiores centros de exploração e produção de borracha encontravam-se, no entanto, nos grandes afluentes do Amazonas, como o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Purus, o Acre e o Juruá, principalmente nos altos rios.

Subindo-os, ou aos respectivos afluentes, os grupos que buscavam a borracha se iam localizando aqui e ali e assinalando a posse pelo levantamento de um "tapiri", indicativo de presença humana. Descobertas as árvores, montavam-se os primeiros abrigos, iniciavam-se as sondagens necessárias para verificar o que valia aquêle trecho da floresta. Essas sondagens eram demoradas, devido à extensão das terras sôbre que incidiam e às dificuldades que a espessura da floresta opunha. Exigiam pessoal prático, conhecedor da selva, homens experimentados nos rigores e mistérios locais, sendo de notar que nos primeiros tempos

[1] Ofício do dr. José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província do Pará, ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, *in Relatório dessa Secretaria de Estado*, de 1865.

não eram abundantes os que possuíam o conhecimento preciso das zonas ricas em héveas. Verificada a possibilidade de um rendimento compensador, o grupo permanecia. Iniciava a ofensiva predatória. Estava fundado o seringal.

Acontecia, muitas vêzes, que, em meio à exploração de um seringal, descobriam-se, em rio próximo, novas áreas gomíferas. Verificava-se, então, verdadeira "corrida", com o deslocamento de seringueiros que iam proceder à localização, abrir o seringal, ampliando o campo de operação. A ofensiva tinha de ser realizada com rapidez, em face da competição que se criava à notícia daquelas "novidades" sensacionais.

O empossamento não se procedia sempre com serenidade, com mansidão. O choque entre seringueiros constituía, quando a facilidade de ocupação começou a diminuir, pelo menos aparentemente, página do "rush". Os assaltos aos seringais novos, na disputa da propriedade, eram constantes. E com os assaltos, as perdas de vida nas lutas travadas.

Até então, nesses mundos interiores do vale, estava-se em presença de mera ocupação possessória da terra sôbre que podiam surgir competições. Daí por diante é que se buscava a proteção das leis para garantia jurídica do empreendimento. Essa era pleiteada perante as repartições competentes no Pará e no Amazonas, em Belém e Manaus. Requerido o título definitivo que habilitava à propriedade do seringal, procedia-se à demarcação, dentro do que fixava a legislação. Decorridos os prazos, obedecidas as exigências da rotina burocrática, expedia-se o título definitivo. O seringal, a essa altura, pois que o processo oficial de aquisição era demorado, estava explorado, em franca produção, valorizado por todo o mecanismo da extração e do giro comercial da borracha, num rendimento precioso.

A lei 1.114, de 27 de setembro de 1860, procurara facilitar a legalização da propriedade. Fixara-a, porém, em 1/2 légua de frente e outro tanto de fundo, estabelecendo que o pagamento da terra ao Estado seria realizado quando se procedesse à demarcação, promovida pela autoridade competente.

Evidentemente, o que o legislador objetivara era levar o colono a prender-se ao meio, nêle criando, pela agricultura, um meio de vida hábil. No caso da exploração da borracha, seriam suficientes aquelas extensões nas limitações do diploma imperial?

O decreto 5.655, de 3 de junho de 1874, recebido com louvores, procurou atender às circunstâncias peculiares das províncias amazônicas no que tange ao processo econômico que as distinguia, mas, como no outro, nêle visava-se criar o hábito da lavoura, libertando as populações do nomadismo e do extrativismo.

Ora, a dispersão ou irregularidade de distribuição das espécies florestais, que o colono tanto perseguia na ânsia de colhê-la na porção comerciável, era ainda mais evidente no particular das héveas. As árvores gomíferas distanciavam, umas das outras, dezenas de metros. Em um hectare não se contavam, geralmente, mais de dez árvores. Para colhêr o látex, em porção comercial, havia necessidade de operar-se a extração em milhares de árvores. Os seringais não podiam, é óbvio, ser constituídos dentro daquelas medidas que a legislação estabelecia. Não tinha cabimento, portanto, qualquer fixação preliminar de área. Tudo dependia da maior ou menor riqueza de "madeiras", nome por que se conheciam as árvores lactíferas. O que importava num seringal, não era, em si, a extensão que apresentasse, mas a riqueza em árvores que oferecesse.

A pequena propriedade, na base do sistema de exploração primária por que se processava a exploração do seringal nativo, não podia existir. Seria natural numa etapa de seringais plantados, consorciadas as culturas de seringueiras com as de cacaueiros e de plantas alimentícias, como sugeria Silva Coutinho [2], e, hoje se preconiza como a grande política a promover e constituíu, nas variedades locais, um dos motivos do êxito alcançado nas plantações do Oriente. A grande propriedade constituía, assim, evidentemente, um imperativo geográfico e econômico. O latifúndio, por isso, passou a ser a característica maior do seringal.[3] A legislação, nesse particular, depois daquelas tentativas goradas de 1860 e 1874, cedendo à realidade e abandonando a finalidade agrária, aceitou o imperativo econômico, autorizando o latifúndio.

---

[2] Defendendo o regime da pequena propriedade, sustentava o eminente homem público que, na área fixada na lei, seria possível numa cultura de 88.401 árvores, com lucros e vantagens que não existiam no regime da grande propriedade. Cf. "relatório sôbre o rio Parus", in *Relatório da Repartição dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Rio, 1865.

[3] Não admira, em conseqüência, que haja seringais como o "Boa Esperança", no município de Humaitá, no Amazonas, com 2.780 quilômetros quadrados.

A exploração dos seringais obedece a certas e determinadas técnicas, que foram sendo alteradas à medida que a experiência indicava a necessidade de novos processos na extração do látex e seu tratamento pelo seringueiro. A fotografia mostra o corte de uma seringueira pela "machadinha", processo hoje pouco empregado, pelos danos que causa à árvore.

Seringueira cortada à faca, com as regras da boa técnica, os sulcos formando ângulos de 30 graus com a vertical.

Capítulo XI

A LOCALIZAÇÃO. O BARRACÃO CENTRAL. A "MARGEM" E O "CENTRO".

SUBINDO os rios, na busca às árvores gomíferas, os grupos de futuros seringueiros situavam-se aqui e ali, assentando os fundamentos dos seringais. Ora eram homens bisonhos, guiados pelos que já tinham experiência da operação, ora eram velhos seringueiros que se mudavam na ânsia de maiores e melhores negócios, seduzidos por notícias que lhes chegavam anunciando seringais mais rendosos. De qualquer forma sempre realizando uma aventura, que exigia coragem, decisões rápidas, espírito de iniciativa. Porque, na imensidade da floresta, em meio aos perigos que ela escondia, o espírito de iniciativa e as decisões prontas eram fundamentais. Sem tais recursos, os seringueiros não podiam enfrentar o rigorismo do meio, a que tinham de adaptar-se para a obtenção de qualquer êxito. Os problemas sôbre que deviam decidir não tinham conta.

A localização do seringal surgia-lhes, por exemplo, de imediato. A que precisavam atender na escolha? Evidentemente, não se formulara um conjunto de princípios técnicos, a que devessem atender. A experiência que foi sendo adquirida, no entanto, indicou normas preciosas. Assim, a facilidade de comunicação com Belém e Manaus, os dois centros exportadores, e a segurança em face das enchentes dos rios, indicaram que a localização devia ser feita à margem do rio principal e em terra firme. À margem do rio principal, porque aí haveria contactos com aquêles dois centros, pelas embarcações que o subiam e desciam no giro mercantil. Em terra firme porque, na época das cheias, estavam os pertences e o pessoal do seringal ao abrigo dos rigores que elas traziam.

Nem sempre era possível, todavia, ocupar a terra firme, a terra alta. Muitas vêzes os terrenos eram baixos. E não havia jeito senão aceitá-los com essa condição negativa. Então, impunha-se encontrar o meio de escapar aos perigos das "cheias". A solução vinha logo: construir as habitações, os armazéns, todo o casario do vilarejo de modo a evitar que as águas o atingissem. E isso se conseguia com as edificações levantadas sôbre barrotes de boa madeira, "madeira de lei", isto é, madeira à prova d'água, madeira que não apodrecesse ao con-

tacto com as águas dos rios nos meses de enchentes, quando elas cobriam as terras da frente do seringal e envolviam as habitações.

Outras vêzes, as construções não eram feitas muito próximo à margem dos rios, mas a certa distância, aproveitando uma área que escapasse à inundação. Em tal caso, impunha-se o lançamento de extensas pontes de madeira, ligando-as à margem em que amarravam as embarcações maiores que transportavam homens e mercadorias. Mesmo assim, para evitar a umidade natural na região amazônica, os barracões eram erigidos sôbre barrotes. Reproduzia-se, destarte, em pleno mundo da floresta tropical, a palafita das civilizações primitivas.

Tais construções eram o barracão central e os barracões menores. O barracão central servia, nos primeiros momentos, de residência do seringalista, depósito de mercadorias a vender aos seringueiros, de escritório.

Com o andar dos tempos e as modificações naturalmente alcançadas por efeito de melhoria das condições locais, maior desafôgo econômico, maior elevação do padrão de vida, necessidade de confôrto, exigências da família do seringalista, o barracão central tornou-se apenas residência do proprietário do seringal, ou do gerente, no caso daquele não residir na propriedade. E para depósito das mercadorias e escritório, construíram-se outros barracões, geralmente dispostos uns ao lado dos outros, todos, porém, olhando o rio.

O barracão central equivalia, guardadas as proporções de tempo, local e gênero de vida, à casa-grande do senhor de engenho nordestino. Não oferecia o confôrto daquelas. Na generalidade, de dois andares: o de baixo, servindo de armazém; o de cima, de residência do seringalista. Em sua feitura não entravam nem a pedra nem o tijolo. O material da construção era todo solicitado à floresta. O acabamento, geralmente tôsco. Êsse o barracão clássico.

"Quando a construção é de "madeira", paredes e soalho são feitos de tábuas bem cepilhadas e enformadas à obra.

Quando ao invés disso, porém, a construção é de "paxeúba", as cousas se passam um tanto diversas.

Como já disse, a "paxeúba", tanto a "barriguda" como a que leva o nome de "paxeúbinha", por ser mais fina e delgada, é uma espécie de carnaubeira.

Pois bem. Cortado um certo número de "paxeúbas", dividem-nas seguidamente em ripas, cujo "miolo" é tirado a facão.

Assim, com essas ripas de quatro, cinco, seis metros de comprimento, mais ou menos, e aí também de uns cinco dedos, ou mais, de largura, — fazem as paredes do "barracão", pregada cada ripa, por sua vez, a martelo, uma em cima da outra, "enfixadas", como lá diz a expressão local.

Da mesma forma é feito o pavimento, com as variações próprias a cada obra, já se vê.

Dá-se não raro que êsse pavimento leva uma segunda cobertura de "paxeúba batida".

Obtem-se a "paxeúba batida" assim: derribada a árvore, fazem nela, de ponta a ponta, aquêles vincos com o machado, de maneira que as partes correspondentes a cada ripa não se separem. Depois, abrem-na, batendo-lhe com o "ôlho" do machado, e tiram-lhe o "miolo".

Após êsse trabalho, resta então um "pano de madeira", ou "de paxeúba", que serve para cobrir uma segunda vez o soalho, não postiçamente, mas como parte integrante do mesmo, pois que é ligado ao primeiro a prego.

Dessa arte, obtem-se um soalho mais firme e mais macio, de maneira a prestar-se melhor até à própria dança.

A cobertura é feita de telha de zinco, ou "cavaco". Conforme.

A telha e o zinco são importados. O "cavaco", não. Pois êle consta de pequenos pedaços de tábua, a fazerem de telhas.

"Encaibrado" o "barracão", colocam-se os "cavacos" por cima do mesmo, os quais se prendem aos caibros por um prego que levam à extremidade." [1]

Mas o progresso, o bom gôsto, nem sempre andaram fugidos do seringal. Eis que, do mesmo modo por que se passou do barracão único, em que tanta coisa se albergavam, para os barracões de destinação variada, os tipos residenciais também se alteraram. Assim, ao invés do barracão de aparência pouco agradável, denunciando o primarismo dos que os habitavam, houve e há hoje muita residência de seringalistas à feição de chalets europeus, de tijolo, alguns de dois andares, cobertos de "telha francesa" ou de "telha de Algéria", muitos avarandados, telados de arame fino para evitar, à noite, permitindo um sono socegado, o ataque dos mosquitos incomodativos e perigosos à saúde. Êsses chalets, sinal de civilização batendo às portas dos seringais, têm à frente pequenos jardins, com flôres nativas ou alienígenas e trepadeiras.

Os barracões menores são geralmente de paxeúba e cobertos de palha. Reduzem-se a uma sala única, a que se tem acesso por meio de uma escada de madeira. Nêles viviam e vivem os empregados do seringal. Quando solteiros, sob o mesmo teto. Se casados, em pequenos barracões isolados.

O quadro não ficaria completo se não referíssemos que, num sinal de confôrto, o interior dos barracões é iluminado a candieiro a querosene. Êsses candieiros, os moradores os conduzem ou amarram em estacas altas quando há necessidade, pela chegada ou saída de embarcações que fundeiam no pôrto à noite, de manter iluminado o terreno que medeia entre o barranco e os barracões.

O barracão central e os que lhe são subsidiários ou complementares, localizados face ao rio, na terminologia do seringal, constituem a *margem*, em contraposição às situações ou localizações do interior, onde se instalam e operam os seringueiros, a que se dá o nome de *centro*.

---

[1] Mário Guedes, *Os Seringueiros*, págs. 104/5.

Capítulo XII

AS CASAS AVIADORAS. CONSTITUIÇÃO E IMPORTÂNCIA NO COMÉRCIO DA BORRACHA E NA EXPLORAÇÃO DOS SERINGAIS. OS ABASTECIMENTOS.

NA INTERPRETAÇÃO, ou na compreensão do complexo econômico-social representado pelo seringal, não é possível ficar na sua contextura interna, no seu mecanismo local, na movimentação dos tipos que agasalha e a que dá origem. Há necessidade de procurar fora uma unidade que o impulsionava, que o vivifica e lhe serviu fundamentalmente à formação. Queremos referir-nos às "casas aviadoras".

Negadas, apontadas como fôrça que impede o desenvolvimento, em bases menos primárias, do seringal, por tê-lo prêso a seus cofres, às suas contas, às suas ordens e instruções, aos seus favores, responsabilizados como têm representado, no entanto, apesar de tôdas as reservas que lhes façamos, no conjunto da vida regional, o que podemos entender como a disciplinação da atividade seringalista, o impulso que a alimentou.

Situadas em Belém e Manaus [1], essas "casas aviadoras" são os estabelecimentos comerciais que se constituíram para abastecer os seringais, dêles recebendo, em troca, a borracha que produzem e na posse dela realizar as operações de venda para o exterior.

A história de sua formação e desenvolvimento tem a idade da conquista econômica da hinterlândia, pelo que, aos altos e baixos da emprêsa, vêm acompanhando essa evolução flutuante da economia regional.

O desbravamento da selva para a criação e manutenção dos seringais exigia a mobilização de capitais necessários às despesas com os transportes, pessoal para as tarefas de exploração ou não, abastecimento e colocação posterior, do que fôsse obtido como produção. Os riscos com essa elevada inversão eram, é fácil de perceber, sem conta. Quem podia garantir sucesso na emprêsa? E em face de tamanhos riscos e de tamanhas exigências do negócio, como obter recursos? Ao se iniciar o ciclo gomífero, não havia rêde bancária, na Amazônia, que

[1] A princípio, funcionaram exclusivamente em Belém. Decretada, porém, pelo govêrno amazonense, o beneficiamento do produto em Manaus, muitas das casas aviadoras da capital paraense transferiram-se para essa cidade, onde se constituíram várias outras.

pudesse suportar o ônus de um empreendimento de tanto vulto. Será suficiente recordar que quando MAUÁ incorporou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, os homens de negócio de Belém e Manaus, solicitados a cooperar na iniciativa civilizadora, não dispuseram, para os dois mil contos de réis necessários ao empreendimento, senão de oitocentos contos. E pouco antes, organizado o Banco Comercial do Pará, primeira instituição no gênero fundada na região, não fôra possível dispor senão de um capital de quatrocentos contos de réis, divididos em ações de cem mil réis.

Os parcos recursos locais precisavam, em conseqüência, ser somados de modo a permitir o impulsionamento da operação. A experiência ia ser de vulto. Podia permitir grandes margens de lucros, como podia resultar num fracasso de conseqüências catastróficas. Se os preços nos mercados consumidores eram altos, tudo corria bem. Se, no entanto, baixavam, os prejuízos eram certos.

Todo o adiantamento de mercadorias despachadas para os seringais fazia-se na base de preços compensadores para o aviador. Evidentemente, havia a precaução de faturar as mercadorias de modo a preservar o "aviador" dos perigos baixistas. Muitas vêzes, porém, ocorria a circunstância de ser a produção inferior à que fôra estimada. Registrava-se, dêsse modo, um desequilíbrio que perturbava o negócio, de estrutura primária.

O funcionamento das casas "aviadoras" não importava em inovação, é certo. Já estava, de certo modo, nos hábitos comerciais da região, uma vez que a exploração das outras espécies vegetais se fazia na base do crédito aberto em Belém aos que se atiravam ao interior para buscá-los. Na exploração dos seringais, todavia, não será demais insistir, havia aquelas sombras. As "casas aviadoras" que se constituíram nesse momento inicial, aventurando corajosamente, arrastando com todos os perigos de insucessos tremendos, reuniram as economias dispersas.

Constituíram-se na base da confiança, expondo-se frontalmente. Financiaram as expedições de reconhecimento da floresta. Lançaram os fundamentos de uma poderosa máquina creditícia. Mobilizaram um imenso capital. Criaram as frotas que aos poucos foram alcançando os alto rios para levar mercadorias, trabalhadores e trazer a borracha dos seringais.[2] Recrutaram pessoal, necessário à emprêsa, indo buscá-lo, por seus agentes, ao Nordeste. Aparelharam-na com recursos para enfrentar a selva. Abasteceram os seringais. Posteriormente, com o esplendor do negócio gomífero, muitas "casas aviadoras" representaram interêsses do capital estrangeiro, que, mais fácil e abundante e chegado já na hora da fartura, nem assim desprezou o sistema vigente, aceitando-o e dando-lhe mesmo maior vigor.

Apresentavam características interessantes. Ocupavam grandes prédios nas duas capitais amazônicas, Belém e Manaus, onde se depositavam as mercadorias

[2] Tôdas as casas aviadoras possuíam a sua frota própria, através da qual levavam aos pontos mais distantes da hinterlândia os abastecimentos recebendo a borracha dos seringais.

a serem expedidas para os seringais na época própria e onde funcionavam os respectivos escritórios. Tôdas as compras do pessoal dos seringais faziam-se aí, sendo registradas em contas correntes para os encontros por ocasião da chegada das partidas de borracha. Jamais se distinguiam por um quadro rico em firmas. Antes, eram pouco numerosas.[3]

A seus chefes, nos primeiros tempos geralmente portuguêses, chamavam de "aviadores".[4] Os que a êles se ligavam em relação de dependência, nos seringais, eram os "aviados".

Para a abertura do seringal, os grupos, à partida, recebiam a devida assistência representada nos pertences necessários à emprêsa. Outras vêzes, descoberta a área gomífera, o seringueiro solicitava o aviamento da firma que lhe sabia melhor, encetando-se dessa forma as relações entre as duas partes. A manutenção posterior decorria do bom andamento dos negócios, da honestidade do seringalista, que se impunha ao respeito dos aviadores pelo cumprimento das obrigações que assumia. Estabelecia-se entre ambos, assim, uma relação de confiança recíproca.

O abastecimento do seringal processava-se nas épocas que precediam à coleta do látex e preparação das bolas de borracha. Constava de tudo. Desde os utensílios para a extração, ao vestuário, à alimentação, remédios, objetos de luxo, etc. Compreendia o essencial, o indispensável à existência diária, e o supérfluo, sem utilidade no meio agreste do seringal, mas que se enviava na sofreguidão de lucros e mais lucros. Dava-se-lhe o nome de "aviamento".

O custo de um aviamento variava de acôrdo com a importância do seringal e a respectiva situação geográfica. Essa importância era avaliada pela produção que apresentava, o que significava maior ou menor número de estradas, de "madeiras" e de pessoal na extração. A situação geográfica tinha importância pela facilidade ou dificuldade de acesso ao seringal. Nos baixos e médios rios, não havia problemas a vencer. Nos altos rios ou nos rios encaixoeirados, a situação era diversa. Porque nas épocas de vazante, para os primeiros, ou no contornar ou vencer os trechos encaixoeirados, para os segundos, a navegação se processava em meio a perigos e dificuldades ponderáveis. Os navios de maior calado ficavam impedidos de atingir os seringais. Tudo encarecia, em conseqüência.

---

[3] Em 1906, para exemplificar, fase de grande movimentação no negócio gomífero, funcionavam em Manaus as seguintes casas aviadoras: B. Antunes & Cia., Montenegro & Cia., J. G. Araújo, Melo & Cia., Freitas Ferreira & Cia., B. Levi & Cia., J. C. Arana & Hermanos, Tavares Gomes & Cia., Gomes & Pereira, A. C. de Araújo, M. Lobo, M. Vicente Carioca, Antônio Cruz & Cia., S. Garcia & Cia., Armindo R. da Fonseca, Carvalho & Barros, Caetano Monteiro, Fernandes & Cia., Gaspar Almeida & Cia., A. Leite & Cia., Luis de Mendonça & Cia., João Martins & Cia., Neves Castro & Cia., João Alves de Freitas, Ribas & Cia., J. C. del Arguila.

[4] Cabe aqui referir o nome de ELIAS JOSÉ NUNES DA SILVA, Visconde de Santo Elias. Tendo sido dos primeiros a acreditar no sucesso da indústria da borracha, incentivou o desbravamento da hinterlândia. Deve-se-lhe, entre outros feitos memoráveis, o descobrimento dos seringais do Acre, pelo financiamento com que serviu aos que primeiro se dirigiram àquele rio ali iniciando a indústria gomífera.

O custo dos aviamentos incluía, ademais, as porcentagens que cobravam as "casas aviadoras" e os seringalistas. Ao chegar à mão do seringueiro consumidor, as mercadorias estavam acrescidas de tamanhas despesas e de lucros exagerados daqueles, que os preços não podiam deixar de ser qualquer coisa de espantosamente altos.

Na fase esplendorosa do empreendimento gomífero, um aviamento, em grande estilo, compreendia mercadorias nacionais e estrangeiras: da própria Amazônia, do Maranhão, do Nordeste, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, da França, da Bélgica, de Portugal, da Inglaterra, da Alemanha, dos Estados Unidos, etc. Eram roupas, de uso interno e externo, de tecido grosso e fino, riscadinhos, chapéus, sapatos, chinelos, cervejas, vinhos, campagnes, cachaça, cognacs, vermutes, genebras, carne sêca, carne de bife, salmão, toucinho, fumo em rôlo, cigarros, charutos, café, conservas de carne, massa de tomate, feijão, batatas, açúcar, milho, chouriço, farinha d'água, chá, doce de goiaba, bacalhau, cebola, alho, sardinhas enlatadas, queijo, sabão, sabonetes, bolacha, atum, ervilhas, manteiga marca Lepeletier, chocolate, roscas, pirarucu, sal, álcool, leite condensado, azeite, cidra, anil em grão, breu para canoas, estopa, baldes, tijelinhas, cachimbos, pentes, broches, chapéus de palha, papel de cartas, despertadores, pêndulos sortidos, facas de bôlso, facas maiores tipo Collins, espelhos pequenos, papel de cigarro, rôlhas cônicas, pó de arroz, água Oriza, pentes, escôvas, cosméticos, brilhantinas, essências de baixo valor, sabonetes, penas de escrever, lápis, querozene, pastas dentifrícias, cordas de violão, gramofones, espingardas para caça, chumbo para caça, rifles, machadinhos, balas, lanternas, cordas grossas, facões, lampeões, velas, copos, pratos, talheres, bilhas, sacos, café beirão, pílulas carmelitanas, pílulas salvadoras de crianças, elixir contra icterícia, água de macela, água flôr de sabugueiro, arnica, purgativos, algodão, quinino, sal de fruta, emulsão de Scott, canela em casca, maravilha, etc. [5].

Com a queda dos preços, que aviltara o negócio, os abastecimentos reduziram-se ao estritamente necessário à manutenção dos seringais que não podiam saldar os compromissos assumidos com os aviadores. Êstes, como era natural, cortavam o que podiam, mesmo porque sentiam na própria carne o desastre que a todos atingia e afligia.

Cifravam-se a: charque, pirarucu sêco, feijão, arroz, pimenta do reino, manteiga, sabão, cerveja, cachaça, café, açúcar, bolachas, tabaco, fósforos, farinha, sal, querozene, banha, goiaba, pílulas "do mato", brim, riscado, mescla, morim chita, etamine, botões, sapatos, chinelos, redes, sabão, pasta de dentes, tercados, machados, espingarda de um cano, balas, linha de pesca, anzóis, colheres de alumínio, tijelas, pratos esmaltados, cartuchos, espoletas, chumbo, pólvora, bacia

[5] Cf. Auguste Plane, *L'Amazonie*, págs. 215/222.

para defumar, balde de leite, tijelinhas para extração de látex, boião, faca amazônica.

Durante a guerra, com o funcionamento dos órgãos criados para o incentivo à produção de borracha, entre êles a Rubber Reserve Development e o Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia, as casas aviadoras tiveram o seu campo de ação pràticamente encerrado. Porque o abastecimento dos seringais, como a aquisição da borracha, passou a ser operação realizada com exclusividade pelos dois órgãos. A estrutura do comércio das gomas alterou-se profundamente. Visava-se, de um lado, assegurar maior rentabilidade aos seringais, aumentando-lhes as possibilidades de produção e evitando que se repetisse a exploração do seringueiro, atribuída aos aviadores.

A inovação provocou reclamações. Afirmou-se que a experiência era perigosa e uma injustiça cometida com o comércio que padecera tôdas as dificuldades dos anos críticos, e oferecendo, na conjuntura, resistência ponderável, evitara, de certo modo, que se tivesse encerrado a produção de borracha no vale brasileiro.

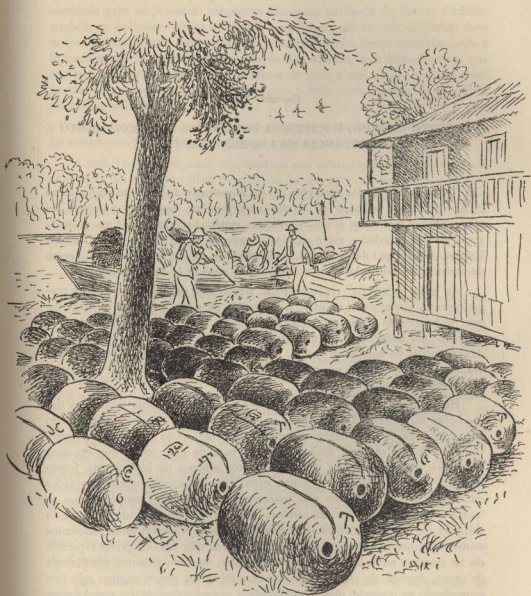
Pelo novo mecanismo, "o Banco de Crédito da Borracha passou a fazer os financiamentos. Adotou-se por base um financiamento até 60% do valor das safras ao juro de 7% por ano".

Tôda a produção dos seringais era obrigatòriamente consignada ao Banco. Na posse dos recursos fornecidos pelo Banco, o seringalista adquiria as mercadorias necessárias à movimentação da propriedade, mas adquiria aos mesmos fornecedores antigos, isto é, os aviadores, agora oficialmente eliminados das operações diretas. Êstes financiavam sôbre 100% das safras. O Banco, apenas sôbre 60%. A diferença, ninguém a cobria. Os riscos, em negócio aventuroso como o da produção da borracha, eram evidentes.

As reclamações dos aviadores, que alertaram o govêrno para os defeitos e perigos do empreendimento, não foram ouvidos.[6] E o abastecimento passou a ser feito pela "Rubber Development Corporation" que devia vender aos seringalistas por preços módicos, muito inferiores aos vigentes nas praças de Belém e Manaus, o que nem sempre ocorreu.

Encerrado o conflito mundial, criada nova situação para o negócio da produção da borracha silvestre com o consumo total por parte da indústria nacional, a participação das casas aviadoras voltou a ser pleiteada. O abastecimento deixou de ser realizado pela "Rubber Reserve". E os seringalistas, financiados ainda pelo Banco de Crédito da Amazônia, que mantém o monopólio de compra e venda da borracha, fazem os abastecimentos diretamente no comércio regular de Belém e Manaus.

---

[6] Cf. *Fundamentos de uma proposta de recisão das atuais condições de produção de borracha na Amazônia*, memorial apresentado em dezembro de 1943 à Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington pelas Associações Comerciais do Pará e Amazonas e Associações dos Seringalistas do Amazonas.

Capítulo XIII

O CRÉDITO INTERNO E EXTERNO. FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO E IMPORTÂNCIA NA EMPRÊSA GOMÍFERA.

A MOVIMENTAÇÃO das operações ligadas à produção da borracha exigiu, como já vimos, a formação de capitais com que fôsse financiado o negócio, de seus primeiros momentos às suas resultantes matérias representadas nas peles de goma elástica mandadas aos mercados consumidores na Europa e nos Estados Unidos. A formação dêsse capital, evidentemente, não se processou senão como decorrência do esplendor que o comércio na espécie ia conquistando.

As "casas aviadoras" representaram, aliás, nesse particular, um papel preponderante, fundamental mesmo. Êsse capital, de outro lado, não se corporificou, no interior da região produtora de borracha, pelo dinheiro amoedado, que circulasse nos seringais, como circulava em Belém e Manaus, permitindo o giro das operações de compra e venda. Representara-se no crédito e êsse, por sua vez, nos vales, nas contas, nos próprios produtos recebidos de fora ou exportados pelos seringueiros.

Havia, nesse particular, convém recordar, e insistir mesmo nessa face das condições existenciais da Amazônia, uma tradição local. Antes do "rush" do ouro negro amazônico, a exploração das espécies nativas ou a lavoura e o ensaio criatório de que se vivia, realizaram-se na base de um crédito que as casas comerciais, espalhadas pelos pequenos centros urbanos da hinterlândia, forneciam aos que se lançaram à aventura extrativista ou àquelas outras atividades criadoras. Belém e Manaus não concentravam, então, o monopólio, com as "casas aviadoras", dos financiamentos. Centros quase minúsculos abertos às margens dos rios, tendo ao fundo a floresta fechada, possuíam estabelecimentos comerciais cujos proprietários, geralmente homens que haviam ganho experiência na emprêsa sertanista da busca à especiaria, ou eram sitiantes, plantadores de cacau, de café, de algodão, de cana, expunham os parcos capitais que iam acumulando na inversão, que se representava nos adiantamentos e matalotagem fornecidos aos sertanistas.

Manacapuru, por exemplo, minúsculo aldeamento plantado no Solimões com gentio Mura, pacificado em fins do século XVIII, albergava, em 1853, alguns

dêsses estabelecimentos que proporcionaram todos os meios de que houve necessidade para as primeiras ocupações montadas ao longo do Purus. Codajás, também no Solimões, serviu a idêntica emprêsa quanto ao vale do Juruá; Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Serpa, do mesmo modo, foram empórios para o financiamento da conquista econômica da hinterlândia, mas financiamento que não se representava nas moedas correntes do país e sim no crédito, nos aviamentos de mercadorias a serem pagas com o fruto caro, penoso, da atividade predatória realizada.

Com o surto da borracha, êsses créditos cresceram de intensidade. Tudo se foi criando em função de sua existência em maior ou menor volume.

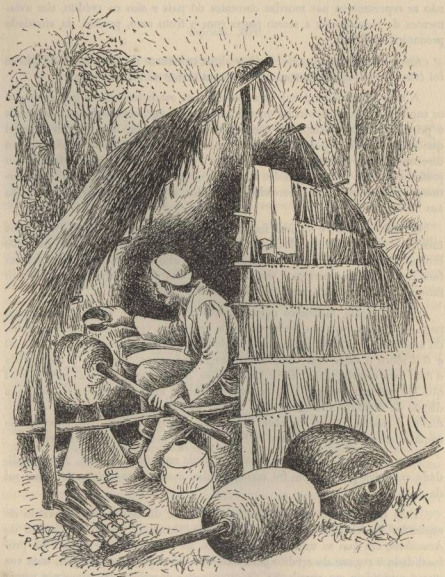
A rede bancária regional, representada nos estabelecimentos que reuniram os capitais das duas províncias amazônicas, ou nas agências de bancos nacionais e principalmente estrangeiros, inglês e norte-americanos, não exerceu o papel que se podia dela esperar. Os financiamentos que realizou não se destinavam diretamente aos seringalistas. Funcionava voltada para as casas aviadoras ou preferentemente para as grandes firmas exportadoras, que adquiriam, com destinação certa e segura aos mercados do exterior, a produção dos seringais obtida aos "aviadores".

Os abusos, como é natural, foram sem conta. Os aviadores abriram créditos imensos aos aviados seringalistas; êstes, aos seringueiros. A especulação não teve limites. As mercadorias pela tentação do lucro alto ou para garantia maior em face dos constantes perigos a que a aventura das gomas expunha todos, eram faturadas sem medida, num excesso incrível e lamentável.

Nos seringais, insistimos nesse aspecto da vida local, nada se compra ou paga a dinheiro, mas sim em espécie. Os preços em vigor, do carretel de linha, do anzol, dos remédios, às roupas, aos alimentos, são todos majorados em 40, 50 e 60% sôbre o valor real. O aviador exagera-os, acresce-os para o seringalista e êste para o seringueiro. Em última anáise, o seringueiro paga as mercadorias que lhe vendem com um ágio que vai até cem e mais por cento. E como não dispõe de dinheiro amoedado para efetuar os pagamentos, tudo adquire mediante o crédito que se lhe abre na sede do seringal e para cujo encontro de contas oferece a garantia de seu trabalho, que êle materializa no que produz.

O crédito, fácil, permitiu a dinamização da emprêsa gomífera. A prodigalidade excessiva por que êle foi manejado deu margem, todavia, a todo um rol de desventuras.

Essa situação, que era a situação de ontem, do início ou do período de esplendor da indústria extrativa, não se modificou. O Banco de Crédito da Amazônia, em que se transformou o Banco da Borracha, não alterou em profundidade o regime do crédito para base das atividades nos seringais, uma vez que o numerário em circulação, decorrente das operações de compra e venda

da borracha, monopólio de que se encontra investido aquêle estabelecimento estatal, não atinge os seringueiros, que continuam comprando, a crédito, dos seringalistas, as utilidades de que carecem e a êsses entregando a borracha que produzem.

Capítulo XIV

A TÉCNICA COMERCIAL. A ESCRITA DO SERINGAL E A CONDIÇÃO DO SERINGUEIRO. HOMEM LIVRE OU ESCRAVO?

As atividades de natureza econômica e social que se processam nos seringais, resultantes da experiência que foi sendo obtida e das imposições do meio agreste, das circunstâncias especiais que se criavam constantemente, indicaram a necessidade de uma disciplinação interna. A ordem ligada às atividades econômicas e sociais não podia, evidentemente, ficar exposta à vontade ditatorial do "seringalista" ou da "casa aviadora", interessados ambos em que tudo funcionasse bem para o ganho seguro, o sucesso garantido. Se essa ordem envolvia a própria convivência comercial entre os proprietários dos seringais e os trabalhadores nos seus vários escalões!

Em muitos seringais, por isso mesmo, baixaram-se regulamentos que fixaram as obrigações e os direitos. Mais que tudo, porém, estabeleceram as normas dentro das quais devia funcionar o seringal no seu aspecto de emprêsa comercial. Porque, visando à indústria extrativa, o seringal não deixava de ser também, como é, uma emprêsa mercantil, sujeita aos altos e baixos comuns aos negócios e exigindo técnica e normas que a regulem.

A regulamentação, escrita ou não, que fixou essas normas, bem como a técnica das operações mercantis vigorou, em conseqüência, com o rigor necessário.

Os seringalistas prendiam-se às "casas aviadoras"; os seringueiros, aos seringalistas. Havia, é evidente, uma relação de dependência e de troca de serviços e de obrigações entre todos, para que tudo pudesse correr produzindo os frutos desejados. Nas "casas aviadoras", as contas correntes dos seringalistas estavam sempre em aberto. Nelas inscreviam-se as mercadorias remetidas e as partidas de borracha recebidas. Os valores da mercadoria enviada ao seringal ou dêle recebida variavam de acôrdo com os preços, as cotações em vigor no dia do negócio realizado. Vêzes e mais vêzes, o seringalista era devedor e não credor. É que a borracha remetida não alcançava preço capaz de formar numerário com que pagar integralmente as mercadorias que pedira para o abastecimento do seringal e permitir, ao mesmo tempo, a existência de saldo a seu favor.

Quando ocorria, no entanto, a formação dêsse saldo, os seringalistas ora o recebiam em suas visitas aos aviadores em Belém ou Manaus, ora o deixavam depositado nos próprios aviadores para negócios futuros. Ademais, a essas despesas naturais com o abastecimento do seringal, somavam-se as despesas de seringalistas ou de seringueiros que mantinham filhos em colégios ou família no Nordeste, para onde os aviadores faziam as remessas. Essas remessas, é preciso que não se ignore, faziam-se mensalmente, mesmo que os seringalistas ou seringueiros não possuíssem saldo como credores. Os aviadores, pela não existência de tal saldo, nem por isso deixavam de atender aos compromissos de seus aviados. Os vínculos de solidariedade nos interêsses eram e são fortes.

No seringal, a técnica nas relações mercantis é semelhante. No barracão da gerência ou do armazém central, faz-se a escrita. Por partidas simples, na generalidade, ou partidas dobradas, o que é a exceção. Tôdas as despesas dos seringueiros são devidamente registradas. As mercadorias que lhes são enviadas, como a borracha que produzem e entregam, recebem a conveniente inscrição nos livros próprios. Tiram-se-lhes, mensalmente, as contas, que lhes são remetidas para que se cientifiquem de como se encontram: devedores ou credores.

Se a localização do seringueiro é muito distante do barracão central, as contas são tiradas trimestralmente, pois só então é que se lhe faz o abastecimento normal. Finda a "safra", o seringueiro, vindo à sede do seringal, confere as contas, que o guarda-livros lhe apresenta. Verifica, a essa altura, se deve ter saldo a receber. Ora, acontece que os seringueiros, homens rudes, na sua imensa maioria são analfabetos. Estão, assim, sujeitos à honestidade ou não dos que lhes são devedores ou credores. A escrita dos seringais, onde deverão encontrar averbado o produto de todo o trabalho a que se entregaram no seio da floresta, será exata? Os que por êles podem lê-la, falarão a verdade?

Na generalidade, essa escrita expressa a verdade, é um índice do que ocorre econômicamente nos seringais, o que não quer dizer que não haja operações de escrita feitas com desonestidade, de modo a ter o seringueiro sempre sem saldo credor, o que significa permanência nas estradas, trabalho continuado, submissão por mais uma safra ao patrão. O que se pode incriminar mais freqüentemente é a amplitude, a liberalidade condenável por que se manda, aos seringueiros, mercadorias de que não carecem, mas têm de receber e lhes aumentam as despesas, diminuindo a possibilidade de saldo-credor. Mais, os preços exorbitantes por que essas mercadorias lhes são vendidas.

Por fim, ocorre a circunstância de que, não circulando dinheiro amoedado nos seringais, pois os seringueiros não trabalham mediante salário mas por conta própria, vendendo o que produzem aos seringalistas, e tudo se pagando em espécie, muitas vêzes os seringais não dispõem, ao findar o "fabrico", de numerário nos "aviadores" com que possam enfrentar os compromissos com os seringueiros ou então êstes não produziram de modo a ter saldo a receber. Suas

contas de compra ultrapassaram as de venda. Seja porque os preços foram altos demais e a cotação da borracha desceu, seja porque a escrita foi viciosa, seja ainda porque a sua produção não teve a ponderância necessária. E há necessidade, então, de voltar ao centro, para aguardar, em nova safra, a possibilidade de um período menos decepcionante.

Essa situação de quase permanente dívida, amarrando o seringueiro ao seringalista e êste ao "aviador", como conseqüência de safras más, de preços que não compensaram, aviltando-se em face às despesas realizadas nos seringais, como fruto da exploração impiedosa que se fazem entre si, deu margem a uma literatura que acusou seringalistas e aviadores de manterem os seringueiros na condição de escravos e não de homens livres. As páginas de EUCLIDES [1], como as de ALBERTO RANGEL e mais na atualidade as de FERREIRA DE CASTRO, divulgaram os quadros tremendamente realísticos da vida dos seringais nessas relações de trabalho, de comércio, em bases ásperas. Emocionaram o país. Tais relações, no entanto, devem ser explicadas pela barbaria do meio-natureza e do meio-sociedade em formação. Porque, se o aviador e o seringalista exploram o seringueiro, êste não se comporta melhor. Vinga-se com as armas de que dispõe e de acôrdo com o primarismo de sua inteligência, das coisas e dos homens. Assim é que negocia às escondidas a produção de sua safra, lesando o seringalista, entrega-se à madraçaria, diminuindo a produção ou extraindo látex por processo proibido para aumentar a purgação e dispor de safra maior que lhe garantirá saldo-credor.

Condições existenciais duras, na conjuntura atual sofreram, porém, uma grande humanização. Os anos de rigor, da fase de decadência dos seringais, ferindo seringalistas, aviadores e seringueiros, tiraram-lhes muito daquele sentido de voracidade, de apetite insofrido que os levou àqueles excessos por demais lamentáveis.

---

[1] EUCLIDES, em *À margem da história*, referiu-se em tom dramático ao que êle chamou de anomalia, isto é, o "homem que trabalha para escravizar-se". São dêle êstes períodos: "No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150$000). Depois vem a importancia do transporte, num "gaiola" qualquer de Belém ao barracão longinquo a que se destina, e que é na media, de 150$000. Aditem-se cêrca de 800$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tijelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um "rifle" (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas chicaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carreteis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no "barracão" senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um "brabo", isto é, ainda não aprendeu o " corte da madeira" e já deve 1:1350000. Segue para o posto solitario encalçado de um comboio levando-lhe a bagagem e viveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 "paneiros" de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cêrca de 750$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o "brabo" canhestro, de quem chasqueia o "manso" experimentado, e já tem o compromisso sério de 2.090$000.

Capítulo XV

AS TÉCNICAS DE TRABALHO. O INSTRUMENTAL. AS ESTRADAS. ÉPOCAS DE ATIVIDADE. TIPOS DE BORRACHA.

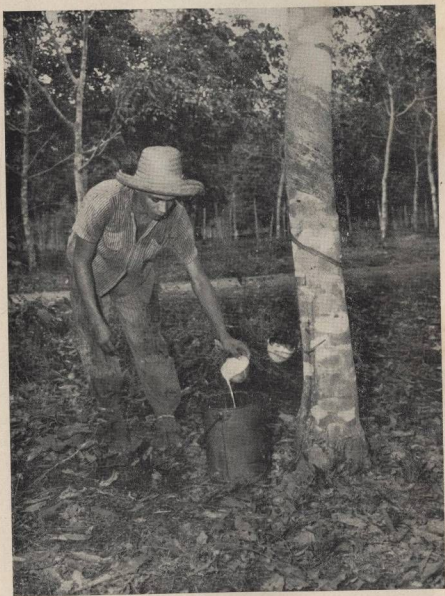
A EXPLORAÇÃO dos seringais obedece a certas e determinadas técnicas. Essas técnicas, evidentemente, foram sendo alteradas à medida que a experiência ia indicando a necessidade de novos processos na extração do látex e seu primeiro tratamento pelo seringueiro.

Nos primeiros tempos, quando a exploração se processava no Baixo Amazonas, na região das ilhas, nas cercanias de Belém, os seringueiros atiravam-se às árvores sem dar sentido à destruição impiedosa e criminosa a que se entregavam. Estava em uso, então, o sistema do arrocho: a árvore era ferida de alto a baixo e amarrada fortemente com cipós. Purgava todo o látex que encerrava momentâneamente, mas perdia a vitalidade, morria ràpidamente. Perdia-se, destarte, uma fonte de goma. Outras vêzes, a árvore era abatida, para a extração violenta. Portanto, todo um processo drástico, que não podia permitir rendimento permanente à espécie valiosa.[1]

Técnicas assim negativas, condenáveis, quando se iniciou a corrida para os seringais do Madeira, do Purus-Acre e Juruá foram sendo abandonadas. Compreendera-se que a permanência do negócio tinha de ser alcançada pela preservação das árvores, trabalhadas com humanidade. O interêsse dos próprios seringueiros, que precisavam ter em produção constante os seringais em que operavam, estava em jôgo. Os resultados obtidos com os novos métodos produziram resultados apreciáveis. Mas que métodos eram êsses?

Um seringal, convém insistir, vale não pela extensão das terras que apresenta, mas pela riqueza em árvores que oferece ao corte. Sabido que essas árvores não se distribuem na floresta com a densidade desejável, mas distanciadas umas das outras quarenta e sessenta pés, isto é, algumas dezenas de metros, muitas vêzes mesmo até duzentos metros, é mister disciplinar o trato com elas.

---

1 Sôbre as técnicas destrutivas dessa primeira fase e seus resultados negativos, cf. o ofício do Presidente COUTO DE MAGALHÃES ao Ministro da Agricultura, publicado no Relatório dessa Secretaria de Estado, de 1865.

Após o trabalho da sangria, que é feito de manhã cedinho, e o frugal almôço no "tapirí", o seringueiro volta à tarde à estrada, para recolher o látex depositado nas tijelinhas, esvasiando-as num balde que traz à mão. É uma caminhada feita em sentido inverso à primeira, — de retôrno à sua barraca permanente, geralmente à margem de um rio ou igarapé.

Abrem-se então as "estradas", que são caminhos estreitos na selva, verdadeiros trilhos indígenas, ora em forma circular, ora em forma retilínea e não caminhos largos, seguros, por onde possa transitar um veículo qualquer. Por êles passa apenas o seringueiro ou a tropa que, periòdicamente, deve abastecê-lo. Cada estrada tem entre 100 a 200 árvores em condições de produção.

Sua localização, tarefa trabalhosa, está a cargo de mateiros experimentados, que penetram os pontos mais distantes do seringal identificando as árvores para o corte. Saindo do barracão central, ora logo enfrentando a floresta, ora dêle se distanciando em pequenas embarcações para entrar pelos rios menores, igarapés que circulam na propriedade, êsses pioneiros, ousados, afoitam-se dias e dias de viagem na tarefa que lhes é cometida, ao fim do que regressam com as indicações precisas.

Quando penetra a floresta diretamente por terra, o mateiro, à medida que avança, vai assinalando as árvores encontradas, o caminho percorrido. Pronta a identificação da "estrada", dá o sinal por meio de tiros de rifle ou pancadas fortes em certas árvores. Ouvidos os sinais estridentes, ora o toqueiro, que ficou no ponto de partida para a busca, avança ao encontro do mateiro e vão os dois, então, cada um de seu lado, abrindo o caminho, fazendo aquêle trilho a que nos referimos, ora a tarefa é realizada ùnicamente pelo toqueiro. Outras vêzes, encontrada a árvore, o mateiro dá imediatamente o sinal para a abertura daquêle trecho da estrada, o que se efetiva incontinente. A abertura da estrada leva dias. Sua limpeza, conservação e ampliação faz-se, porém, continuadamente.

Preparada a estrada, o seringueiro que deve explorá-la é conduzido ao ponto julgado mais conveniente para sua localização. De preferência, onde há água. Levantam-lhe o "tapiri" para moradia, e o "tapiri" para os trabalhos de confecção da borracha. Para isso, fincam na terra quatro paus, sôbre que colocam outras quatro travessas de madeira e sôbre êsses esteios erguem as paredes de uma cabana de palha, de palha sendo as paredes e o teto, abrindo-se-lhe uma pequena porta e uma pequena janela. O soalho, geralmente de paxeúba. Quando muito acima do solo, põem-se-lhe os degráus bastantes para permitir o acesso. As mais das vêzes, os "tapiris" de moradia não têm paredes. São abertos.

O "tapiri" para a preparação da borracha é ainda mais tosco, pois consiste numa cabana tôda de palha, sôbre a terra batida, sem janela, apenas com a porta de entrada. O teto é, porém, em forma cônica, terminando por uma abertura que permita o escape da fumaça que levanta da operação a que é submetido o látex.

Iniciando o trabalho de coleta que se realiza a principiar de maio ou junho e se estende até outubro e novembro, isto é, no período do verão, pois que no inverno as chuvas prejudicam o trabalho, misturando-se água com látex, o seringueiro sai de madrugada pela estrada. Veste calça e blusa de mescla. Cobre a

cabeça, ora com um chapéu de palha de fabricação indígena, ora embrulha-a com um pano. Sôbre a testa coloca uma pequena lanterna, a "poronga", que serve para iluminar o caminho a ser percorrido. Anda descalço. Quando não, calça sapatos de borracha de fabricação rudimentar. Leva a tiracolo um rifle e à cinta um terçado. Acompanha-o um cachorro magro, mas valente, companheiro fiel para combate aos animais selvagens com que se defronta.

À medida que encontra as árvores que deve trabalhar limpa-lhes o tronco, e com a machadinha ou a faca apropriada, que levar, vai golpeando as madeiras, levemente, procurando não fazer incisões profundas. E sob as feridas feitas, coloca, empurrando com a mão leve, mas com jeito, para que fique segura, uma tijelinha de fôlha de fandres,[2] que deve receber o látex a escorrer das incisões feitas.[3] Uma árvore não suporta mais de 4 tijelinhas: só por exceção permite 6 ou 7. O seringueiro passa, a seguir, a outras madeiras. Trabalha, assim, uma ou duas estradas. Ao fim da tarefa, regressa ao tapiri. Faz uma refeição. À tarde volta às estradas, recolhendo o látex depositado nas tijelinhas. Vai esvaziando-as num balde que trás à mão.[4]

Ao chegar ao "tapiri", já tarde do dia, entrega-se imediatamente à defumação do látex. Despeja o leite numa bacia. Acende o fogo, empregando a madeira resinosa de que dispõe, em especial a massaranduba, acapu, páo d'arco, e sementes de palmeiras, tais como uricuri, a preferida, babaçu, inajá, tucumã, o que provoca a fumaça necessária e apropriada à coagulação do látex na forma comerciável.

"O seringueiro senta-se num tamborete, tendo ao lado uma bacia de látex e com uma cuia derrama um pouco do látex na extremidade de um pau chato espatulado, ou na parte larga de um remo, quando êste é empregado. O pau é então, virado com as mãos, de vagar, na fumaça, e o látex se coagula pela ação

---

[2] Nos primeiros tempos, as tijelinhas eram de barro.

[3] AVELINO CHAVES, em *Exploração da hévea*, assim descreve, págs. 35/36, o processo usado no Acre: "Tratando-se de um homem entendido, procede êle, antes de mais nada, a uma limpeza no tronco da árvore, da altura dos cortes da sangria para baixo. Esta operação preventiva deveria ser uma regra legal imposta e rigorosamente fiscalizada no corte dos seringais, máxime, pelos respectivos proprietários, por isto que o seu intuito principal é impedir que elementos exteriores ou estranhos se adicionam ou se misturem ao látex, diminuindo, dest'arte, o valor da borracha preparada.

Feita essa "fachina" e sempre procurando as superfícies lisas do tronco, o seringueiro pratica uma série de incisões ou "picadas" ao nível de uma mesma linha vertical. A "reação" é essa linha vertical a partir logo abaixo da sangria e terminando na base, em cujo sentido são desferidas as picadas obliquamente. Em uma árvore tantas "reações" quantos espaços intervalares de 42 centímetros contiver o seu diâmetro. A picada, como ficou dito, é a incisão feita para extrair o látex. A distância de uma a oura picada ou golpe é de quatro dedos ou 10 centímetros. Para que a árvore não sofra ou venha a definhar e morrer, duas precauções se tornam essenciais. Primeiro, que o golpe desferido não vá além do que em botânica constitue o periciclo, isto é, a camada imediata ao cortex. Em segundo lugar, que os lábios da ferida não sejam demasiadamente largos, evitando-se assim a introdução de parasitas nocivos. A extensão da picada é de 4 1/2 centímetros. Por safra, o seringueiro tira sòmente duas "reaçes".

[4] No primeiro dia de trabalho, o seringueiro percorre a estrada, identificando-a. Faz depois pequenas incisões nas árvores, para habituá-las, educá-las. Deixa, em dia posterior, ao pé da árvore, as tijelinhas que deve usar, sempre emborcadas para evitar que a água das chuvas nelas se localize. Um dia após ao que gastou nessas operações preliminares inicia então a tarefa da sangria com o objetivo extrativo.

do ácido carbônico contido na fumaça. Depois de feitas grandes bolas de borracha, o pau, ou o remo, é suspenso a um pequeno gancho da viga da cabana, ou girado em barras paralelas, adrede colocadas, de modo a permitir a ação de rolar para diante e para trás, na fumaça."

Uma vez coagulada a primeira camada do látex exposta à fumaça, repete-se novamente a operação, isto é, derrama-se mais látex no mesmo remo ou pau espatulado, e assim se continúa a fazer até terminar o preparo da colheita do dia. As bolas feitas por êsse modo ficam geralmente do tamanho requerido dentro de uma ou duas semanas, dependendo isso das duas dimensões, grande ou média, e variam de pêso, entre 10 a 100 libras ou mais. Uma vez prontas, são destacadas do pau com um simples puxão; no caso de haver sido utilizado o remo, faz-se um corte pelo fundo, retirando-se a borracha pela parte larga. A borracha é entregue ao proprietário do seringal, semanal ou quinzenalmente e por êle conservada cêrca de um mês sem ser pesada, para que possa secar qualquer líquido que porventura contenha.[5]"

Cada seringueiro, na execução de sua tarefa, pode trabalhar entre 100 a 200 dias. Na generalidade, 120 a 180. A produção alcançada, por seu lado, varia também. Ora pelo baixo número de dias de trabalho, ora pela riqueza ou pobreza das "madeiras". Em regra, num bom seringal, a produção por homem atinge entre 1.200 a 1.500 quilos de borracha.

A extração do látex e seu primeiro tratamento pelo seringueiro, na técnica que descrevemos, se produziu resultados animadores, que deram a impressão imediatista de que não seria necessário ir além, modificando-a, para melhor, nem por isso deixou de sofrer críticas. O modo de sangrar as árvores, o uso da machadinha, o método indígena de tratar o látex, aos olhos observadores de muitos, foi parecendo contrário aos interêsses da indústria extrativa. Afirmou-se que as "madeiras", como eram feridas, estavam fadadas a uma vida curta. E a defumação, na forma primitiva por que se processava, não permitia um produto de alta classe. Evidentemente, no processo em uso, perdia-se muita borracha de boa qualidade. O leite que caía sôbre a terra, no momento da extração ou quando da defumação, produzia o sernamby, borracha de cotação baixa pelas impurezas que continha, devido ao contacto com o chão.

O alemão Henrique Antônio Strauss, que residia no Pará e se entregava ao estudo de um melhor processo para a coagulação do leite da seringueira, acabou por encontrá-lo. E, obtendo privilégio concedido pelo govêrno imperial, em 1861, decidiu ceder o segrêdo ao Estado, pela importância de 25:000$000. Nomeada uma comissão pela presidência do Pará, então exercida pelo dr. Araújo Brusque, foi emitido parecer favorável. Pouco depois, porém, falecia o técnico.

[5] C. E. Ackers, *Relatório sôbre o Vale do Amazonas, sua indústria de borracha e outros recursos*, pág. 95.

cabeça, ora com um chapéu de palha de fabricação indígena, ora embrulha-a com um pano. Sôbre a testa coloca uma pequena lanterna, a "poronga", que serve para iluminar o caminho a ser percorrido. Anda descalço. Quando não, calça sapatos de borracha de fabricação rudimentar. Leva a tiracolo um rifle e à cinta um terçado. Acompanha-o um cachorro magro, mas valente, companheiro fiel para combate aos animais selvagens com que se defronta.

À medida que encontra as árvores que deve trabalhar limpa-lhes o tronco, e com a machadinha ou a faca apropriada, que levar, vai golpeando as madeiras, levemente, procurando não fazer incisões profundas. E sob as feridas feitas, coloca, empurrando com a mão leve, mas com jeito, para que fique segura, uma tijelinha de fôlha de fandres,[2] que deve receber o látex a escorrer das incisões feitas.[3] Uma árvore não suporta mais de 4 tijelinhas: só por exceção permite 6 ou 7. O seringueiro passa, a seguir, a outras madeiras. Trabalha, assim, uma ou duas estradas. Ao fim da tarefa, regressa ao tapiri. Faz uma refeição. À tarde volta às estradas, recolhendo o látex depositado nas tijelinhas. Vai esvaziando-as num balde que trás à mão.[4]

Ao chegar ao "tapiri", já tarde do dia, entrega-se imediatamente à defumação do látex. Despeja o leite numa bacia. Acende o fogo, empregando a madeira resinosa de que dispõe, em especial a massaranduba, acapu, páo d'arco, e sementes de palmeiras, tais como uricuri, a preferida, babaçu, inajá, tucumã, o que provoca a fumaça necessária e apropriada à coagulação do látex na forma comerciável.

"O seringueiro senta-se num tamborete, tendo ao lado uma bacia de látex e com uma cuia derrama um pouco do látex na extremidade de um pau chato espatulado, ou na parte larga de um remo, quando êste é empregado. O pau é então, virado com as mãos, de vagar, na fumaça, e o látex se coagula pela ação

[2] Nos primeiros tempos, as tijelinhas eram de barro.

[3] AVELINO CHAVES, em *Exploração da hévea*, assim descreve, págs. 35/36, o processo usado no Acre: "Tratando-se de um homem entendido, procede êle, antes de mais nada, a uma limpeza no tronco da árvore, da altura dos cortes da sangria para baixo. Esta operação preventiva deveria ser uma regra legal imposta e rigorosamente fiscalizada no corte dos seringais, máxime, pelos respectivos proprietários, por isto que o seu intuito principal é impedir que elementos exteriores ou estranhos se adicionam ou se misturem ao látex, diminuindo, dest'arte, o valor da borracha preparada.

Feita essa "fachina" e sempre procurando as superfícies lisas do tronco, o seringueiro pratica uma série de incisões ou "picadas" ao nível de uma mesma linha vertical. A "reação" é essa linha vertical a partir logo abaixo da sangria e terminando na base, em cujo sentido são desferidas as picadas obliquamente. Em uma árvore tantas "reações" quantos espaços intervalares de 42 centímetros contiver o seu diâmetro. A picada, como ficou dito, é a incisão feita para extrair o látex. A distância de uma a oura picada ou golpe é de quatro dedos ou 10 centímetros. Para que a árvore não sofra ou venha a definhar e morrer, duas precauções se tornam essenciais. Primeiro, que o golpe desferido não vá além do que em botânica constitue o periciclo, isto é, a camada imediata ao cortex. Em segundo lugar, que os lábios da ferida não sejam demasiadamente largos, evitando-se assim a introdução de parasitas nocivos. A extensão da picada é de 4 1/2 centímetros. Por safra, o seringueiro tira sòmente duas "reaçes".

[4] No primeiro dia de trabalho, o seringueiro percorre a estrada, identificando-a. Faz depois pequenas incisões nas árvores, para habituá-las, educá-las. Deixa, em dia posterior, ao pé da árvore, as tijelinhas que deve usar, sempre emborcadas para evitar que a água das chuvas nelas se localize. Um dia após ao que gastou nessas operações preliminares inicia então a tarefa da sangria com o objetivo extrativo.

Sua filha vendeu então o segrêdo à Província pela soma de 8:000$000. Consistia o processo no uso de pedra-hume (sulfato de alumínio e potassa) dissolvida em certa quantidade de água, adicionada em quantidades que fixava, ao látex, que era, posteriormente, colocado em fôrmas de madeira ou zinco, de 24 polegadas de comprimento, 12 de largura e um de altura, de onde, após 24 horas seriam tirados para submeter-se a uma prensa por mais 24 horas. O produto, assim obtido, era de alto teor lactífero. Nenhuma fraude fazia-se possível. Por fim, a saúde do seringueiro, sempre ameaçada pelos vapores da defumação, estava preservada.[6] Embora divulgado amplamente, o sistema STRAUSS não encontrou acolhida.

Quanto ao uso da machadinha, foi perdendo terreno. JOSÉ CLÁUDIO DE MESQUITA, que fundara em Manaus o Clube de Seringueira e criara um pequeno seringal-piloto, o seringal Miri, para educação dos seringueiros, lançou a idéia do emprêgo de uma faca especial. Modelou-a pela que se empregava nos seringais de plantação do Oriente. Chamou-lhe "faca amazônica". Foi aceita. É hoje de uso normal na Amazônia. Em conseqüência, a sangria das madeiras passou a ser efetuada mais racionalmente, preservando-se a árvore, sem lhe perturbar a produtividade.

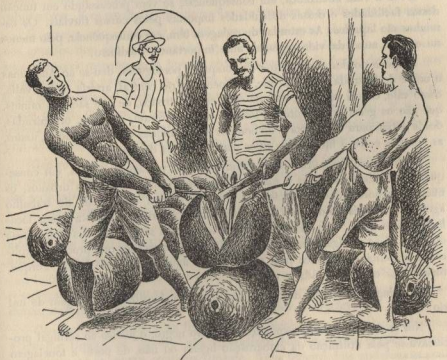
A borracha produzida apresenta, seja por que processo tivesse sido tratada, certa heterogeneidade no acabamento, na apresentação, na resistência, na impermeabilidade, na limpeza, na aquosidade, na durabilidade. O valor comercial para as cotações de venda varia, em conseqüência, em face dessas características que oferece. Faz-se, por isso, uma classificação, tendo em conta tôdas essas particularidades. A classificação que durante muito tempo funcionou, classificação a que podemos chamar de clássica, era: "borracha fina", "entrefina", "sernamby virgem" e "sernamby rama". A "fina" é a melhor, de acabamento mais cuidado, resistência, impermeabilidade e durabilidade mais vigorosa. Em forma de bola grande, pesada, apresenta côr preta pelo lado externo e amarelada no interior. É produzida nas ilhas e na hinterlândia. A esta, denomina-se de "fina do sertão". Àquela de "fina das ilhas". A diferença entre ambas não decorre apenas da área geográfica onde a produzem, mas das qualidades que possuem. A do sertão tem maior cotação. É melhor. A das ilhas apresenta algumas impurezas. Experimenta menor cotação. A entrefina é a borracha obtida do látex que, não trabalhado imediatamente pelo seringueiro, alcança um estado grumoso ao ser levado à defumação. As sernambys constituem as espécies más. Ora são resíduos do látex que cai ao solo e se mistura à terra, ora látex que escorre das incisões feitas nas madeiras e é encontrado ao longo da árvore. No primeiro

---

[6] Ofício S/d, da Presidência do Pará, dr. JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, *in Relatório da Repartição dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Rio, 1865.

caso, é a "sernamby virgem"; no segundo, a "sernamby rama". A virgem é preparada em forma de tabletes ou de pequenos queijos; a rama, enrolada em pranchas. Apresenta um mau aspecto.

Explorada inicialmente na Amazônia na fase em que não havia a bipartição político-administrativa representada nas províncias do Pará e Amazonas, a borracha recebeu, no seu lançamento universal, o nome de "Pará fina", que lhe deu credenciais nos mercados e ainda hoje vigora.

A classificação, na atualidade, para efeito de cotação, levando em conta as excelências maiores ou menores do produto, é variada. As Associações Comerciais do vale têm classificação própria. O Banco de Crédito da Borracha, outra. A indústria consumidora também possui a sua. Nos seringais, no entanto, os seringueiros obedecem às velhas denominações a que se habituaram e lhes parecem as essenciais.

Capítulo XVI

OS TRANSPORTES INTERNOS E EXTERNOS. — OS "GAIOLAS", OS "VATICANOS", AS "CHATAS", OS "MOTORES", AS "MONTARIAS" E AS "IGARITÉS".

A REDE hídrica, que tanto caracteriza a região amazônica, assegurou-lhe caminhos naturais que facilitaram a penetração e a ocupação da hinterlândia, do mesmo modo por que, nas cheias periódicas, criou dificuldades, destruindo muito do que os homens procuram criar.

Tôda a vida amazônica, em conseqüência, se vem processando em função dessas facilidades e dessas dificuldades impostas pelos cursos fluviais. Os caminhos são líquidos. As estradas de rodagem têm, em conseqüência, pelo menos no estádio atual da vida regional, uma importância medíocre.

À época do descobrimento e da conquista portuguêsa, deu-se ao Amazonas o nome de "estrada real". É que, realmente, o rio central, artéria maior, valia, como vale, de via orgânica, estrada-eixo, estrada-tronco, de que saem os ramais, que são os grandes afluentes. Flotilhas imensas foram, por isso, organizadas, desde então, para o transporte de homens e mercadorias estabelecendo-se, assim, as ligações entre o litoral e os sítios mais distantes do interior.

Todos os núcleos urbanos que conformam a paisagem política, em conseqüência, foram levantados à margem dos rios. Como os núcleos urbanos, os núcleos menores, onde a sociedade regional tentara criar áreas de trabalho agrário ou de criação de gado. A localização no interior da floresta é uma localização passageira. Essa mesmo, no entanto, também se processa nas vizinhanças ou às margens dos igarapés. Foi, pois, feliz o jovem escritor que procurou explicar a existência amazônica pela presença das águas da grande bacia. Porque, realmente, "o rio comanda a vida".[1]

O seringal não podia deixar de ser, como foi, localizado à margem de um rio.

Nos tempos iniciais da exploração do ouro negro, o acesso ao seringal processava-se pela utilização da embarcação ligeira ou não, de porte e tonelagem

[1] LEANDRO TOCANTINS, *O Rio comanda a vida*, Rio, 1952.

pequena ou não, de origem, técnica e herança indígena. Era a "igarité" ou a "coberta". Aquela, a embarcação leve, rápida, manejada pelo caboclo ágil, que a tripulava para todos os misteres. Esta, a embarcação de porte senhorial, longa, vagarosa, tirando o nome da cobertura de palha, na proa, onde se resguardavam, da chuva e do sol forte e onde se guardavam a carga, os passageiros e tripulantes de maior hierarquia.

Com a introdução do navio a vapor, de roda à pôpa, façanha e progresso que a Amazônia ficou a dever a IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA, Visconde de Mauá, se não houve a decadência total e imediata dos velhos tipos de embarcação, o transporte foi passando aos novos barcos que revolucionavam a região. Ora, justamente nesse momento é que o ciclo da borracha teve suas primeiras páginas. O aceleramento do negócio encontrou no barco a vapor um incentivo, uma fôrça impulsionadora. Com o acesso aos rios de maior riqueza em borracha, abertos à exploração pelos pioneiros que usavam a "igarité" e a "coberta", conheceram êles maior movimentação pela entrada das novas embarcações. O barco a vapor constituíu, destarte, não só uma novidade, mas uma fôrça nova que autorizou e deu rapidez ao esplendor gomífero. Sem o navio a vapor, a corrida para os seringais teria sido realizada sem o aspecto dinâmico que a caracterizou. E os resultados não se apresentariam com o rendimento alcançado.

É preciso não esquecer, ademais, que os seringais, plantados à margem dos grandes rios, não eram servidos apenas pelas águas dêsses rios, mas pelos seus afluentes menores, pela imensa rêde de igarapés, de furos, de lagos, que os enriquecem e asseguram a quantos vivem nêles certas condições essenciais à sua movimentação diária. Tôda uma imensa massa d'água que a floresta fechada oculta, distribui-se pelas terras baixas e altas dos seringais. E dada a imensidade espacial que os caracteriza, essas águas valem aos transportes, à própria alimentação, às comunicações internas. São fundamentais.

Dentro de um seringal, pois, a existência se processa igualmente em função do maior ou menor volume de águas que nêle circule. Não se entra nem sai dos seringais sem ser pela água dos rios. A frota que se construíu para atender a êsse imperativo do meio, seja a frota dos pequenos transportes, dos variados tipos de embarcações do artesanato local, seja a frota maior, das anchas, dos motores, dos navios de maior porte, constitui, assim, parte importante do mecanismo que põe em funcionamento a vida local.

Inicialmente, encontramos o navio a vapor, o "gaiola", por meio do qual o seringal se mantém em contacto com o mundo, recebendo homens e mercadorias, notícias, e exportando homens, mercadorias e notícias.

Construídos geralmente na Inglaterra, mas também na Holanda, Dinamarca e Estados Unidos, os "gaiolas" são apropriados aos rigores da região: abertos para que o ar se renove continuadamente. Têm sempre dois andares ou convezes. No que toma contacto com a água, vão passageiros, carga e animais.

Constitui a chamada terceira classe. Nêle localizam-se igualmente a cozinha, a despensa, a casa de máquinas. Há uma promiscuidade aterradora. Apesar das baldeações, cheiram mal. No andar superior, estão os camarotes, o salão de refeições. Os camarotes, ora dão para corredores internos, ora para corredores externos. Perto da pôpa, o corredor interno ampliado e sem as limitações das cabines, serve de sala de estar. Os passageiros preferem, porém, geralmente, usar a de refeições por ser mais arejada, se está na proa, inteiramente aberta, franqueada à luz natural, ao ar. Ademais, aí se localiza o bar.

Nos corredores externos, como no andar inferior, armam-se, à noite, redes, umas por cima das outras. O navio dá, em conseqüência, a impressão de uma "gaiola", donde o nome que lhe puseram.

Os "gaiolas" de maior porte, de maior tonelagem, de melhores acomodações, são chamados de "Vaticanos". Apresentam realmente um porte nobre, linhas senhoriais. E como para o seringueiro, pela extensão, pela tonelagem, diferem dos outros, lembram a residência papal, que êle ouviu dizer que se caracteriza justamente pelas proporções grandiosas.

A tonelagem dêsses gaiolas varia muito e vai de cem a oitocentas toneladas. O calado varia igualmente: de três a doze pés, o que como é natural, lhes assegura a possibilidade de trafegar nos rios mais distantes do litoral, na época das cheias.

Nêles, no convés da linha d'água, viajam os seringueiros; no segundo, os seringalistas, os representantes das casas aviadoras, as autoridades, as pessoas categorizadas e de maiores posses.

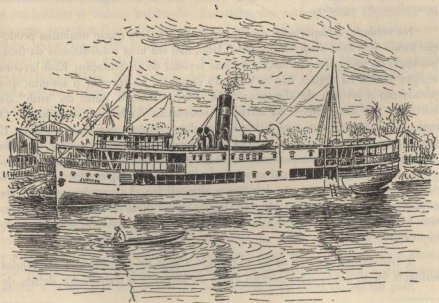
Presos a êsses "gaiolas", quando a carga é maior que a tonelagem do barco, seguem-no alvarengas ou grandes batelões, embarcações de bojo largo, cobertas com grandes toldos. Aí são depositadas as cargas que se destinam aos seringais, principalmente inflamáveis. E no regresso a Manaus ou a Belém, conduzem a borracha produzida nos seringais. Quando o gaiola já está demasiadamente lotado de passageiros, muitos dêstes passam para o batelão.

Aos gaiolas de fundo chato, dão-se também o nome de "chatas". Quando de pequeno porte, para navegação nos rios de menor volume d'água, chamam-se "chatinhas".

Nos altos rios, onde a navegação se torna mais difícil, pelo aparecimento de corredeiras, pelo estreitamento da própria via ou pela pequena profundidade do leito, procede-se à baldeação. No primeiro caso, ou tudo é desembarcado e levado por terra até o trecho onde as águas já correm sem interrupções, onde são reembarcadas para lanchas; ou passa os "rápidos" em embarcações pequenas, conduzidas por caboclos, geniais na pilotagem. Nos outros, passa tudo para lanchas e depois para simples "motores", que são embarcações pequenas, com

um motor à pôpa. Muitos dêsses "motores" puxam simples canoas, que conduzem a carga. Na época das vazantes, a solução é o emprêgo de canoas, a motor de pôpa, incômodas, sujeitos os que nelas viajam aos rigores do sol e da chuva, mas transporte único.

Dentro dos seringais, para sua movimentação interna, os seringueiros utilizam os "motores", as "igarités" e as "montarias". As igarités são canoas estreitas, pequenas, herança do índio, movidas a remo, a jacumã; as montarias, embora também pequenas, são maiores que aquelas, com pequeno tôldo na proa e usadas em viagens mais longas. Há sempre, por isso, muitas dessas embarcações amarradas nos portos.

Muitas vêzes, para atingir as "estradas" de "madeiras", há necessidade de caminhar por terra. Os rios, os igarapés não servem de acesso, de via de comunicação, senão gastando-se dias e dias de viagem. Abrem-se, então, entre os pontos distantes do rio, diminuindo o tempo a gastar, as ligações convenientes. Estas ligações são os "varadouros", igualmente trilhos de índios como as "estradas". Embora caminhos terrestres, abrem-se em função da existência dos cursos d'água. Não são estradas, mas simples ligações canhestras, que o índio utilizou e ensinou ao ádvena desde o período colonial.

Capítulo XVII

A LAVOURA DE ALIMENTAÇÃO. INEXPRESSIVIDADE NO PERÍODO ÁUREO DO CICLO GOMÍFERO. CONDIÇÕES EM QUE SE REALIZOU.

O ABASTECIMENTO dos seringais compreendia, como já vimos em capítulos anteriores, o necessário ao seu aparelhamento material para as operações de extração, como igualmente as utilidades essenciais à sua movimentação diária. Entre essas utilidades estavam os alimentos. Ora, se estavam os alimentos, é que não havia, nos seringais, produção local capaz de satisfazer em qualidade e em quantidade às exigências das centenas de trabalhadores que os faziam funcionar. A necessidade da importação decorreria, assim, da falta de alimentos produzidos nos próprios seringais. Então, a terra tropical, que tanta exuberância apresentava no esplendor de floresta fechada, seria um lôgro e hostil ao empreendimento agrário.

Na verdade, a importação de alimentos decorreu da quase nenhuma produção local. Mas essa situação, por outro lado, não era uma conseqüência da incapacidade do solo para a formação de uma lavoura de alimentação. Essa lavoura sempre existiu na região, não se devendo esquecer, ao apreciar o assunto, que justamente a lavoura de alimentação foi, de certo modo, antes do "rush" da borracha, um dos motivos da atividade econômica do homem amazônico. O meio, portanto, não era, nem é, hostil a qualquer esfôrço com êsse objetivo. E tanto assim, convém recordar, que, na fase inicial da produção gomífera, quando ela se processava na área paraense do Baixo Amazonas, nas ilhas, sendo o seringueiro o próprio caboclo nativo, os pequenos seringais explorados não funcionavam na base da importação de gêneros alimentícios. Ao contrário, nêles havia uma lavoura alimentar suficiente e de acôrdo com a dieta do nativo, dieta pouco rica, é certo, mas a que êle estava habituado e com a qual estava perfeitamente identificado e satisfeito.[1]

À medida, porém, que se foi ampliando a área de exploração e os grandes seringais foram sendo estabelecidos longe do litoral, e o trabalhador deixou de

---

[1] Cf. de minha autoria, *O Processo Histórico da Economia Amazonense*. Rio, 1944; MANOEL BARATA, *A Antiga Produção e Exportação do Pará*, Belém, 1915.

ser representado no caboclo amazonense, ou paraense, para ser principalmente o nordestino, de dieta diversa, a situação começou a alterar-se.

Havia necessidade de utilizar todos os braços na colheita de látex. Qualquer dispersão de atividade fazia diminuir o fabrico, o que representava rendimento menos apreciável, desaconselhável em face das solicitações dos mercados consumidores e dos preços sedutores. Não era possível, portanto, produzir, ao mesmo tempo, nos seringais, a borracha e os alimentos com que abastecer os seringueiros e demais pessoas que nêles viviam. A mão de obra mostrava-se escassa. A dispersão de atividades não compensava. O próprio seringueiro não se sentia atraído para negócio que não se representasse na extração de látex. Tomaram-se mesmo providências proibindo que se trabalhasse a terra, visando obter dela o que poderia dar para o sustento de tôda aquela comunidade em movimento. Os seringalistas puniam os que se desviavam das tarefas de extração do látex para qualquer outra emprêsa. Entendia-se que "tempo consumido em caça e pesca se furta à produção"!...

Sucede, ainda, que os aviadores, interessados na obtenção de partidas cada vez maiores de borracha, não abriam mão do fornecimento de tôda uma dieta que lhes chegava do exterior e, vendida aos seringueiros por preços altos, assegurava, por fim, maiores rendimentos.[2] A especulação comercial era evidente, não tinha entranhas. Os alimentos importados, como já tivemos ocasião de verificar, não estavam de acôrdo com o regimen a que caboclos amazônicos e nordestinos se tinham habituado. Enlatados, em maioria, pois, importados da Europa, pareciam-lhes estranhos, exóticos. Nem por isso, todavia, puderam resistir, recusá-los, a êles, finalmente, acedendo. De todos, o charque e o pirarucu foram, porém, os mais solicitados. Os peixes locais só nos barracões centrais eram de uso diário. Nas barracas dos seringueiros, em plena floresta, não entravam em uso, à falta de tempo para pescá-lo, diàriamente, o que já não sucedia com a caça, que, de quando em vez, aparecia para variar o cardápio semanal.

A lavoura de alimentação, quando a crise da borracha se acentuou, os quadros humanos dos seringais empobreceram e os aviamentos perderam aquêle ritmo de grandeza dos tempos áureos, voltou a merecer atenção. E na generalidade dos seringais plantou-se milho, feijão, arroz, café, cana. Fabricou-se açúcar em engenhocas de forma primária. Não havia mercado, fora do seringal, para grandes partidas dessas utilidades. A experiência, mal sucedida, quanto à produção para comércio externo, se não foi abandonada, não serviu para dêle vaer-se o seringalista que tentava encontrar, na terra, os elementos com que pudesse resistir à catástrofe. Os fretes para êsses novos gêneros eram altos. Não permitiam concorrência, nas praças que as poderiam consumir, quais fôssem Belém e Manaus, com o que vinha dos centros produtores do sul do país.

[2] Apesar de tudo, fêz-se, em muitos seringais, na fase do esplendor gomífero, pequena lavoura de várzea, produzindo-se, inclusive, açúcar em pequenos engenhos.

Às solicitações que se verificaram no decorrer do recente conflito, para que os arsenais democráticos permanecessem abastecidos e ante o surto espantoso da indústria brasileira de artefatos de borracha, restaurados os seringais, os suprimentos voltaram a fazer-se, através das importações. Os braços eram necessários à produção do ouro negro. Não podiam ser desviados para as tarefas do agro.

A lavoura de alimentação existente, como os ensaios criatórios levados adiante pela formação de campos abertos a fogo na mata próxima aos barracões centrais, não foi, todavia, abandonada. A experiência do período crítico da decadência fôra muito severa. Em todo seringal, nos dias atuais, se êsse empreendimento agrário-pastoril não se apresenta com vultosidade apreciável, ponderável mesmo, nem por isso sua existência deixa de ser uma realidade. Há em todos êles, vencendo os obstáculos naturais criados pelo meio geográfico, pequenas lavouras alimentares, realizadas, evidentemente, não na base das dietas estranhas, das outras regiões brasileiras ou daquela que os nutrólogos aconselham, mas de acôrdo com o paladar e as exigências do cardápio a que o seringueiro se habituou e a que não cede nunca.

Capítulo XVIII

ATIVIDADES ANCILARES. O QUOTIDIANO NOS SERINGAIS E AS EXIGÊNCIAS DO MEIO ECONÔMICO. TAREFAS COMPLEMENTARES.

A VIDA nos seringais, evidentemente, pelo gênero de atividades que realizam os que os movimentam, é uma página de heroísmo na luta do ser humano contra o ambiente no seu estado de natureza. Sem os recursos que a alta técnica já permite para a vitória sôbre os espaços tropicais, tudo tem de ser organizado, criado, tendo em vista a fôrça vigorosa do meio geográfico. A floresta, exuberante, cercando os barracões, tentando sempre reocupar a área que o seringueiro transformou em clareira para as suas edificações ou para os pequenos currais, tem de ser contida sem cessar. Os serviços de limpeza, para evitar que ela retorne ao lugar de onde foi empurrada, são, assim constantes. Como a floresta, as águas dos rios caudalosos, que, nas épocas de "cheia", invadem e cobrem imensas áreas dos seringais, obrigando a providências para salvar a produção depositada nos barracões, o gado que pasta nos campos abertos a fogo, na floresta, as embarcações de uso local que devem ser vigiadas para não ser levadas pela fôrça da enchente. As águas exigem também atenção permanente.

Nos seringais onde se faz alguma lavoura, no período da "vasante" é que se semeiam as várzeas. A colheita tem de ser feita antes da nova "cheia". E tanto plantio como colheita impõem a mobilização de braços, certa rapidez de movimentos e a vontade nas duas operações.

As pequenas criações de gado de corte ou leiteiro, mesmo na pobreza quantitativa e qualitativa por que se apresentam, carecem de tratamento. Há pessoal especializado para tal.

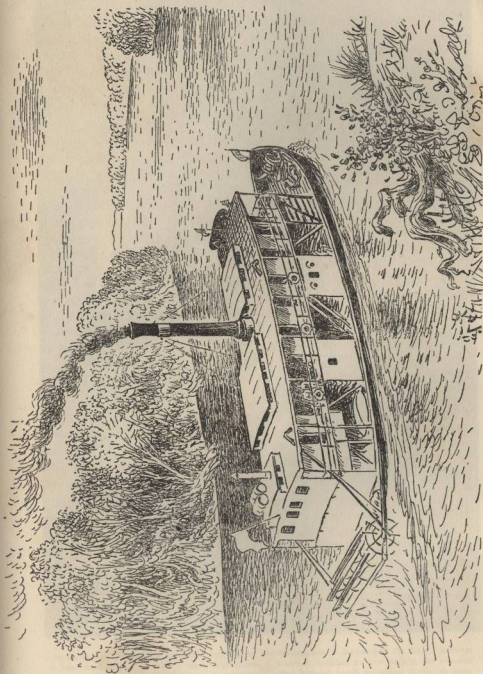
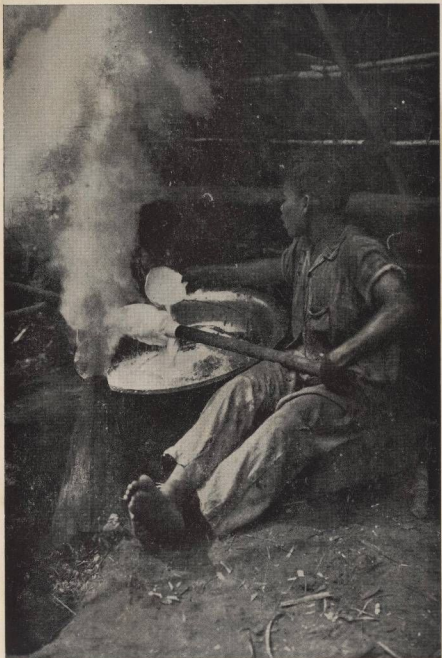
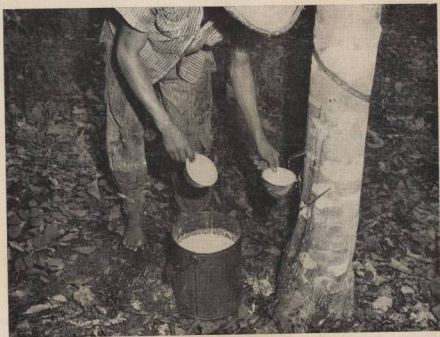
As embarcações menores, amarradas no pôrto, com a utilização constante, precisam ser preparadas. Outras devem ser construídas. Há, assim, estaleiros bisonhos, primitivos, em que tudo isso é realizado por artezãos caboclos, preferidos pelo conhecimento admirável que possuem do meio selvagem e da técnica empregada nas construções e reparos do transportes.

As estradas que levam aos "tapiris" dos seringueiros, no "centro", pela fôrça da floresta, fecham fàcilmente. Verdadeiros trilhos de índios, não são trafegadas

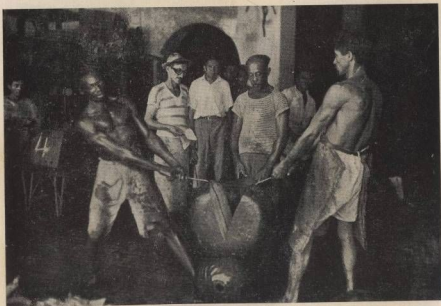
diàriamente, o que facilita a ação negativa dos arbustos que as trancam sem-cerimoniosamente, e das árvores frondosas que, de quando em quando, desabam e as fecham. Essas "estradas" são cortadas, aqui e ali, pelos igarapés, pelos igapós. Sôbre êles, ao invés das pontes custosas que a técnica local não autoriza, lançam-se toros de madeira abatida à floresta. Êsses toros apodrecem. Periòdicamente, portanto, impõe-se a limpeza dos caminhos. Os trabalhadores especializados se deslocam dos barracões centrais para a tarefa.

Os serviços de abastecimento dos sítios onde trabalham os seringueiros na extração do látex, são outra ocupação que não pode ser desprezada, antes pede uma atenção especial, carinhosa. Tropas de burros partem, semanal, ou mensalmente, levando os alimentos, os utensílios de trabalho, e os mais apetrechos e objetos necessários à emprêsa ou solicitados pelo seringueiro e trazendo a borracha por ali produzida. São os chamados comboios. Lembram as tropas que seguiam para as Gerais, no século XVIII, levando-lhes tudo para que pudessem ativar a produção aurífera e de lá carregando o que as minas concediam para as arcas de D. João V. Dissemos tropas de burros. É que êsses animais são os que melhor se adaptam na selva. Vencem distâncias sem estrépito, sem dificuldades, sem cansaços. O cavalo, pelo tamanho, pelas suas características e atitudes, não está em condições de ser empregado na operação. Êsses burros são adquiridos no Ceará. Vêm em grandes lotes. São tratados com particular cuidado, pelo que valem, pelo serviço imensurável que prestam. Os comboios, atravessando as "estradas" são, como é natural, ansiosamente aguardados. Representam vida, alegria, contacto com o mundo para o seringueiro isolado na floresta.

Para a melhoria da dieta, nos barracões centrais, pratica-se a caça e a pesca. Tanto pescadores como caçadores não são seringueiros. Constituem um pequeno quadro à parte, geralmente de gente recrutada no próprio meio, isto é, o caboclo que sabe como ninguém penetrar a mata sem ser pressentido pela caça e tirar dos rios os peixes que alimentam.

Há, assim, atividades diárias, permanentes, nos seringais, ligadas ao fabrico da borracha, necessárias à sua produção, nela intervindo constantemente. São atividades ancilares. Movimentam braços. Ora, os braços são essenciais à extração do látex. Essas atividades ancilares ficam a cargo, em conseqüência, de um núcleo pequeno de trabalhadores. Tais trabalhadores têm, por isso mesmo, de ocupar-se de muitas delas. Não dispersam energias. Ao contrário, empregam-nas, tôdas, multiplicando-se em tarefas. São trabalhadores que valem tanto, num seringal, como os extratores de borracha. Porque asseguram vitalidade, complementando aquela outra tarefa fundamental.

Ao chegar ao "tapirí", à noitinha, entrega-se imediatamente à defumação do látex. Despeja o leite numa bacia; acende o fogo empregando a madeira resinosa de que dispõe, em especial a massaranduba, acapu, e sementes de palmeiras, como uricurí, inajá, tucuman, o que provoca a fumaça necessária e apropriada à coagulação do látex na forma comerciável.

Cada seringueiro, na execução de sua tarefa, pode trabalhar entre 100 a 200 dias, numa "safra", — na generalidade, 120 a 180 dias. A produção alcançada também varia, ora pelo número de dias de trabalho, ora maior ou menor riqueza das "madeiras". Em regra, num bom seringal, a produção por homem oscila entre 1.200 a 1.500 kg de borracha.

Nas grandes casas "aviadoras" de Belém e Manaus, as bolas ou "peles de borracha" sofrem uma última operação, o "corte", para verificação de sua qualidade e pureza. A classificação clássica, que durante muito tempo vigorou, era: borracha fina, entrefina, sernambi virgem e sernambí-rama.

Cada seringueiro, na execução de sua tarefa, pode trabalhar entre 100 a 200 dias, numa "safra", — na generalidade, 120 a 180 dias. A produção alcançada também varia, ora pelo número de dias de trabalho, ora maior ou menor riqueza das "madeiras". Em regra, num bom seringal, a produção por homem oscila entre 1.200 a 1.500 kg de borracha.

Nas grandes casas "aviadoras" de Belém e Manaus, as bolas ou "peles de borracha" sofrem uma última operação, o "corte", para verificação de sua qualidade e pureza. A classificação clássica, que durante muito tempo vigorou, era: borracha fina, entrefina, sernambi virgem e sernambí-rama.

Parte V

O PROCESSO SOCIAL

Capítulo XIX

OS TIPOS SOCIAIS: O PATRÃO, O GERENTE, O GUARDA-LIVROS, O CAIXEIRO, O COMBOIEIRO, O MATEIRO, O TOQUEIRO, O CAÇADOR, O CANOEIRO, O "BRABO", O SERINGUEIRO.

A ORGANIZAÇÃO da vida social no Novo Mundo, na base da expansão européia, expansão que compreendeu, evidentemente, a dominação política assegurada pela superioridade das técnicas sôbre as que possuíam as populações primitivas, deu origem a uma série interessante de tipos. Êsses tipos foram a resultante do sem número de atividades que se exerceram na terra americana, nas várias unidades econômicas que se foram constituindo, através dos tempos e do espaço territorial.

No Brasil, êsses tipos e expressões sociais, fruto da movimentação da sociedade nos seus empreendimentos para a conquista do meio através de sua colonização, dão um relêvo vivo à paisagem, enriquecendo-a e tornando-a heterogênea.

Dentro do ambiente amazônico, êsse colorido é igualmente intenso. Há tôda uma galeria de figuras interessantes sem as quais não é possível compreender a região em suas peculiaridades e em seus exotismos. Os gêneros de vida rude que se experimenta nela, a aventura diária que se é obrigado a realizar em face da hostilidade do meio geográfico, as condições existenciais que o conformam, impuseram a diversificação dessa humanidade.

No seringal, unidade mais expressiva do complexo amazônico, o "patrão" abre a galeria. Geralmente nordestino, não é um improvisado ou alguém que ocupe a posição pela fôrça das origens ou da fortuna. Inicialmente, foi um batedor da hinterlândia, um explorador da selva, que se impôs pela posse de virtudes e qualidades necessárias à vitória. Experimentado na floresta, ambicioso, capaz de impor a sua vontade na disciplinação de seus homens, conseguiu a confiança dos "aviadores". Ora é o fundador do seringal, ora um antigo seringueiro que ascendeu entre os companheiros e conseguiu substituir o antigo patrão, que lhe passou, pelos meios legais, os direitos de propriedade do seringal.

Disciplinador por excelência, tem de mostrar-se à altura de quantos problemas lhe surgem, principalmente a ordem que deve ser mantida nos barracões, nos "fabricos", nas tarefas de todo o dia. Muitas vêzes se mostra violento, indo mesmo à barbarie no trato com os seus homens. Seus métodos de ação, por isso mesmo, lhe têm valido a acusação de desumano, explorador do sangue de seus jurisdicionados, senhor de escravos, barão feudal.

Ora, é preciso compreendê-lo no meio social de onde veio e em que vive. Lidando com homens, só homens, dominados pelas angústias do isolamento na floresta, não pode, absolutamente, ser um tipo de salão, de gestos maneirosos, revelando educação aprimorada. O respeito que impõe, a direção que precisa dar aos negócios do seringal exige-lhe ação pronta, enérgica, e explica a aspereza. Tem de ser dinâmico, rude, talvez tirânico. Qualquer fraqueza, qualquer indecisão pode levar a um desastre. O senhorio que exerce precisa ser mantido sem hesitações. Lança mão de recursos bárbaros, muitas vêzes, para poder conter o desenfreio natural no ambiente duro, é verdade. Quando os fregueses ousam fazer-lhe exigências, pretendem abandonar o trabalho, cometem faltas, empregam processos condenados na extração do látex, os meios de punição ou de correção que aplica são, realmente, violentos. Tortura-os, prendendo-os no tronco, como se fôssem negros da época da escravidão. Se entende que sofreu uma desfeita que lhe macula a dignidade, pondo em jôgo a própria honorabilidade, não treme na ordem para eliminar o ofensor. Age, assim, sem freios. Sua vontade é lei. A autoridade do magistrado civil ou militar que vive na sede da Comarca e, pela distância e falta de elementos materiais, quase não pode chegar ao seringal para o policiamento moralizador e disciplinador, êle a exerce, em conseqüência, a seu modo, ignorando a dos outros, a autêntica, a legal, exerce-a de acôrdo com a concepção primária de vida, de moral, a que se habituou desde a infância. Faz justiça como lhe parece que deva ser feita.

É preciso não esquecer, para compreendê-lo, por fim, que, na generalidade não frequentou escolas, não saiu de ambientes requintados. Emergiu do meio agreste do sertão, na luta contra a natureza nordestina. Sua ação exerce-se, ademais, em área ainda mais áspera! Êsses modos meio brutais, a que é levado por tais contingências, não anulam, no entanto, seus sentimentos de humanidade, de ser social. É amigo de seus companheiros. Com êles se solidariza nos momentos difíceis. Sente-lhes os problemas, que já experimentou quando era simples seringueiro. Bravo nas horas duvidosas, sabe enfrentar o meio geográfico e social.

Profundamente amante de sua pátria, nas campanhas pela integração do Acre ao Brasil foi uma vontade e uma energia cívicas constantes a serviço dos objetivos da revolução que Plácido de Castro chefiou, no ciclo final, daquela peleja cívica.

Muitos patrões fogem, todavia, a êsse tipo clássico. São alfabetizados, de boas maneiras. Com os recursos que vão obtendo, viajam, procuram polir-se, aceitam a civilização em certos requintes que a distinguem. As residências que fazem levantar nos seringais ou nas cidades onde por fim passam a viver, expressam claramente essa nova condição que vão alcançando. Constituem, evidentemente, exceções.

Na ordem hierárquica, segue-se-lhe o "gerente". Muitas vêzes é êle quem faz às vêzes do "patrão", para isso recebendo os necessários poderes. Tal ocorre, na ausência do proprietário do seringal, quando êste vai ao nordeste buscar mais braços para o seringal ou deixa de morar no próprio barracão, localizando-se nas cidades de Belém ou Manaus.

Segunda pessoa no seringal, cabe-lhe a ordenação dos serviços de que abre mão o patrão, distribuindo as ordens de serviço, inspecionando-lhes a execução e atendendo aos mil pequenos problemas que surgem. Como o patrão, é um homem capaz como organizador, corajoso, de decisões rápidas e prontas, enérgico.

No guarda-livros, repousa a segurança da escrita, que lhe cabe ter em dia. E na segurança da escrita está, em grande parte, a ordem que deve haver no seringal, uma vez que é baseado nela que se movimentam os trabalhadores para as explorações, os aviamentos se processam. O guarda-livros desempenha, portanto, um papel de grande relêvo. É, na generalidade, um alfabetizado, quase sempre sem cursos técnicos, mas com larga experiência contábil nas praças aviadoras de onde veio diretamente.

Os "caixeiros" têm a seu cargo os depósitos de víveres, os barracões de borracha, as pesagens das peles que chegam, os abastecimentos dos "centros".

Complementando-lhes a ação, encontramos, a seguir, os "camboeiros", encarregados de levar aos centros, por terra, semanal ou mensalmente, os "comboios", isto é, os lotes de burros que conduzem a carga de víveres e utensílios para os seringueiros. Os "comboeiros" são nordestinos ou caboclos amazônicos.

Os "mateiros", quase sempre filhos da terra, conseqüentemente habituados e identificados com as peculiaridades da selva, procedem ao reconhecimento preliminar das "estradas", das árvores para corte. Batedores da floresta, vencem distâncias sem dificuldades e identificam as espécies que é preciso conhecer para a exploração.

Os "toqueiros", como já sabemos, completam a tarefa dos mateiros: abrem as estradas.

Os "caçadores", os "canoeiros", os "pescadores", entregam-se a tarefas sazonais. Geralmente caboclos amazônicos, são de uma agilidade e de uma acuidade espantosas.

Chegamos, por fim, aos dois últimos tipos de significação na paisagem social do seringal. Referimo-nos ao "brabo" e ao "seringueiro". O primeiro é o nordestino novato nas operações de extração do látex. Chegado ao seringal, desconhece as técnicas de trabalho, os segredos da mata. É ainda um estranho ao meio físico e ao meio sócio-econômico. Ensina-se-lhe tudo. Necessàriamente comete, nesses primeiros tempos, grandes imprudências, erra constantemente, reclama, ressente-se daquele mundo de novidades com que se defronta. Em pouco, porém, se vai aclimando, perdendo as hesitações, afeiçoando-se às contingências locais, aprendendo o que deve aprender para poder permanecer no seringal e realizar os seus sonhos de enriquecimento. Vencida essa fase de experiência, de tomada de contacto, deixa então de ser um "brabo". E atinge a condição ambicionada de "seringueiro". Já não mais se atemoriza com o ambiente, que desvenda, interpreta e procura dominar. Sente-se, então, um vitorioso. Está, assim, assimilado e incorporado de vez ao quadro permanente que movimenta e dá côr definitiva à paisagem humana do seringal.

Capítulo XX

O CABOCLO E O NORDESTINO. AFINIDADES, DISTÂNCIAS E ATITUDES EM FACE DO AMBIENTE.

Os elementos que compõem o quadro social dos seringais são fundamentalmente nacionais. A participação alógena não tem significação. A operação de conquista da selva, pela fundação dos estabelecimentos destinados à extração do látex, foi realizada sem a cooperação do estrangeiro. E dos elementos nacionais brasileiros, os naturais da região, os maranhenses e nordestinos, êstes em grossa maioria cearenses, representaram, inegàvelmente, a maior expressão, quantitativa e qualitativa, da emprêsa.

Paraenses e amazonenses tiveram áreas e período de maior atuação quando da abertura do negócio. Os primeiros, na costa do Macapá, no Baixo Amazonas, nas ilhas, nas cercanias de Belém e nas explorações iniciais levadas adiante nos vales do Tocantins, do Xingu, do Tapajós e do Madeira. Os amazonenses, no Madeira, no Baixo Amazonas amazonense, no Solimões, no rio Negro, no baixo Purus e baixo Juruá. Êstes e aquêles, no ciclo dinâmico da expansão e do desbravamento, serviram de guias às penetrações dos nordestinos que alcançaram os médios e altos rios.

Foi façanha dos nordestinos, assim, o Xingu, o Tapajós, o Guaporé-Mamoré, o Purus e o Juruá, com os respectivos grandes e pequenos afluentes, como aconteceu no caso do Acre, que é uma operação dos cearenses, do Ituxy, do Yaco, do Tarauacá, do Moa, do Muru, etc.

Os maranhenses trabalharam preferentemente no Tocantins-Araguáia, que atingiram passando-se para êles diretamente da província natal, no Solimões e no baixo e médio Purus.

Êsses vários grupos nacionais possuíam, como é natural, uma origem comum. Eram a resultante do processo de mestiçagem por que se vinha constituindo a sociedade do norte do Brasil, graças à política que os portuguêses haviam inaugurado com tanto sucesso e tanta constância.

Os elementos nordestinos, das áreas açucareiras, apresentam maior porcentagem de contribuição do africano, o que já não ocorre no tocante aos que

vêm da zona criatória e de outros tipos de lavoura, onde a miscegenação se verificou mais ponderantemente entre o gentio e o reinol. Dêsse outro nordeste, aliás, é que saiu o maior contingente para os seringais.

Quanto aos estoques amazônicos, êsses eram fundamentalmente produto do melting-pot de reinós com os bandos indígenas em que fôra tão rica a região, ou dêles diretamente uma continuação no tempo. Os caboclos amazônicos, em conseqüência, grossa maioria, descendiam dos "tapuios" que haviam deixado a vida tribal e se dispersavam ao longo dos rios, dos igarapés, dos paranás, dos lagos, nos pequenos sítios, e se mantinham em contacto diário, nas operações de comércio, com os que se diziam representantes da civilização ocidental aclimada nas Américas.[1]

Os maranhenses, mestiços dos três elementos, constituiram um meio têrmo dos dois tipos.

Apesar da origem comum, os seringueiros diversificam nas atitudes, nos hábitos, no comportamento, principalmente em face das condições geográficas que têm de enfrentar.

Os caboclos amazônicos, afeiçoados à terra, vivem plàcidamente, sem revelar ambições. Senhores, como ninguém, de quanto o meio possui de característico ou não, mantêm-se de acôrdo com o próprio meio. São uma produto típico das fôrças telúricas. Remadores, construtores de embarcações, pescadores, sertanistas. A floresta e as águas não lhes oferecem segredos. Sabem percorrê-la e sulcá-las sem hesitações ou receios. Tôda a flora e a fauna, com seus hábitos e particularidades, êles as identificam rápida e seguramente. A alimentação é a que lhes fornecem os rios, os lagos e a floresta, com os pescados, a caça, os frutos, que comem ou de que fazem bebidas. Frugalíssimos, contentam-se com o pouco que obtêm. A lavoura que fazem é rudimentar. Plantam a mandioca, com que preparam as farinhas, bananeiras, pimenteiras e pouco mais. Manifestam uma aptidão invulgar para os ofícios mecânicos. Artezãos magníficos, trabalham a matéria prima local com uma técnica admirável. Vagarosos, aparentando displicência, permitem a impressão de indiferentes, abstratos, preguiçosos, quando na realidade o que lhes dá a pinta exata é a desambição. Sentem-se felizes com o que possuem. Moram em "tapiris". Às enchentes, não fogem delas. Permanecem nas barracas, que levantam já na certeza do crescimento das águas. Respeitadores, geralmente prolíferos, mantêm a família no ritmo de vida a que se afeiçoaram. São hospitaleiros. Não expressam espanto ante o que vêem. Têm a religião que lhes veio do berço e é, na quase totalidade, a católica, que entendem e praticam a seu modo. Amam os dansarás, a que se entregam dias e dias em prejuízo dos afazeres quotidianos. Dóceis, meio ausentes, falam com

[1] Cf. José Veríssimo, *Scenas da vida amazônica*, em especial a parte referente às "populações indígenas e mestiças da Amazônia", Lisboa, 1886.

brandura e escassamente. Quando se aborrecem, ou se sentem vítimas de exploração ou desprêso, preferem retirar-se, aos gestos da exaltação. Só muito raramente, por isso, se exasperam. Então, tôda aquela capa de docilidade desaparece violentamente. Assumem atitudes de verdadeiros selvagens. Regressam ao primitivismo dos gestos. Os ardores guerreiros espontam em tôda sua plenitude, em impetuosidade imponderável. A explosão política da cabanagem documenta êsse estado d'alma que, por vêzes, o domina.

Os nordestinos são um temperamento vibrante, varonil. Habituados ao trato da terra, numa lavoura intensiva ou no pastoreio que os levou a grandes distâncias, à ampliação do espaço interior com os rebanhos que moveram e criaram, vivem num ambiente de cursos fluviais pobres e de vegetação sem o relêvo da vegetação que caracteriza a Amazônia. A floresta que revestiu a região nordestina, êles não a haviam encontrado mais. Fôra destruída nos albores da conquista portuguêsa. Marcados pelas desventuras e pela impiedade do clima, mostram-se dotados de uma energia estuante. A luta contra as fôrças da natureza modelaram-nos assim. Sóbrios, sem ser ensimesmados, têm à flor da pele o sentimento da honra e da dignidade. Não se submetem, sem um protesto, às exigências de quem os queira dominar. Trabalhadores sem desfalecimentos, possuem uma rara aptidão para enfrentar a vida. São enérgicos, cheios de vontade, ambiciosos, marcados pelo espírito da aventura. Obrigados a imigrar, pela inclemência das sêcas e depois pela sedução que o esplendor da borracha estava oferecendo, não se atemorizaram com o novo ambiente. Enfrentaram-no galhardamente. Alimentam-se parcamente. Geralmente prolíferos. Distinguindo-se por uma bravura sem limites, credenciam-se pelos ardores cívicos com que comparecem às páginas da história que escreveram no campo dos entusiasmos políticos. Essa história é uma história de lutadores que não sabem deixar-se vencer. Vão aos extremos na luta em que se empenham. Profundamente católicos, associam-se com fervor a tôdas as manifestações de religiosidade. Atribui-se-lhes uma inquietação, uma turbulência, um sentimento de altivez que toca as raias da desordem. Citam-se, para documentar a afirmação, os gestos de indisciplina, as atitudes que assumiram nos episódios de Canudos, de Juàzeiro, nas várias refregas municipais que constituem lances dramáticos de jaguncismo.[2]

Caboclos amazônicos, maranhenses e nordestinos, é de ver-se, se tinham afinidades nas raízes étnicas, diferiam entre si, no entanto, nos modos de vida.

Amazonenses e paraenses, evidentemente, não encontram problemas a resolver face às condições geográficas e econômicas a que se habituaram desde o nascimento. Igualmente os maranhenses, que vêm de um mundo profunda-

[2] OLIVEIRA VIANA, em *Pequenos estudos de psicologia social,* fixou-lhes o perfil à luz do que êle chamou de "carga formidável dessa tradição secular". Para o eminente sociólogo, o nordestino que "fêz o Acre", é o homem agitadiço, nobre, valente, indisciplinado do sertão.

mente semelhante ao amazônico pela densidade da floresta fechada, por certo vulto da rêde hídrica e de certo modo pela própria dieta diária.

Com os nordestinos já não sucedeu o mesmo. Os choques a que tiveram de expor-se eram naturais. Encontravam um ambiente estranho, desde o fácies fisiográfico, climático, aos gêneros de vida, às atividades, à alimentação a que deviam submeter-se. Os conflitos que surgiram em face de tais diferenças, não apresentaram, todavia, obstáculos intransponíveis.[3]

O processo de adaptação, que experimentaram, como era natural, foi um processo de certo modo lento. Não se distinguiu pela violência, como se tem afirmado. A tôdas as dificuldades êles souberam sobrepor-se numa conduta sensacional. Revelaram de um lado, resistência ao rigorismo regional, que não lhes tirou as qualidades de homem forte, capaz de enfrentar as maiores desventuras, e de outro, uma plasticidade admirável através da qual cederam a certos imperativos do novo gênero de vida e das condições geográficas. E como tal, de lavradores, criadores, jagunços das razias de sangue dos sertões, habituados às caatingas e aos campos de criação, passaram a trabalhadores da selva, com ela identificando-se perfeitamente. Sem mais o animal de sela em que venciam as distâncias, assenhorearam-se, a seu modo, do transporte fuvial. Usavam, como autênticos amazônicos, as "montarias" locais. Transformaram-se em canoeiros. Não recusaram a alimentação nativa. Não abandonaram, no entanto, muitos dos padrões culturais, que os distinguiam. Assim, jamais, abdicaram da energia, dos gestos altivos, da honradez de que fazem praça. O meio não lhes tirou a vibração guerreira, que o episódio marcial do Acre pôs à prova. Tampouco se despersonalizaram pelo esquecimento da terra onde nasceram. Nos seringais que fundaram, na generalidade, os nomes pelos quais os batizaram foram nomes que buscaram à geografia ou que lhes lembravam permanentemente o mundo distante de onde emigraram tangidos pelos horrores da sêca ou seduzidos pela miragem amazônica. A idéia de regresso à terra natal, dêles não se ausenta. Continuam nordestinos.

Caboclos amazônicos e nordestinos, apesar das distâncias temperamentais, não se desentenderam. Ao contrário, vivem em perfeita comunhão, complementando-se nas atividades criadas pela exploração dos seringais. Os caboclos, quando não operam como seringueiros, nas ilhas ou no Baixo Amazonas, exercem tôdas aquelas tarefas ancilares a que já nos referimos. Os maranhenses e os nordestinos, em especial os cearenses, que sempre se distinguiram pela capacidade do trabalho, pela resistência física, foram, porém, os seringueiros por excelência. Deram o tipo clássico do extrator do látex.

---

[3] Sôbre a adaptação do nordestino e as diferenças que oferece em face do caboclo, cf. EUCLIDES DA CUNHA, *À margem da história*, Porto, 1946; PIERRE DENIS, *O Brasil no século XIX*, in *Revista de Imigração e Colonização*, Tomo VI, n.º 4. Rio, 1945; ALFREDO LADISLAO, *Terra Imatura*, Belém, 1930; ARAÚJO LIMA, *Amazônia. A terra e o homem*. Rio, 1933.

Capítulo XXI

A MULHER, MERCADORIA CUBIÇADA. A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA.

A PAISAGEM social dos seringais, a certos aspectos, lembra os mesmos aspectos do começo da vida brasileira no século XVI, quando se lançavam os fundamentos da sociedade que deveria realizar a conquista da terra nova, vencendo a natureza e nela criando os sêres sociais que fôssem também as resultantes de suas peculiaridades. É que, àqueles idos distantes, os colonos, os soldados, os funcionários que vieram para as jornadas pioneiras, estavam desacompanhados da espôsa, da família. Tinham chegado sós, para a colônia em sua barbaria de mundo primitivo. O lar, em conseqüência, foi sendo organizado com a mulher indígena, fora dos textos estabelecidos pela lei. A mulher portuguêsa só mais tarde, quando a ventura do domínio político estava sendo assegurado, começaria a estar presente.

Na Amazônia, no século XVII, ocorreu o mesmo. A mulher indígena foi a companheira do sertanista. Ajudou-o na penetração da hinterlândia. Ensinou-lhe os segredos da floresta e assegurou-lhe a continuidade da espécie.

A legislação portuguêsa, em particular no período do consulado do Pombal, incentivou a união que visava à estruturação de uma sociedade que, afeiçoada ao ambiente, pudesse ser uma fôrça hábil, permanente, na emprêsa de sua domesticação.

Naqueles seringais por onde teve início o "rush" da borracha, a mulher existiu. A família era a família do caboclo que ali havia nascido e ali a havia constituído e permanecido. Família simples, singularizava-se pelo crescimento constante. Nela, a mulher desempenhou um grande papel não só pelas atividades domésticas diárias mas, igualmente, pelas atividades de fundo econômico, como lavradora das espécies alimentícias ou destinadas ao comércio.

Já não sucedeu o mesmo, no entanto, no período do grande assalto à floresta, da montagem dos seringais nos altos rios. Façanha realizada, em grande parte, pelo imigrante nordestino, não teve a assistí-la, e dela participar, a mulher.

O nordestino repetia, dêsse modo, aquêle episódio do Brasil nascente. Vinha só, e só tinha de atirar-se à selva para nela extrair o látex que os mercados europeus e norte-americanos solicitavam sôfregamente.

A princípio, é preciso distinguir, empurrado pelas sêcas, êle atingia a Amazônia, como "retirante", trazendo a companheira fiel e os filhos. Eram, então, sêres meio-vencidos pela violência do fenômeno que os derrotara fisicamente. Nesse momento, êle fôra instalado em pequenos núcleos de onde saíra para os seringais que se formavam, atraído pelas novas fabulosas que ouvia. Levara a mulher, os filhos que restavam. À essa altura, o "rush" não alcançava, porém, senão os baixos rios.

Para os altos rios, o nordestino já fôra buscado ao próprio habitat pelos que careciam de braços, ou então imigrara de livre vontade, seduzido pelo noticiário de fundo lendário que se espalhava pelos sertões acêrca da aventura amazônica. Os futuros seringueiros, ou antes os "brabos" que chegaram nessa fase, a fase áurea do negócio, não trouxeram a família. Na generalidade, aliás, eram solteiros. Não interessava aos "aviadores" e seringalistas senão o seringueiro, como braço, como energia, para a tarefa pesada. Não encontraram, todavia, como aquêles colonos do Brasil quinhentista, a mulher indígena a que se procurasse ligar. As tribus indígenas não cederam as suas "cunhãs". E só esporàdicamente houve o caso das ligações com elas, sem maiores compromissos para o futuro.

Essa situação, como era natural, fêz que a mulher fôsse objeto cubiçado, sonho permanente do seringueiro isolado na floresta. O desejo de uma companheira, feia, de qualquer côr, tamanho, idade, naturalidade, espécie moral, torturava o seringueiro. Mulher solteira que aparecesse nos seringais era objeto de disputa, de cubiça sem fim. A estrutura social dos seringais, recordou-o Araújo Lima, operava-se, dêsse modo, "contrariando as leis naturais". Era preciso, portanto, encontrar um meio de resolver o problema. Não cogitaram os responsáveis pelo desenvolvimento da região, seja no econômico, seja no social, de uma política com aquêle objetivo. Nem o Estado nem as entidades privadas que se ligavam ao negócio rendoso, sensacional. A própria Igreja, que nos albores do Brasil clamara pela palavra de Nóbrega, e nos albores da Amazônia pelas reflexões de Frei Cristóvão de Lisboa, esteve ausente de qualquer ação destinada a resolver o grave problema da criação do regime familiar nos seringais. As considerações de D. Antônio de Macedo Costa que, em fins do século XIX, se voltara, alarmado, para o panorama licencioso, por que se estava processando a conquista da floresta, imaginando uma nova emprêsa espiritual no vale, emprêsa que compreendesse a formação de lares nos seringais, não passaram de uma idéia generosa que o eminente Antistite não logrou ver sequer tentada.[1]

[1] D. Antônio de Macedo Costa, *A Amazônia, meio de desenvolver sua civilização*. Rio, 1884.

E a presença de mulher nos seringais, no sistema de exploração sem freios que envolvia todo o negócio da produção da borracha, passou a constituir mais uma página do sistema. Os seringueiros, no seu infortúnio. encomendavam aos "patrões" e êstes às "casas aviadoras", mulheres, como encomendavam gêneros alimentícios, utensílios, roupas, etc. Verdadeiras mercadorias, entravam nas contas, escrituradas pelos guarda-livros como quaisquer outros objetos de uso diário. Foram, assim, chegando aos seringais, em meio aos abastecimentos, as partidas de mulheres, trazidas de tôda parte, mesmo dos bordéis de Belém e de Manaus.[2] Repetia-se o episódio das "mulheres erradas", de que falara MANOEL DE NÓBREGA em 1546, das "órfãs da Rainha", remetidas de Lisboa para a Bahia a partir de D. João III. Repetia-se o episódio comum a tôdas as épocas e a todos os cantos da terra, em que os homens que se lançaram sós à conquista de espaços, de riqueza, para satisfazer o apetite insofrido das sociedades requintadas dos centros industrializados, aceitaram tôdas as mulheres que lhes apareceram, com elas se unindo para satisfazer as leis naturais e compor uma sociedade que possa ter estabilidade e melhor estrutura. Essas partidas de mulheres não eram, contudo, abundantes. E só chegavam na base das possibilidades dos seringueiros.

Com a modificação geral das condições existenciais nos seringais, a presença da mulher passou a ser menos escassa. Os que possuíam família no nordeste, à medida que os seringais perdiam o sentido de aventura que os caracterizavam tão profundamente, deixando de ser um mero acampamento, aos poucos foram mandando buscá-las. Suas filhas foram casando. E a base moral da sociedade dos seringais começou a mais dignificar-se, elevando-se e melhor estruturando-se.[3]

---

[2] Em *Dez anos no Amazonas*, ALFREDO LUSTOSA CABRAL refere-se ao drama que era a falta de mulheres. Narra, em vários trechos de seu livro, farto em informações interessantíssimas sôbre a vida nos seringais do vale do Juruá, episódios que bem refletem a situação. De todos os depoimentos que compõem o seu livro, nenhum mais elucidativo como o que transcrevemos: "Não é de todo dispensável dizer, aqui, que eram muito difíceis, naquela época, as relações entre os dois sexos. Regiões havia, numa extensão de dez a doze propriedades, onde não se encontrava uma dona de casa. A aquisição de uma donzela da selva era tarefa temerária, porque raramente a índia se sujeitava ao regime doméstico. Isso ainda podia acarretar o perigo de ser a moça levada pelos da tribo ou haver choques violentos, de parte a parte, transformando-se em intriga que não se acabaria mais. Sob êsse aspecto, as uniões de seringueiros com selvagens eram quase nulas.

Foi, por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus de ordem do Governador do Estado, fêz requisição nos hotéis e "cabarets" dali de umas cento e cincoenta rameiras. Com tão extranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá.

Houve, dessarte, um dia de festa — a de maior pompa, que se tinha visto. Amigaram-se tôdas, não faltou pretendente.

Contudo, umas não se deram com o clima, adoeceram e morreram. Outras conseguiram voltar a Manaus e, muitas, por fim, foram mais felizes ... É que, mais tarde, apareceu um sacerdote e as casou."

[3] Cf. SAMUEL BENCHIMÓL, *O Cearense na Amazônia*, págs. 390/399.

Capítulo XXII

O REGATÃO. FUNDAMENTOS DE SUA EXISTÊNCIA. CARACTERÍSTICAS. REAÇÕES QUE PROVOCA.

As condições especialíssimas da região amazônica, assinaladas em seus aspectos essenciais em vários capítulos dêste ensaio, determinaram que o processo de sua exploração obedecesse a sistemas profundamente peculiares e de certo modo estranhos aos das outras zonas do país. Disso resultou que a própria vida de suas populações decorresse em função de tôdas essas peculiaridades, como, aliás, já nos foi dado observar e constatar na minudência necessária.

Dispersas na imensidade territorial, tais populações como que se isolaram, perdidas na distância. O relacionamento que mantiveram entre si foi, assim, como era natural, um relacionamento difícil, raro, quase que diríamos sazonal, pois que se operando apenas nos momentos em que, colhida a produção florestal ou pronta a produção dos lagos e rios, se abalançavam à descida aos centros onde a vendiam.

Aventurando-se pelo Amazonas e afluentes, a tocar aqui e ali, na venda de quinquilharias que conduziam e na compra do que encontravam depositado em mãos dêsses grupos dispersos, ilhados, para os futuros negócios, comerciantes afoitos lançaram-se ao contacto com êles, procurando-os onde se localizassem, indo buscá-los onde se escondessem. Nesse propósito, vararam a hinterlândia. Armaram, para tal, pequenas embarcações a remo, as chamadas "montarias", e posteriormente, à medida que o negócio se desenvolvia, prosperava, as "cobertas". Enchiam-nas de objetos que podiam ser de interêsse e de utilidade ou não do homem perdido no interior da terra e se atiravam ao negócio. As "montarias" eram verdadeiros bazares, pela variedade do que conduziam e compreendia, do simples anzol para pesca aos remédios, às roupas, etc. O útil, o necessário aos quefazeres diários, habituais, às coisas supérfluas, as novidades que iam surgindo nos mercados de Belém e Manaus.

Atilados, decididos, êsses comerciantes em marcha atingiram os pontos mais distantes do interior. Concorriam com os estabelecimentos das pequenas vilas e de Belém, desviando aquela especiaria local com que realizavam o giro mer-

cantil. Discutiam, com os caboclos, o preço, a excelência, a utilidade das mercadorias. Visando os lucros excessivos, procuravam desvalorizar a produção local que buscavam. Regateavam. Receberam, por isso, o nome de "regatões".

Encontramo-los, já no século XVIII, em plena atividade. Caboclos amazônicos, ou portuguêses, serviam ao desenvolvimento de extensas áreas da região. Não usavam a moeda metálica. Vendiam na base da troca de gêneros. Os preços, elevados, pagavam os riscos, a que se expunham. As viagens que realizavam na execução de seus objetivos mercantis, demoravam semanas e meses. A tripulação que comandavam era a estritamente necessária para a movimentação do barco. E os negócios, realizados sem grandes escrúpulos, procurando o regatão levar sempre a melhor, embrulhando o sitiante.[1]

Tôda uma frota de "regatões" se espalhou, assim, pela Amazônia a dentro. A legislação a que foram sendo sujeitos, de acentuado caráter fiscal, revelou a importância de que se revestiam e o quanto beneficiavam os cofres públicos. Os impostos que lhes cobravam eram quase proibitivos. Em contrapartida, se iam mostrando de uma avidez sem par. Dêles escreveu, em 1865, D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA, que era "difícil imaginar as extorsões e injustiças que a maior parte dêles cometem, aproveitando-se da fraqueza ou ignorância dos que lhes caíam às mãos e contra os interêsses dos quais não havia imoralidade que não praticassem."[2]

Em meio a êsse desavergonhado processo de trabalho que foi a sua característica principal, os regatões tinham a sua utilidade, pelo giro mercantil que efetuavam, ligando as populações da alta hinterlândia ao litoral e levando-lhes as utilidades que, de outro modo, não poderiam adquirir.

Na fase da produção intensiva da borracha, quando a organização dos seringais se fêz através das vinculações com os "aviadores", não desapareceram do cenário planiciário. Ao contrário, tomaram um vigor especial. Já não eram na totalidade portuguêses ou caboclos amazônicos, mas sírios, libaneses e judeus.

---

[1] O dr. COUTO DE MAGALHÃES, em ofício ao Ministro da Agricultura, descrevia-os assim: "Regatões se chamão aqui no Pará a pequenos commerciantes que possuem canôa abastecida das mercadorias proprias de nossas tabernas, entre as quaes predominão as bebidas alcoholicas; formão o commercio ambulante, e representão nesta provincia o papel dos a que no sul do Imperio chamamos mascates. São de ordinario portuguezes, verdadeiros filhos da ventura, que não ha immoralidade que não commetão para augmentarem seus lucros.

Ordinariamente não levão moeda, a menos que não seja falsa, e conseguem a gomma elastica a troco de aguardente, e outras mercadorias vendidas por altissimo preço, como é natural, visto estarem sobrecarregados com todos os gastos inherentes ao perpetuo transporte que dellas fazem."

[2] Mais tarde, em 1883, na famosa conferência que preferiu em Manaus sôbre os "meios de promover a civilização da Amazônia", fêz-lhes D. ANTÔNIO êste perfil: "O comerciante regatão, o homem europeu feito também nômade pela ambição do ouro, lá vai no encalço dessa gente operária para recolher o fruto do trabalho dela, levar-lhes os gêneros de primeira necessidade e até os de luxo e, muitas vêzes, o virus de uma corrupção que ela felizmente ignorava."

Modificara-se, porém, a paisagem com o advento do grande seringal e o funcionamento de um mecanismo de comércio todo especial. Já não havia mais o sítio, a propriedade isolada até onde chegava a regatão no seu negócio manhoso mas, ao mesmo tempo, útil. O regatão teve de eperfeiçoar a sua técnica. E ao invés de entrar em negócio com o sitiante, que era o proprietário da terra e podia, em conseqüência, decidir como entendesse de seus próprios interêsses, teve de tomar contacto com o seringueiro, a quem procurava na margem dos igarapés, dos lagos, às escondidas, esforçando-se por escapar à vigilância do seringalista, passando pela frente do barracão central à noite para evitar que o vissem e o impedissem de prosseguir. O comércio aberto, rendoso, fácil, de outrora, assumiu, assim, o caráter de comércio clandestino, perigoso à própria vida. Porque os seringalistas, lesados pelos seringueiros nesse comércio clandestino, trataram de agir dràsticamente punindo com o máximo de severidade os "regatões".

Apesar de tôdas essas novas dificuldades, o negócio não perdeu o interêsse. Produzia sempre o lucro compensador. E àquelas quinquilharias dos primeiros tempos, o regatão acrescentou o que já surgia de novo nos mercados de Belém e Manaus. Havia os gramofones, as latas de conserva, os remédios baratos, as armas, os mil objetos que constituíam a sensação do momento nas duas praças. Sempre às escondidas, ocultando-se das iras dos "patrões", escambava ardilosamente tudo aquilo pelas peles de borracha. Na troca, ludibriava, por todos os meios e modos, o seringueiro. Pesava com balanças viciadas. As mercadorias tinham sôbre o seu valor real um ágio ilimitado, escorchante, de modo a que pudessem assegurar o lucro excessivo. O seringueiro pagava-as, em conseqüência, a preços incríveis.

Embora os seringueiros não tivessem ilusões quanto aos ludíbrios de que eram vítimas, os regatões não encontravam animosidade nêles, que os recebiam como uma válvula de escape para as suas necessidades nem sempre devidamente supridas pelo seringalista ou pelos "aviadores". Enganado por enganado, o seringueiro sentia prazer em passar plano no seringalista, no "aviador", para vingar-se a seu modo.

Patrões e aviadores, é de ver-se, ao contrário, votavam-lhes tenaz perseguição. A simples proibição de tocar em seus seringais nada quase significava. É que lhes armavam tocaias, em que muitos pagaram com a vida a ousadia. Nem assim, no entanto, o regatão deixava de atuar. E em breve, localizado nas pequenas cidades do interior ou em Belém e Manaus, transformava-se em comerciante credenciado e não raro em "aviador".

Capítulo XXIII

O SERINGUEIRO EM FACE DO ÍNDIO E DO ESTRANGEIRO. CONTACTOS E REAÇÕES. A PARTICIPAÇÃO DE AMBOS NA EMPRÊSA GOMÍFERA.

A POPULAÇÃO indígena da Amazônia, à época em que começou a conquista brasileira, distribuía-se do delta aos altos sertões numa densidade que, a darmos crédito aos cronistas, deve ter sido qualquer coisa de impressionante. Não sabemos, à falta de elementos estatísticos suficientes ou merecedores de fé, a quanto atingiria essa multidão gentia. O certo é que, à violência predatória do ádvena, aos assaltos periódicos e impenitentes de epidemias que chegavam nos barcos do tráfico com a Europa e com a África, essa multidão nativa foi perdendo aquela expressão quantitativa por que se afirmara, apesar da legislação que a protegia. A exploração que padeceu foi sem conta. As reações que ofereceu, isoladas, esparsas, nada significaram para evitar que se visse vencida. E no entanto, tudo no vale se fazia sob as suas indicações preciosas, úteis, insubstituíveis. Servia de guia, fazia de operário, de trabalhador agrário, pescador, canoeiro, doméstico, soldado, sertanista.

O quadro, triste, e a indicar que a superioridade dos que a escravizavam era aparente, pois não haviam atingido o grau de civilização de que se ufanavam mercê das técnicas e das armas que manejavam, civilização que significasse comportamento fraterno, espírito de humanidade, jamais se alterou. Os funcionários que, sob o domínio português e mais tarde no Brasil Império, foram destacados para assistí-la, defendê-la e elevá-la à dignidade de uns sêres humanos livres e capazes, não cumpriram o seu dever. O índio continuou escravizado. Ainda em 1866, TAVARES BASTOS, percorrendo o Solimões, informava-se da existência do regime. Nos rios Japurá e Içá compravam-se índios a trôco de machados. E em todos ou quase todos os lares citadinos havia sempre a cunhatã tirada às malocas para os pequenos serviços domésticos.

A participação do tapuia não se circunscreveu, porém, às atividades que lhe exigiram na base do regime escravo a que ficou submetido. Ainda hoje, para exemplificar, à margem do Solimões, grupos grandes de gentio manso cooperam no desenvolvimento de tarefas, econômicas ou não. São fornecedores de lenha

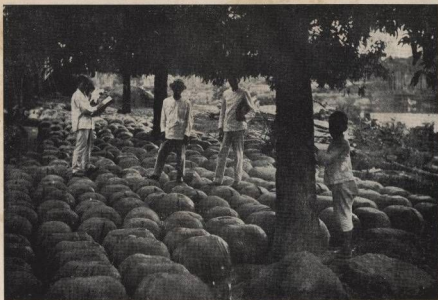
para a fornalha dos gaiolas. São guias e trabalhadores das expedições que procuram descobrir o mistério das águas e da floresta amazônica. São auxiliares das comissões de limites. São fornecedores de mil gêneros selvagens bizarros, que fazem o enlêvo de colecionadores, ou servem ao comércio da matéria prima exótica.

Quando se iniciou a corrida para a floresta na busca da borracha, a participação do índio não foi menor que a demonstrada noutros misteres. Ao lado do caboclo, fêz-se, nos primeiros tempos, extrator de seringa, que vendeu aos regatões ou aos comerciantes dos pequenos núcleos do Madeira, do Solimões, do Baixo Amazonas. Os índios Jurunas, das vizinhanças de Belém, revelaram-se, nesse particular, por exemplo, ativos extratores, como eram ativos coletores de outros gêneros florestais.

No período da movimentação maior do "rush", a situação alterou-se. Porque, tendo-se refugiado nos baixos e altos rios, onde se procedeu mais intensamente a busca à seringueira, as tribos que ali se localizavam recusaram tomar contacto com os seringueiros, que não lhes falavam os dialetos e lhes apareciam como perturbadores da vida tranqüila que experimentavam. Foi assim no Tapajós, no Xingu, no Purus-Acre, no Juruá.[1] No Madeira, onde o vai-vem das viagens para e de Mato Grosso havia, de certo modo, franqueado o rio à ocupação menos drástica dos seringueiros, não sucedeu o mesmo. Mas, mesmo nesse rio registraram-se choques entre tribos e ádvenas que procuravam ocupar as terras onde viviam. Os diretores de índios, nomeados pelo Govêrno Central, nada fizeram para estabelecer um modus-vivendi entre os dois grupos que se defrontavam, amenisando a situação ou criando oportunidades para ambos. E o resultado é que êsses encontros revestiram-se, na generalidade, de violências da parte a parte. As tribos opuseram a resistência que puderam. Essa resistência, de resultados passageiros, momentânea. Porque ao fim se viram sempre obrigadas a ceder. Tribos e tribos, nos contactos sangrentos, desapareceram ou reduziram-se.

Os seringueiros, carecendo das terras ricas em "héveas", não usaram de meios maneirosos. O gentio, forçado a entregá-las, hostilizava-os em emboscadas, ataques isolados. O revide era sempre muito áspero. A brutalidade de parte a parte apresentava uma intensidade impressionante. Os seringueiros viam

---

[1] Para o conhecimento pormenorizado dos grupos indígenas que habitavam aquêles vales, são fontes preciosas as obras de COUDREAU sôbre o Tocantins-Araguáia, Xingu, Tapajós. Cf. igualmente: PEREIRA LABRE, *Itinerário da exploração do Amazonas à Bolívia*, Belém, 1887; PEREIRA LABRE, *O Rio Purus*, Maranhão, 1888; AVELINO DE MEDEIROS CHAVES, *Exploração da hévea no Território do Acre*, Rio, 1913; PAUL RIVET et CONSTANTINO TASTEVIN, *Les tribus indiennes des bassins du Purus, du Jurua et des régions limitrofes*, in *La Géographie*, Paris, maio de 1921; BRANDÃO CASTELO BRANCO, "O gentio acreano", *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 207, Rio, 1952; ONOFRE DE ANDRADE, *Amazônia*, Rio Juruá, Maceió, 1937.

As bolas ou "peles de borracha" são armazenadas nos terreiros do dono do seringal, entregues semanal ou quinzenalmente, e assim conservadas por um mês sem serem pesadas, para que possa secar qualquer líquido que porventura contenham.

"Montaria" é uma pequena embarcação em que se navega a remo na Amazonia. É o cavalo do caboclo. Rasa, de três metros de comprido e um de bôca, não leva mais de quatro pessoas. O homem ou criança, sentado a meia-nau, impele-a e dirige-a ao mesmo tempo, em remadas seguras, tal a habilidade da gente que aí vive.

o índio como um inimigo que lhes parecia disfarçado, traiçoeiro, perigoso, e com o qual não havia por que ter contemporização. À perda de um ou dois companheiros, organizavam expedições punitivas, em demonstrações de selvageria verdadeiramente espantosas. Os relatórios dos Presidentes do Pará e do Amazonas estão cheios de notícias dêsses choques.[2] Leiamos, porém, para melhor certeza do que afirmamos, o depoimento de um seringueiro que recentemente expôs em linguagem desambiciosa, mas a traços realísticos, a vida nos seringais do Juruá: "... a dez horas calculadamente de viagem, na margem oposta do rio de frente ao seringal Redenção, moravam os Catuquinas.

Atacaram uma barraca de seringueiro do lugar Primavera próximo do nosso.

Mataram três pessoas e roubaram o que haviam encontrado.

De pronto, foi organizada uma correria.

Era preciso ação pronta, decidida, urgente. Compunha-se de vinte homens com trezentos cartuchos Winchester cada um. Redenção forneceu quatro rapazes, o resto foi arranjado em outros seringais. Penetrando na mata, foram dar com a maloca depois de terem andado quase três dias. Roçado enorme cheio de lavoura, num planalto e no centro o barracão semelhante a circo de cavalinhos tendo duas portas, coberto de palha, salientando-se um mastro com lugar para sentar-se o espia que decortinava grande parte do roçado.

Tomaram chegada às seis da tarde, hora em que o selvagem costuma estar em casa reunido. Dormiram a certa distância do aceiro. Às cinco da manhã, avançaram formando cerrado tiroteio.

Aos gritos alarmantes, saíam os índios correndo por uma porta e outra, e, nesse momento, os tiros certeiros dos atacantes punha-os por terra.

A mortandade foi grande mas escafederam-se muitos.

Aproximando-se do barracão, conseguiram prender uns quinze colomis de oito a dez anos. Os novinhos deixaram. Voltaram conduzindo macaco, papagaio, arara, mutum, jacamin, arcos, flechas, maqueiras, etc.

Cada um que trouxesse uma novidade.

Muitos, ao se pôr em contacto com essas cousas, vomitavam e as deixavam pelo mato, tal era o almisque.

No regresso, os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-os, deixando-os a toa, perdidos. Outros praticavam selvageria, destampando a cabeça dos inocentes com balas.

---

[2] Além dos "Falas" dos Presidente das duas Províncias, cf.: João Alberto Masô, *Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio*, Rio, 1910; J. M. Brandão Castelo Branco, "O Gentio acreano", *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 207, Rio, 1952.

— 9 —

Assim, a maloca inteira deslocou-se para lugar distante, sem mais voltar a massacrar os trabalhadores dos seringais dali." [3]

A oposição por que os índios receberam os seringueiros, está visto, é uma conseqüência do estado de coisas que se foi criando, da fricção que ninguém procurou evitar. Defendendo as áreas que ocupavam, procurando evitar a escravização a que o queriam submeter, usaram daquele processo drástico que lhes parecia, no primarismo de sua concepção, o mais acertado e o de rendimento mais seguro. Realizou a guerra. Tôda vez, no entanto, que encontrou bom tratamento, quando não se fêz aliado dos seringueiros, não lhes criou dificuldades Seringueiros e índios, no entanto, na generalidade, não se vêm com bons olhos. Detestam-se.

Com relação aos estrangeiros, a atitude do seringueiro foi mais humana: não lhes fêz oposição. Considerou-o um seu semelhante. Êsse elemento estrangeiro representou-se nos portuguêses, sírios, libaneses, bolivianos e peruanos. Os portuguêses chegaram aos seringais na condição de representantes de casas aviadoras, ou como seringalistas, gerentes, guarda-livros. Sírios e libaneses, conhecidos como "turcos", quase sempre compareceram como "regatões". Os dois últimos foram extratores de seringa e de caucho.

Portuguêses, sírios e libaneses não constituíam uma parcela apreciável no quadro social. Ora permaneciam a bordo das embarcações em que faziam os seus negócios, no caso dos "regatões", ora permaneciam nos barracões centrais naquelas fainas especiais a que se ligavam, ou se localizavam nos vilarejos como pequenos comerciantes. Constituíam como que uma elite pela distância sócio-econômica em que permaneciam, pelos trabalhos especiais a que se entregavam. Embora, deram-se bem com a terra e com a gente. Aceitaram as condições existenciais com tôda a dureza por que elas se apresentavam. Adaptaram-se.

Os bolivianos já constituíam um número maior. De preferência se estabeleceram no Madeira. Vinham do chamado Oriente boliviano, na idéia de que estavam penetrando terras de sua pátria. Desceram o Mamoré e fundaram seringais. Evidentemente, poucos seringais. Fizeram-se estimar dos próprios brasileiros, com os quais jamais se desentederam ali. Também serviam de seringueiros em seringais de brasileiros. Realizaram, pelo Madeira, um largo comércio até Serpa, hoje Itacoatiara. Não penetraram no Acre senão depois de 1898, quando o govêrno de sua pátria estendeu, àquele território, a soberania que o Brasil lhe reconheceu. Como seringalistas, operaram de preferência nos vales do Beni, do Orton e do Madre de Dios, para onde caminhavam, aliás, em concorrência a êles, os seringueiros brasileiros.

---

[3] ALFREDO LUSTOSA CABRAL, *Dez Anos no Amazonas*, págs. 63/4, João Pessoa, 1949.

Quanto aos peruanos, limitaram-se ao alto Purus e ao alto Juruá. Não trabalhavam na borracha da seringueira, mas no caucho, o que lhes valeu o nome de "caucheiros". Não tinham pouso certo. Descoberta uma área rica em caucho, a ela se lançavam incontidamente, sôfregamente, àvidamente, aos bandos, como hordas. Vinham do Hualaga, do Ucayali. Penetravam a floresta como primitivos, sem hesitações, sem medo. Enfrentavam as tribos indígenas com uma violência ináudita. Encontradas as árvores do caucho, atiravam-se a elas, destruindo-as desapiedadamente. Abatiam-nas, amarravam-nas, depois de golpeá-las profundamente para extrair, de logo, o maior volume possível de látex. Mais de uma vez se chocaram com os nossos seringueiros.[4] Não souberam criar-se aquêle ambiente de bem viver que se construíram os bolivianos, o que não significou que fôsse permanente êsse estado de desafeição mútua. Não tinham pousada permanente. Não fundaram seringais. Estavam sempre de passagem, na luta contra a floresta, acampados aqui, ali, numa movimentação incrível.[5]

---

[4] Sôbre os choques entre caucheiros peruanos e brasileiros, cf. Brandão Castelo Branco, "O Juruá Federal", *in Anais do 1.º Congresso de História da América*, vol. IX. Rio, 19; Craveiro Costa, *A Conquista do Deserto Ocidental*, S. Paulo, 1940; *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*, Rio, 1904; Rio Branco, *Exposições de Motivos*, Rio, 1947.

[5] Sôbre o caucheiro peruano, cf. as páginas cheias de intensidade de Euclides da Cunha em *Contrastes e Confrontos* e *À margem da história*. A literatura peruana a propósito não é copiosa. Podem servir, no entanto, as obras seguintes: Hildebrando Fuentes, *Loreto*, Lima, 1908; Emílio Delboy, *Memorandum sôbre la selva peruana*, Lima, 1942; Antônio Raimondi, *Apuntes sôbre la provincia litoral de Loreto*, Iquitos, 1942; Ricardo Cavero Egusquiza, *La Amazonia peruana*, Lima ,1941. A. Plane, *Le Perou*, Paris, 1903.

É preciso notar aqui que nenhuma referência à atuação dos peruanos como seringueiros e não caucheiros diz respeito ao Brasil, onde êles sempre apareceram como caucheiros. Porque na margem peruana do Javari, no Maranon, no Hualaga, nos outros cursos fluviais do Departamento de Loreto, êles foram seringueiros, com os mesmos defeitos e virtudes que caracterizam os nossos. A propósitos, convém recordar que a iniciativa da exploração do latex, na área peruana do mundo amazônico, coube a um brasileiro, José Joaquim Ribeiro, por princípios da sexta década do século XIX. Cf. Wilkens de Matos, *Dicionário Topográfico do Departamento de Loreto*, 1874; Hildebrando Fuentes, *Loreto*, Lima, 1908.

Capítulo XXIV

AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS. EPIDEMIAS MAIS CONSTANTES. O DESGATE HUMANO E ECONÔMICO. A AÇÃO DOS CURANDEIROS.

As condições sanitárias da Amazônia, durante o período áureo do assalto à floresta, no "rush" da borracha, autorizaram a impressão de que não seria possível conquistá-la social e econômicamente pela permanência de concentrações humanas. Nenhuma sociedade vingaria ali, impondo a sua vontade, na disciplinação do ambiente. A mortalidade era grande, em particular na época das vazantes. William Chandless, percorrendo o Purus às vésperas da façanha, sustentara a tese, alarmado ante o que estava presenciando.[1] Epidemias, em surtos constantes, violentos, em especial a varíola, que assaltaram a região a começar no século XVII, quando se iniciou o relacionamento com o exterior, a Europa e a África, vinham provocando um desgaste imenso nos seus padrões populacionais, como já tivemos ocasião de referir.[2] Introduzidas no vale pelos negros trazidos na condição de escravos ou pelos imigrantes que chegaram do Nordeste no ciclo gomífero, estranhas ao meio, portanto, haviam encontrado condições que facilitavam a intensidade por que se manifestavam.[3] Condições fisiográficas e sociais. Aquelas, representavam-se nos "terrenos baixos, alagadiços ou simplesmente úmidos, onde viceja uma vegetação que perturba o escoamento regular das águas e dificulta o dessecamento do solo; igarapés, de corrente mais ou menos lenta, que formam seios e remansos em recôncavos de suas margens; florestas que se nutrindo em um terreno sêco ou alagado, quardam em seus

---

[1] Cf. *Notas sôbre o rio Purus,* Rio, 1868.

[2] Oliveira Viana, *in Terra do Sol,* maio de 1924, passando em revista e analisando as informações dos cronistas coloniais, assinalou o fato de todos êles exaltarem a região pela excelência da saúde de seus habitantes, situação que se modificaria, evidentemente, pela ação dos conquistadores. É essa, aliás, a tese vencedora para explicar, por todo o mundo americano, a alteração de suas condições sanitárias, que eram boas antes da chegada do europeu.

[3] Cf. Antônio José de Araújo Braga, "Tratado das enfermidades usuais da Capitania do Rio Negro", *in Revista do Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro,* Tomo 48, Rio, 18; João Martins da Silva Coutinho, *As epidemias no Vale Amazônico,* Manaus, 1861; Arthur Viana, *As epidemias no Pará,* Belém, 1906; Osvaldo Cruz, *Relatório sôbre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas,* Rio, 1913; Márcio Nery, *Geografia Médica do Amazonas,* Rio, 1890; Hermenegildo Lopes de Campos, *Climatologia Médica do Estado do Amazonas,* Manaus, 1903; Araújo Lima, *Amazônia, a terra e o homem,* Rio, 1933.

troncos carcomidos, no entroncamento de seus ramos ou húmus mádidos do seu solo, os elementos propicios à vida dos culicidios.

A sucessiva alternação das enchentes e vazantes dos rios alarga e restringe o campo em que a vida daqueles depteros encontra as condições de desenvolvimento."[4]

Estas, no próprio comportamento das populações pobres, rudes, primárias no trato do ambiente em que viviam e desassistidas pela educação para que pudessem evitar enfermidades, ou pelo tratamento imediato. A imensidade espacial da região e a dispersão dessas populações valiam, ademais, como fatôres negativos, propiciadores todos dos surtos epidêmicos.

Na fase intensa da colheita de látex, e constituindo elemento vigoroso para o crescimento dêsse quadro nosográfico, começaram a grassar mais vivamente certas endemias como a malária, o beribéri e a polinevrite palustre, que provocaram desfalques espantosos nos quantitativos populacionais ou lhes diminuíram a capacidade de ação, o que significava desfalque na produção gomífera.[5]

Tais epidemias eram uma conseqüência imediata do processo de conquista da região. Os elementos nordestinos que chegavam para os afazeres nos seringais, tangidos pelas sêcas, não se mostravam sadios, resistentes, nem possuíam educação para defender-se pela adoção de medidas profiláticas convenientes. Depauperados, eram uma prêsa fácil. Sofriam, inicialmente, o choque do contacto com a natureza rude e estranha em que vinham atuar. Depois, tinham de haver-se com um sistema de trabalho novo e um regime alimentar estranho, em que entravam, como coeficiente ponderável, os enlatados, recebidos de centros produtores distantes, conservas às mais das vêzes deterioradas. Os alimentos frescos, saudáveis, não constavam da dieta dos seringueiros com a constância e a quantidade necessárias.[6] O contingente de vitaminas, constante do cardápio daqueles bravos operários da floresta, não lhes garantiam um regime de nutrição capaz de mantê-los hígidos para a dura tarefa a que se entregavam.

Na voracidade de tirar da floresta o que ela possuía capaz de satisfazer ao apetite da indústria estrangeira, que crescia numa velocidade espantosa exigindo a matéria-prima que a alimentasse, nem o Estado, interessado apenas nos lucros que lhe advinham dos impostos, nem os aviadores, preocupados no maior vo-

---

[4] Márcio Nery, *Geografia médica do Estado do Amazonas*, pág. 35, Rio, 1909.

[5] Sôbre o que significou a incidência da malária sôbre a produção gomífera, escreveu páginas cheias de interêsse o médico acreano Djalma Batista em seu livro *O paludismo na Amazônia*, Rio, 1946.

[6] Josué de Castro, *Geografia da fome*, Rio, 1946; João de Barros Barreto e Tito A. de A. Cavalcanti, *Contribuição ao problema alimentar da Amazônia in Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 45, Rio, 1947; Dante Costa, *O problema da alimentação na Amazônia*, Rio, 1941. Araújo Lima, *Amazônia, a terra e o homem*, Rio, 1933.

lume da produção que lhes chegava da selva, nenhum dêles se preocupou com a modificação daquele quadro.[7]

Os médicos que visitaram o interior, chegando aos seringais, só o fizeram esporàdicamente. Nos vilarejos sedes de municípios havia apenas, quando isso ocorria, o farmacêutico que, como imperativo da situação, tinha de fazer às vêzes de médico, receitando e acudindo, com os seus parcos conhecimentos, a quantos os procuravam.

Nos seringais, como era natural, não havia nem médico nem farmacêutico. Como, no entanto, os casos mais constantes que se registravam eram os do beri-béri e os da malária, nos barracões centrais havia sempre estoques de "café beirão", que os seringueiros usavam nos momentos de sofrimento, e outros medicamentos que se julgavam apropriados para a cura daqueles males. Necessàriamente não seria aquela a medicação conveniente para as enfermidades que sofriam. E o resultado era a perda constante de pessoal dos seringais, à míngua de tratamento conveniente. As remessas de enfermos para Manaus ou Belém nos "gaiolas" e lanchas, nem sempre surtiam efeito. Às mais das vêzes os doentes faleciam em viagem e eram enterrados nos barrancos dos rios.

Tanto o caboclo como o nordestino possuíam, contudo, seus usos e costumes para o tratamento de seus males. O curandeirismo a que se haviam habituado, valendo-se da "ciência" dos pagés e do que a experiência lhes ensinava, não deixou de existir nos seringais. A flora e a fauna regionais, ricas, de acesso imediato, facilitavam a preparação das "mezinhas". Em todos os seringais, quando os seringueiros, de si mesmo não providenciavam, à luz do que sabiam, no uso de suas drogas e beberagens drásticas, entravam em função os curandeiros que desfrutavam, assim, de um prestígio particular e muito natural. Foram, é certo, os responsáveis, vêzes e vêzes, pelo aumento dos índices de mortalidade. Nem por isso, no entanto, deixaram de ser chamados, ouvidos e obedecidos nas indicações e nos tratamentos que fixaram.

Com a introdução do uso do quinino e posteriormente os serviços de higiene e as práticas sanitárias que os próprios seringalistas começaram a aceitar e a adotar nas suas propriedades, com a modificação do sistema alimentar, que já não se baseia nos enlatados, nas conservas, mas na produção agrária, local ou importada, modifica-se o quadro. E o seringal está deixando de ser aquêle canto do mundo que escondia tantos perigos à vida em meio às riquezas que proporcionava.

[7] Cr. Oswaldo Cruz, obr. cit. quando escreveu: "O que existe ocasionando imensa hecatombe e malsinando as condições naturais de tôda a Amazônia, é a mais absoluta ausência de assistência médica e medicamentos, é o desconhecimento completo das medidas de profilaxia individual contra a malária, é o abandono do proletário a um estado mórbido perfeitamente atenuável ou a fatalidade da morte por uma moléstia perfeitamente curável. O que, enfim, constitui no vale do Amazonas a maior fatalidade é êsse desprezo pela vida humana da parte dos poderes públicos e dos possuidores de seringais, não existindo lá, onde a riqueza, trazida pelos resultados de uma indústria extrativa, só depende do trabalho humano, a noção exata de uma existência!"

Parte VI

A ESTRUTURA CULTURAL

Capítulo XXV

A LINGUAGEM. OS FALARES INDÍGENAS E A PENETRAÇÃO DO PORTUGUÊS. A TERMINOLOGIA DOS SERINGAIS. O FOLCLORE AMAZÔNICO E O NORDESTINO. PECULIARIDADES DO CICLO DA BORRACHA.

A PENETRAÇÃO da língua portuguêsa na Amazônia, realizada na base da ocupação dos espaços interiores pelos colonos reinóis, soldados e mestiços, foi lenta. A multidão nativa que se adensava ao longo dos rios falava várias dezenas de dialetos, opondo resistência à língua nova que o conquistador usava. Os missionários, aos quais se confiara, pela conquista espiritual, a incorporação do filho da terra às peculiaridades da cultura importada do Velho Mundo, não puderam vencer, nesse particular. Mais de uma vez foram advertidos de Lisboa, pelo insucesso, que ali se entendia que era mais uma conseqüência do pouco caso dos Religiosos na difusão do idioma pátrio, que pròpriamente uma resultante da resistência oposta pelos catecúmenos.[1] Nas campanhas que articularam contra êles, os colonos arguíam entre várias outras faltas, a do propósito de trazerem o gentio na ignorância do idioma novo, o que lhes assegurava o domínio mais fácil sôbre os grupos primitivos e o conseqüente comando de sua vontade, de sua inteligência, de sua atividade.[2] Defendendo-se, os missionários alegavam, à luz da experiência que adquiriam no contacto, na intimidade com os mesmos grupos, a dificuldade que encontravam e os forçava a aprender-lhes os dialetos, ou a lhes falarem numa "língua geral" que entendiam, na generalidade, apesar da variedade dos dialetos de uso corrente e que marcavam, de modo flagrante, as diferenças que separavam as tribos e famílias indígenas habitadoras do grande vale.[3]

Os próprios colonos, ante o imperativo cultural, necessitando do braço e da inteligência dos nativos para as suas mil tarefas sociais e econômicas, se vi-

1 Pelo Regimento das Missões, de 21 de dezembro de 1686, os Jesuítas receberam a incumbência. As Cartas régias de 12 de setembro de 1717, de 2 de dezembro de 1722 e 12 de fevereiro de 1727, advertiram-nos, insistindo no ensino do idioma ao gentio que catequisavam.

2 PAULO DA SILVA NUNES, por exemplo, nos famosos libelos que apresentou em Lisboa contra a ação da Companhia de Jesus no vale e no Maranhão, tocou no assunto. Cf. Memorial, *in* MELO MORAES, *História dos Jesuítas*, tomo II.

3 Cf. defesa apresentada em Lisboa pelo padre JACINTO DE CARVALHO, procurador da Companhia, *in* MELO MORAES, obr. cit.

ram forçados a submeter-se à realidade, falando a língua geral ou os dialetos empregados pelos que tinham a seu serviço nos afazeres caseiros, ou nos serviços da lavoura, transporte, extração da riqueza florestal, pesca, etc.[4] Não admira, por isso, que em 1759, o governador MENDONÇA FURTADO, que executava um vasto programa objetivando a vitalizar a região, verificasse, cheio de espanto e de exaltação, que as populações locais preferiam a chamada "língua geral" ao mavioso idioma camoniano, incluídos nessas populações os escravos negros, importados da África e já afeiçoados ao ambiente social naquela peculiaridade.[5]

A penetração revestiu-se, assim, de lentidão impressionante. Os casais trazidos das Ilhas, os elementos reinóis que vieram para as funções públicas, ou para o senhorio das fazendas, dos sítios, do comércio, não lograram dinamizar o uso da língua portuguêsa. Os mestiços e os tapuios que constituíam a fôrça ponderante dos aglomerados, urbanos ou não, entendendo o português, preferiam, no diário, o emprêgo da "geral". Às vésperas da criação da Província do Amazonas, por exemplo, já o Brasil somando quase 30 anos de vida independente, pela hinterlândia o quadro não se alterava.[6] A escola primária que se foi estabelecendo, vagarosamente, aos poucos pulindo a nova sociedade em constituição, é que assegurou o predomínio da língua culta.

À chegada dos nordestinos, que foram ocupar, principalmente áreas que desbravavam, áreas novas, despovoadas, no Xingu, no Tapajós, no Purus-Acre, no Juruá, êsse predomínio tomava alento. A multidão primitiva perdera expressão. Seus descendentes mestiçados, compondo agora os grandes quadros populacionais, não estavam opondo a mesma resistência. E nos seringais, abertos no período em que essa modificação de ordem cultural se processava, os seringueiros que chegavam e os seringueiros locais falavam português. O uso da "geral" desaparecia. Na fase maior do "rush", pode-se mesmo afirmar que a língua portuguêsa já alcançara o seu império definitivo, usada por todos. Vencera, afinal.

É preciso atentar, porém, que êsse português, falado pelo nordestino ou pelo caboclo amazônico, apresentava-se mestiçado, alterado pela introdução e permanência de várias centenas de palavras indígenas e palavras africanas e têrmos criados para identificar as particularidades da atividade a que se entregavam nos seringais.[7]

---

[4] Cf. a defesa apresentada pelo padre JACINTO DE CARVALHO, cit.

[5] Carta de MENDONÇA FURTADO ao Ministro do Ultramar, de 27 de Fevereiro de 1759 *in Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Tomo 8, Belém, 1913.

[6] Cr. ARAÚJO e AMAZONAS, *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, Recife, 1852. Também podem ser consultados para constatar a persistência dos falares indígenas entre as populações do vale: SPIX e MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Rio, 1938; ALFRED RUSSEL WALLACE, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, S. Paulo, 19.

[7] JOSÉ VERÍSSIMO, *Cenas da vida amazônica*, Lisboa, 1886; OSWALDO ORICO, *Vocabulários de Crendices da Amazônia*, S. Paulo, 1937; RAIMUNDO MORAES, *O meu Dicionário de Coisas da Amazônia*, Rio, 1931; VICENTE CHEMONT DE MIRANDA, *Glossário paraense*, Belém, 1905; ALFREDO DA MATA, *Vocabulário Amazônico*, Manaus, 19 ; AMANDO MENDES, *Vocabulário amazônico*, Rio, 1942.

A estrutura morfológica e sintática, por outro lado, também se alterava. Homens rudes, de baixa instrução, mal sabendo, na generalidade, assinar o nome, os seringueiros, como era natural, falavam uma linguagem cheia de incorreções.

Tôda uma vasta terminologia foi, assim, sendo criada e mantida pelo uso diário. Constituíu-se, com a linguagem estropiada, resultante do primarismo dos seringueiros, uma linguagem apropriada aos quefazeres locais. Já no decorrer das páginas anteriores dêste livro tivemos ocasião de registrar muito dessa terminologia, usada a todo instante e de tal modo impressiva que deixou as fronteiras dos seringais para atingir os próprios núcleos urbanos, onde é igualmente entendida e empregada.[8]

Da mesma forma por que, nos seringais, os seringueiros falam uma linguagem marcada pelas peculiaridades locais ou que êles haviam trazido do Nordeste, o folclore regional apresenta características semelhantes. Ora é de fundo indígena, fruto de acentuada influência da multidão primitiva da própria Amazônia, ora se distingue como importação do Nordeste.[9] Assim, muitas das histórias, lendas, populários correntes, não são mais que adaptações dos motivos correntes naquela área distante, com variantes que resultam das condições ambientes amazônicas, condições geográficas, sociais e econômicas que diferem profundamente daquelas do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, etc.

A penetração, a permanência dos motivos nordestinos, no entanto, é muito menor que na linguagem. A fôrça dos mitos, do populário indígena, no entrechoque, não perde vitalidade. E os seringueiros nordestinos, se não esquecem as histórias que ouviram desde o berço na terra natal, habituam-se às que lhes contam os caboclos amazônicos, nelas acreditam, incorporando-as aos seus estoques culturais. As histórias do Curupira, do Matintaperera, do Irapuru, do Mapinguari, que apareceriam aos seringueiros, enfeitiçavam pelo canto, pregavam peças, avisam de desgraças próximas, criavam dificuldades, em curso entre o caboclo amazônico, entraram em curso entre os nordestinos.

O folclore dos seringais, como era natural, não se limitou, nem podia mesmo limitar-se a aceitar o que já era corrente ou lhe chegou de fora. Expressão viva da psicologia das coletividades, de sua capacidade criadora, enriqueceu-se com a matéria prima da vida local, nas operações econômicas, nas atividades sociais, nas singularidades do meio.

---

[8] São fontes preciosas para o conhecimento dessa terminologia e do mais característico da linguagem falada nos seringais, os romances, novelas e contos de ALBERTO RANGEL, LAURO PALHANO, PEREGRINO JÚNIOR, RODOLFO TEÓFILO, AURÉLIO PINHEIRO, RAIMUNDO MORAIS, FERREIRA DE CASTRO, CARLOS VASCONCELOS.

[9] Cf. BARBOSA RODRIGUES, "Poranduba amazonense", *in Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 14, Rio, 1890; BRANDÃO DE AMORIM, "Lendas em Nheengatú e em Português", *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 154, Rio, 1928; FRANCISCO PERES DE LIMA, *Folk-lore acreano*, Rio, 1938;

Capítulo XXVI

O PROBLEMA ESPIRITUAL. OS SENTIMENTOS DE CATOLICIDADE DOS SERINGUEIROS. AS FESTAS RELIGIOSAS E PROFANAS.

CABOCLOS amazônicos e nordestinos que labutam nos seringais nas fainas constantes da extração de látex ou nos outros quefazeres diários, compondo um quadro social característico da região florestal da Amazônia brasileira, são, como sêres sociais, religiosos. E como tal, seguidores do catolicismo. Desde o berço se habituaram às manifestações do culto católico que os missionários e padres regulares ensinaram.

É certo que uns e outros, na rusticidade de vida que levavam, no primarismo de sua conduta, de suas concepões do mundo e das coisas limitadas com que se defrontavam, entendiam e executavam as cerimônias e demais manifestações externas e internas do culto católico, sem os rigorismos impostos pela disciplina da Igreja, sem obediência aos cânones da religião, para o que não tinham nem podiam ter a preparação necessária. Entendiam e executavam a seu modo, aqui e ali introduzindo novidades quase pagãs que não sabiam distanciar, abstrair ou definir como estranhas e inconvenientes ao verdadeiro catolicismo.

Tementes a Deus, meio fanatizados os nordestinos, já mais distantes os caboclos amazônicos, que desde o rigorismo da política de POMBAL não dispunham de sacerdotes em abundância para a condução espiritual, deixaram-se todos dominar por certas abusões, por crendices que não é momento nem lugar para examinar nos seus fundamentos, bastando recordar a contribuição indígena e africana. Assim, entre os caboclos amazônicos, os resíduos indígenas estavam e estão ainda bem presentes, a expressar vitalidade. E o resultado é a realização de certos atos, tidos na conta de boa cepa católica, mas que no fim de contas não passam de deturpações da religião, verdadeira mestiçagem de crença, como é o caso do sairé. Festa religiosa, e ao mesmo tempo profana, foi aceita pelos missionários, no período colonial, como meio de atingir o espírito meio infantil dos catecúmenos, levando-os, pela exteriorização alegre, a aceitar melhor e mais

profundamente a novidade religiosa que lhes traziam para substituir as manifestações fetichistas.[1]

Os nordestinos, ao contrário, já se mostram libertos, de certo modo, daquelas marcas de primitividade indígena. O catolicismo que seguiam nem por isso, porém, se mostra menos rico de exotismos. Já mais sedimentado, leva, no entanto, às exaltações coletivas, de que os pronunciamentos de Canudos, de Pedra Branca, são bastante expressivos.

Nos seringais, apesar da religiosidade dos que nêles vivem, as manifestações regulares, metodizadas, do culto religioso no período do "rush", não se processaram continuadamente. É que, à falta de clero, não foi possível celebrar a missa diária, semanal, mensal ou mesmo anual. Não houve, nos seringais, como nos engenhos nordestinos, nas fazendas mais abastadas, no período colonial e imperial, da província fluminense, de São Paulo ou de Minas Gerais, o padre mestre mantido pelo proprietário e servindo de educador da meninada filha dos colonos, agregados e mais moradores. Na maioria dos seringais, nem mesmo se levantou a capela, a igrejinha ou o simples oratório. Talvez a ausência de mulher sirva para explicar o fato, talvez a falta de sacerdotes, velha deficiência amazônica, sempre assunto de pastorais de bispos, de reclamação das autoridades e fonte impressionante de um certo ao deusdará da formação social da região.[2] Não será despropositado recordar, ademais, que os seringais, produto de uma aventura econômica, eram verdadeiros acampamentos, cuja população não se sedentarizava ou pelo menos não se deixava dominar por êsse propósito. Assim sendo, não lhe passava pela mente a idéia da necessidade do templo que a congregasse para os atos de meditação.

Sendo, todavia, os caboclos amazônicos e os nordestinos, católicos por tradição, costumes e mesmo educação, como se comportaram, soltos que andavam, entregues à brutalidade do meio, desassistidos de qualquer autoridade eclesiástica?

Embora não dispusessem do alimento espiritual constante, os seringueiros não esqueceram, deixando-se dominar pela crueza do ambiente, pelo menos as exteriorizações do culto. E nas grandes datas da cristandade, celebraram-nas festivamente no barracão central. As reuniões no Natal, no São João, Santo Antônio e São Pedro congregavam tôda a população do seringal, mesmo os que

---

[1] Cf. José Veríssimo, *Cenas da vida amazônica*, Lisboa, 1886.

Duas outras festas religiosas são comuns na área de caboclos amazônicos: a do "Divino" e a de São Raimundo, aquela principalmente. Cf. José Veríssimo, obr. cit.; Arthur Viana, "Festas populares do Pará", *in Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará*, Tomo 3 e 4, Belém, 1904 e 1905.

[2] Sôbre o problema da inexistência e da formação do clero na Amazônia, cf. os trabalhos de minha autoria: *A Conquista Espiritual da Amazônia*, São Paulo, 1943; *D. Romualdo de Souza Coelho*, Belém, 1941; *A Formação Espiritual da Amazônia*, Rio, 1948.

distavam dias e dias do barracão central. Rezavam-se ladainhas. Ao ato religioso, seguiam-se os profanos: as danças, os comes e bebes realizados com os recursos existentes.

À falta de mulheres, os casais constituíam-se de homens. O que fazia de dama para as danças usava um pano amarrado à cabeça. Os gramofones, a que chamavam de "música em conserva", serviam para a movimentação dos dançarinos.

Uma que outra vez, aparecia um sacerdote, em desobriga. Realizava, então, cercado de respeito, solicitado por todos, ouvido em silêncio, em contrição, batizados, casamentos, promovia confissões e dava comunhões. Essas visitas eram, porém, tão raras, tão escassas.[3] A nova de um padre, em visita pelos seringais, causava tamanhos reboliços... Findos os atos que celebrava, os proprietários, ou melhor dito, os patrões mandavam levá-lo ao seringal vizinho, conduzido em boa embarcação.

Alarmado com tantos perigos para o futuro do catolicismo e da própria moral social na Amazônia, D. Antônio de Macedo Costa mais de uma vez teve ocasião de clamar por medidas que salvassem o rebanho que se constituía sem freios, lançado à aventura diária, entregue aos seus próprios instintos. E imaginou, então, um barco a vapor, — o "Cristoforo", que fôsse a todos os rios, visitando os seringais e levando aos que os exploravam a palavra do sacerdote.[4] A exortação do eminente Antistite não ecoou de modo a permitir que se materializasse o seu programa de caridade. Nos seringais, continuou ainda por muito tempo aquela situação que o afligia.

Com a criação de Prelazias e a instalação de Ordens Religiosas que, de certo modo, corrigiram o problema da ausência de clero, vai-se agora modificando o panorama. As desobrigas são constantes, erguem-se capelas, oratórios. A paisagem espiritual toma novas côres. Ao lado do catolicismo, conquanto muito limitadamente, o protestantismo também comparece, procurando participar da conquista de almas.

---

[3] Além da falta de clero, ocorria uma circunstância séria: as sedes das paróquias eram, geralmente, muito distantes das grandes zonas seringalistas, o que dificultava sobremaneira as visitas de desobriga.

[4] À época em que D. Antônio procurava obter recursos para a realização de seus propósitos, a Diocese que governava, e era tôda a imensa Amazônia nos seus quase três milhões e meio de quilômetros quadrados, contava apenas com 85 padres, dos quais 12 valetudinários. Cf. D. Antônio de Macedo Costa, *A Amazônia. Meio de desenvolver sua civilização*, Rio, 1884.

Capítulo XXVII

OS SENTIMENTOS CÍVICOS. COMPREENSÃO POLÍTICA. A BRAVURA MILITAR, A SOLIDARIEDADE ENTRE SERINGALISTAS E SERINGUEIROS. A GUERRA DA BORRACHA, NA LUTA CONTRA A PENETRAÇÃO ESTRANGEIRA.

A ROTINA dos seringais, fundados, mantidos, movimentados pelos brasileiros, foi abalada, nos vales do Purus-Acre, um dia de 1899, pela novidade sensacional da presença de autoridades estrangeiras que vinham tomar conta de tudo para uma soberania nova — a boliviana.[1] Até então, aquêle mundo exótico, agressivo, que enricava mas desiludia também, fôra parte integrante do Brasil. Na consciência dessa verdade, aquela multidão de caboclos amazônicos e nordestinos vencera distâncias, enfrentara a floresta, criara um novo "status" econômico para a nação. Como explicar, pois, que agora que o espaço estava dominado e incorporado à estrutura da riqueza do país, viesse um povo estranho, que não participara do "rush", assumir-lhe o comando político e fiscal?

Ignoravam os que realizavam a façanha: pelo Tratado de Ayacucho, celebrado a 21 de março de 1867, Brasil e Bolívia haviam negociado o estabelecimento das respectivas fronteiras. A execução dêsse Tratado, como trabalho de campo, não se chegara, é certo, a efetuar, o que autorizara a marcha promovida em direção aos manadeiros do Purus e do Juruá, marcha sem contratempos, pois que ninguém sabia até onde iriam os direitos de territorialidade de cada uma das duas nacionalidades.

Entre 1890 e 1893, no auge a exploração dos seringais acreanos, visitara-os um oficial boliviano, exilado para o Oriente de sua pátria na oportunidade de uma quartelada gorada, o engenheiro José Manoel Pando. Pasmara ante o que vira: uma riqueza imensa que estava sendo explorada em benefício da economia brasileira. E de logo se deixara dominar da idéia de que aquelas terras eram bolivianas e quanto antes precisavam como tal ser declaradas e tratadas. As reflexões que apresentou a respeito garantiram-lhe a anistia pelo crime político

[1] A primeira tentativa de ocupação boliviana ocorreu em 1898, quando uma fôrça do exército boliviano chegou até acima do Xapuri, mas foi forçada a retirar-se pela intimação de seringueiros armados.

e levaram o govêrno boliviano a agir junto ao brasileiro no sentido do Acre ser de logo reconhecido naquela condição. A presença das autoridades bolivianas, provocando o espanto coletivo dos seringueiros, justificava-se, assim, pela concordância por que o poder federal do Rio de Janeiro atendera ao pedido da república vizinha.

Seringalistas e seringueiros não concordaram, no entanto, com aquela decisão simplista, que revelava um desprêzo absoluto pelo esfôrço de brasilidade, pelo sacrifício de que vinham dando tamanhas e tão acendradas provas. O ato do govêrno brasileiro, aos seus olhos, aparecia como uma verdadeira traição. E sob o pêso dêsse pensamento, decidiram agir, para evitar que se consumasse o triste episódio.

Quatro movimentos contra a presença e a permanência dos bolivianos, na qualidade de senhores políticos do Acre, foram articulados e deflagrados. Revelaram um estado de espírito revoltado e um acendrado sentimento nacionalista daqueles homens sôbre cujo destino houvera solução tão apressada, tão fácil, mas contra a qual se erguiam cheios de tanto denodo. Manifestação inequívoca de brasilidade, provocaram, fora do campo da luta armada, o interêsse, a solidariedade, o entusiasmo cívico de homens públicos, de governantes estaduais, parlamentares, jornalistas, escritores, professores, sociedades culturais, organizações privadas, fôrças da produção. E forçaram, por fim, a mudança de posição do próprio govêrno federal, que se viu levado a reconhecer-lhes as razões, o fundamento elevado da reação que ofereciam ao estrangeiro e a transformar-lhes a causa em causa nacional.

Êsses pronunciamentos armados principiaram em 1899, quando as primeiras autoridades bolivianas fundaram o núcleo urbano de Puerto-Alonso, à margem do rio Acre, iniciando a cobrança de impostos aduaneiros e praticando os demais atos inerentes ao exercício da soberania plena, e só foram encerrados em 1903 pela intervenção direta e definitiva do Barão do Rio Branco com a assinatura do Tratado de Petrópolis.[2]

Recusando cooperação aos funcionários estrangeiros e posteriormente passando a atos de violência, seringueiros e seringalistas estruturam densa solidariedade. E em experiência política mais avançada, organizaram govêrno, criando um Estado que declararam inteiramente livre, mas que projetavam, passadas as horas difíceis da aventura, incorporar ao Brasil. O recurso, de que lançaram

---

[2] Além dêsses quatro movimentos armados contra os bolivianos, os seringueiros e seringalistas agiram com o mesmo sentimento de brasilidade no vale do Juruá, contra os peruanos que procuravam instalar-se ali. As mesmas páginas de bravura foram então registradas, reveladoras dos sentimentos cívicos comuns àqueles heróicos sertanejos em qualquer área amazônica em que operassem. Cf. Craveiro Costa, *A Conquista do Deserto Ocidental*, S. Paulo, 1940.

A vida nos seringais é uma página de heroismo na luta do homem contra o ambiente em seu estado de natureza. A floresta, exuberante, cercando os barracões, tenta sempre recuperar os espaços que lhe são roubados; as águas inúmeras, afogando as florestas, querem retornar ao primeiro dia do Gênesis ... Porque os homens ali plantam sempre as suas casas num ponto em que nem se sabe onde é o fim das águas ou o princípio das terras ...

mão, era natural e visava retirar do Brasil qualquer suspeita de que estivesse fomentando a decisão cívica. Preferiram, em mais um gesto de nobreza, que lhes pesasse sôbre os ombros a responsabilidade dos sucessos.

Homens rudes, que porfiavam na selva em lições diárias de bravura, ao invés de se revelarem a multidão primária que empunhava armas para os entrechoques que lhes exteriorizassem apenas o espírito agitadiço, a turbulência em que se distinguiam no Nordeste, impunham-se pela paixão nacionalista. Nesse particular, falaram ao país, claramente, assegurando-lhe os propósitos de não permitir a permanência de outra soberania que não fôsse a brasileira.[3] Não pediram recursos, não solicitaram qualquer contribuição de fora.[4] Ao invés, pois, de revelarem aquelas qualidades negativas, mostravam-se capazes de conduzir a idéia generosa que os coligava. Como tal, organizaram-se militarmente, disciplinaram-se para os combates, criaram os próprios elementos de que careciam para realizar os objetivos que os animava. Suspenderam, vêzes e vêzes, o fabrico de borracha para enfrentar os contingentes do exército regular expedidos da Bolívia. Paralizaram a exportação, para Belém e Manaus, do látex que extraíam, a fim de, com a paralização, do vai e vem das embarcações, manter sem contacto com o exterior as guarnições e funcionários civis bolivianos, contacto que se efetuava mais proveitosamente através daquelas duas praças. Empregaram quanto possuíam nas casas aviadoras para a aquisição de víveres e material de guerra. Financiaram a longo prazo e à custa dos mais ingentes sacrifícios, ameaçados de tudo perder, a movimentação das campanhas.

Sabedores, por fim, de que a Bolívia, sem ter mais como dominá-los ou vencê-los, se vira levada a contratar com um sindicato estrangeiro a exploração, o policiamento, a arrecadação dos impostos, a utilização material da região, a intensidade da luta a que se entregavam assumiu o caráter de verdadeira guerra santa. E escolhido chefe que os pudesse conduzir a resultados mais efetivos que os obtidos até então, aceitaram as condições da maior severidade que lhes exigiu.[5] Recalcaram aquêles ímpetos meio bárbaros que os distinguia, compreensivos ante a gravidade da conjuntura.

O contrato, celebrado com o "Bolivian Syndicate", de Nova York, e que teve o nome de seu negociador, o diplomata e homem de negócios FÉLIX ARAMAYO, valia como uma porta escancarada ao apetite insofrido do capitalismo internacional. Era uma experiência colonial, perigosa à segurança do próprio

---

[3] Cf. *A Questão do Acre*. Manifesto dos Chefes da Revolução Acreana, ao venerando Presidente da República Brasileira, ao povo brasileiro e às praças de Manaus e do Pará. Belém, 1900.

[4] A ajuda que receberam foi-lhes prestada pelo govêrno do Amazonas, que se empenhava francamente na aventura. Essa ajuda não foi, todavia, solicitada. Veio espontânea.

[5] PLÁCIDO DE CASTRO, ao ser convidado em Manaus para dirigir a campanha, impusera obediência sem limites, inclusive, o direito de promover o fusilamento sumário dos que criassem dificuldades na execução das operações que determinasse.

continente, realizada na base da interferência direta daquelas finanças e organizações que estavam executando, a serviço de nações interessadas na matéria prima das áreas tropicais, o grande empreendimento da conquista mansa, silenciosa, ardilosa, dos territórios africanos e asiáticos.

A Amazônia, no ciclo gomífero de que aquêle estado de revolta constituía um capítulo vibrante, vinha alimentando, pelo fornecimento ininterrupto, e sempre em aumento, da matéria prima em que era tão rica, aquêles apetites que poderiam, agora, na vigência do texto imprudente, abastecer-se mais diretamente e com maior segurança.

Havia, assim, ao lado daquela motivação sentimental que os animava às explosões contra a tentativa de desvinculação do Acre do Brasil, mais a consciência do perigo iminente à segurança nacional, representado no sindicato que podia esconder interêsses absorventes de potências estrangeiras.

A emprêsa econômica, escrita com tanto denodo pelos seringalistas e seringueiros, sublimou-se, dêsse modo, na luta pela integridade da pátria. A manutenção do Acre na soberania brasileira parecia-lhes um dever a que não podiam fugir. E sob a fôrça dêsse imperativo alevantado, completaram a grande façanha que haviam principiado com o assalto à floresta para a formação dos seringais, mantendo como fronteira política o espaço criado como fronteira econômica.

ABSTRACT

This work is an examination as detailed as possible of rubber plantation, studying specially life's conditions of rubber men. We call rubber plantation the nucleus where, in Brazilian Amazonia, rubber is exploited; rubber tree is the tree that produces rubber. Rubber man is the worker who extracts rubber from rubber trees.

The book is divided into six parts: the first studies geographical environment; the second, man's behaviour; the third, historical process; the fourth, economic structure; the fifth, social process; the sixth, cultural structure. This simples enumeration shows that the author approached all aspects that, from he point of view of sociological interest, were related with rubber plantation and activities of rubber men.

The study of geographical environment explains physical conditions of the region, characterizes the Amazonas region from the point of view of hydrography, forests, fields, and climate, and indicates the physiographical divisions of the region as part of the geographical outlook of Brazil. The soil, flora and fauna of the region are also analysed in the first part of this work.

In the second part, the author establishes the sociological outlines of human behaviour. Beginning with the conquest of the region, he tells the story of its evolution, and speaks of the direction given by man to the political and economical expansion of Brazilian Amazonia. In a special chapter, he studies the regional populations, indicating their constitutional elements, and the difficulties overcome by those who conquered the Amazonia. He stresses the participation of native elements collaboration with the Portuguese to form the population; he shows the constitution of these groups enriched by cross-breeding with other ethnical currents, as tzigans and negroes. Cross-breeding was principally done with Portuguese and Indians, forming the present ethnical Amazonas type. Even in modern times, the introduction of other ethnical groups did not change the demographical composition, primarily enriched with Brazilians from other regions, from the Northeastern region, specially "cearenses", "paraibanos", "pernambucanos", "alagoanos", "riograndenses do norte", but specially "cearenses".

In the following chapter he studies the rubber plantation as a socio-economical expression of Brazilian Amazonia. He shows the historical processes in the formation of rubber plantation, with the rush to exploit latex, transforming these centers of economical exploitation into a center of population.

The author devotes the third part to the study of the historical process of rubber plantation, telling the evolution of rubber trees explotation through the years. He tells in

concise and sure way, and well supported by documents, the historical evolution of rubber plantation since the beginning with the discovery of hevea, till the situation created by World War II.

Sometimes enhancing Frei Manuel da Esperança, La Condamine and Fresnau, sometimes recollecting native activity, the theme of hevea history is examined from different angles. The development of exploitation, the rush to the forest, the period of the greatness of rubber, hevea's emigration, the competition of Asia, and a last the loss of the control of production and the rubber battle — with which Brazil collaborated in the last war until the victory of allied countries — are the subjects developped by the author as he studies the historical process of rubber in Amazonia.

Economical aspects of rubber are studied in nine chapters forming the fourth part of the book. The author describes initially the process of land occupation and the formation of estates, explaining the appearance of large estates in the region. Afterwards, he studies the internal distribution of the estates with the geographical problems of its localization, the shed, the banks, i.e., the localization of installations on river banks, and the center, i.e., the localization of installations in the hinterland.

Other aspect of economical structure are equally treated in special chapters. The "aviadoras" shops, as they call the commercial establishments in that region, furnish the articles needed by the men of rubber plantation. and are the subject of a chapter. Credit and commercial technique are also the subject of another chapter. Techniques of work with its peculiarities and instruments are described by the author, and also the types of rubber, known in the region as fine rubber, "entrefina", "sernambi", virgin, and "sernambi rama".

Transport with its special denominations — "gaiolas", "vaticanos", "chatas", motor boats, animals, and "igarités" — is also described in a special chapter, followed by the study of agriculture of subsistance, together with its inadequacy, in addition to the different activities of those who work in rubber plantations.

The social process constitutes the subject of the fifth part, divided into six chapters, and studies not only social types but also social conditions. As social types he mentions the employer, the manager, the book-keeper, the chop-assistant, the "comboieiro", the "mateiro", the "toqueiro", the hunter, the canoe-man, the "brabo", the rubber man; he describes the activities of each one, showing their respective participation in the social life of the region. He specifies in the following chapter the presence of the "caboclo" and the man from the North-eastern Brazil, whose characteristics he examines to show their kinship and attitudes in relation to the enviroment.

Two other types of the society of Amazonas' rubber plantations are: the "regatão", and rubber man. The author relates the existence and characteristics of the "regatão" in the region by studying the attitude of local populations reacting to his deeds. The rubber man, a very important type, is studied in his work and in his position in relation to the indians and foreigners, through contacts and reactions.

The last chapter of that part is devoted to the study of health conditions prevailing in the rubber plantations. He discusses the most common epidemic diseases, the wearing out of men, and also mentions the action of quacks, popular and traditional types of the region.

The last part of the book is devoted to cultural structure. Here the author makes an investigation of the several aspects of the cultural peculiarities observed in the Amazon region, beginning with the language. He mentions indian languages and the influence which the Portuguese language played in the formation of the terminology of rubber plantations, and discusses in detail the Amazon folklore.

The problems of spiritual life of the man of the region are also treated, specially those regarding the catholic sentiments of rubber men. The author describes the profane and religious festivals known in the region of rubber plantations. He finishes the book by making a study of the civic and political sentimens of the rubber plantation man, presenting considerations and showing facts linked with attitudes in relation with the war of rubber plantations and workers.

(Tradução do Serviço de Informação Agrícola, 21-10-53).

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br